

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO  
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**CAMILA COSTA LAMBERTI**

**LUTA ALÉM DA TERRA: A ATUAÇÃO DAS MULHERES CAMPESINAS NA  
COORDINADORA LATINOAMERICANA DE ORGANIZACIONES DEL CAMPO  
(CLOC-LVC) DE 2010 A 2023**

**Santana do Livramento  
2024**

**CAMILA COSTA LAMBERTI**

**LUTA ALÉM DA TERRA: A ATUAÇÃO DAS MULHERES CAMPESINAS NA  
COORDINADORA LATINOAMERICANA DE ORGANIZACIONES DEL CAMPO  
(CLOC-LVC) DE 2010 A 2023**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Relações Internacionais da  
Universidade Federal do Pampa, como requisito  
parcial para obtenção do Título de Bacharel em  
Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Anna Carletti.

De acordo,



**Santana do Livramento**

**2024**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

L2231 Lambert, Camila Costa

Luta além da terra: a atuação das mulheres camponesas na  
Coordenadora Latino Americana de Organizaciones del Campo  
(CLOC-LVC) de 2010 a 2023 / Camila Costa Lambert.

99 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade  
Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2024.

"Orientação: Anna Carletti".

1. Feminismo Camponês Popular. 2. Movimentos Sociais  
Agrários. 3. América Latina. 4. Coordenadora Latinoamericana  
de Organizaciones del Campo. 5. Via Campesina. I. Título.

**CAMILA COSTA LAMBERTI**

**LUTA ALÉM DA TERRA: A ATUAÇÃO DAS MULHERES CAMPESINAS NA  
COORDINADORA LATINOAMERICANA DE ORGANIZACIONES DEL CAMPO  
(CLOC-LVC) DE 2010 A 2023**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Relações Internacionais da  
Universidade Federal do Pampa, como requisito  
parcial para obtenção do Título de Bacharel em  
Relações Internacionais.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 25/11/2024.

Banca examinadora:

---

Profa. Dra. Anna Carletti  
Orientador  
UNIPAMPA

---

Prof. Dr. Rafael Balardim  
UNIPAMPA

---

Profa. Dra. Cassiane da Costa  
UERGS

Dedico este trabalho às mulheres que diariamente lutam por uma América Latina integrativa, igualitária, agroecológica, soberana e socialista, e, especialmente, à minha bisavó Oracelia Maciel Lamberti.

## AGRADECIMENTOS

À minha bisavó Oracelia Maciel Lamberti, conhecida durante toda sua vida por “Manuela”, proveniente de “Manuela Homem”, apelido dado à revolucionária equatoriana Manuela Sáenz, companheira de Simón Bolívar. Ao lavrar o campo com arado de boi, “vovó” Manuela plantou e colheu para alimentar seus nove filhos, sozinha. Com um palheiro de fumo atrás de cada orelha, galopava em sua égua sobre as terras da Porteira do Toroquá, onde viveu a maior parte da sua simbólica existência.

Ao meu querido bisavô Orestes, que estendeu sua estadia na terra até depois dos 100 anos, e com isso, me concedeu a honra de conhecer todas as suas histórias. Benção “bisa”!

Aos meus avós Clarício e Rosa Odete, que fizeram parte de tudo o que sei sobre o amor. Sinto vocês todos os dias em meu coração.

À minha avó Rosalina, obrigada por tudo que me ensina diariamente sobre garra, resiliência e fé. Dizem na astrologia que nós mulheres carregamos a bagagem das nossas ancestrais, por isso, sei que carrego em mim tudo o que a senhora já viveu e vive, e isso é uma honra para mim. Obrigada por ter sobrevivido até aqui.

Ao meu avô José, que veio diretamente da Bahia para o Rio Grande do Sul. Infelizmente não tive o prazer de te conhecer de forma mais profunda, mas saiba que ainda honramos e recordamos o teu nome e a tua história.

À minha mãe, Eliani, o meu maior exemplo de mulher. Quisera eu poder recompensá-la tão grandiosamente quanto tudo que fez para que nossa família pudesse florescer. Obrigada por me proporcionar tudo o que tu jamais teve.

Ao meu pai, Paulo, o homem mais compreensivo e generoso que eu conheço. Obrigada por ter instigado o meu pensamento crítico e político, e principalmente, por sempre me aconselhar e me ouvir. Toda a minha bondade provém da nossa conexão.

À minha irmã, Eduarda. Obrigada por acompanhar de perto toda minha trajetória. A cada mate que cevamos, a cada risada e a cada apelido novo que inventamos, enxergo amor.

À minha madrinha, Oracelia, que sempre fez questão de estar presente na minha vida. Agradeço a ti e a Sandra por todos os almoços, jantares e cafés da tarde com pão caseiro durante minha estadia em Santana do Livramento.

Ao Thiago, meu melhor amigo e companheiro de vida. Te agradeço por se fazer presente em todos os momentos da minha vida, seja na dor, no amor, na ansiedade e na felicidade. Tua estadia no meu coração é única e eterna.

À Juliana Muraro, minha primeira amiga. Eu te tive como amiga imaginária até que tua existência fosse materializada, e isso diz muito sobre a gente.

À um grupo de amigas o qual não posso mencionar o nome, mas que é composto pela Camila número 2, Marcella, Manuella, Natália e Maria. A minha melhor versão é com vocês.

À Flávia Severo, minha aliada há quase 9 anos na caminhada da vida. Obrigada por sempre me ouvir e se fazer presente mesmo longe, amiga.

À Letícia Tasso, a Aline Renata e a Bárbara, as três mulheres mais incríveis que o Canadá me trouxe. A Camila de 2020 em diante agradece vocês por fazerem parte de quem sou hoje, amo vocês.

Ao meu amigo Igor, ou "Igui", como preferir. Quero que saiba que eu sempre odiei apelidos, mas passei a gostar do "Ca". Te agradeço por toda ajuda, acadêmica ou não, e também pelas profundas trocas de saberes e experiências. P.s.: Peço gentilmente que pare de gritar o meu nome.

Às minhas amigas da "Santíssima Trindade", Luciele e Mariana. Tenham certeza de que vocês fizeram os meus dias mais felizes e coloridos, obrigada por cada abraço apertado. Vocês são mais do que minhas colegas!

À Josi Azevedo, que me rendeu boas risadas desde que se tornou minha amiga, tu és sinônimo de sinceridade, lealdade e companheirismo.

À todos os meus colegas da turma de 2021 de Relações Internacionais, sei que fizemos parte de uma das turmas mais memoráveis da Unipampa.

À minha querida orientadora Anna Carletti, que me encanta através de sua calma e inteligência. Saiba que me ajudaste a fazer parte da história do Feminismo Camponês Popular.

À Universidade Federal do Pampa, que não só fez parte da minha formação acadêmica, como também contribuiu para que eu me tornasse quem sou hoje.

À todos os servidores e terceirizados da Universidade Federal do Pampa. Saibam que todos vocês fazem parte da construção de um Brasil melhor, obrigada pela educação justa e de qualidade aqui ofertada.

*“Sin feminismo no hay socialismo.  
Contra el saqueo del capital y del imperio,  
¡América lucha!  
Por la tierra y la soberanía de nuestros  
pueblos,  
¡América lucha!  
¡Mujeres del campo luchando por la  
soberanía popular, por la justicia, la vida y  
la igualdad!”*

CLOC-LVC.

## RESUMO

Este trabalho tem como principal objetivo investigar as ações e estratégias da *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo de La Via Campesina* (CLOC-LVC) na construção dos territórios de luta e resistência feminista no seio do feminismo camponês popular no período de 2010 a 2023. O reconhecimento das mulheres rurais latinoamericanas no quesito de estudos de gênero foi paulatinamente edificado com o auxílio da CLOC-LVC, a medida em que se organizaram fóruns e assembleias que tratassem diretamente do nicho das mulheres rurais ativamente atuantes dentro dos movimentos sociais agrários. Neste sentido, a hipótese central investigada é de que este órgão atua como um dos principais ativos para a emancipação das mulheres camponesas, objetivando prová-la através de uma análise político-histórica no que concerne ao surgimento inicial do feminismo camponês popular e sua elucidação contida na CLOC-LVC. Os objetivos específicos consideram: compreender o contexto onde inicialmente conceitua-se o feminismo camponês popular na América Latina, juntamente com os movimentos sociais agrários; analisar a atuação da CLOC-LVC na intenção de viabilizar sua origem e pautas, e examinar de que maneira as movimentações feministas dentro da CLOC-LVC ampliaram os locais de fala das mulheres camponesas e da emancipação feminina no âmbito rural e internacional. Sendo assim, esta obra visa contribuir para os estudos de gênero nas Relações Internacionais, destacando a relevância das perspectivas feministas no contexto das lutas pela terra e no âmbito das mulheres rurais, que dentro da área, ainda é pouco explorada. Para tal, este trabalho contará com as contribuições teóricas de autoras de suma relevância no tema, como Michela Calaça e Francisca Rodriguez, entre outras entusiastas no feminismo camponês popular que colaboram com maestria nos estudos desta perspectiva.

**Palavras-chave:** Feminismo Camponês Popular; Movimentos Sociais Agrários; América Latina; *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo*; *Via Campesina*.

## ABSTRACT

This work aims to investigate the actions and strategies of the *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo de La Via Campesina* (CLOC-LVC) in the construction of territories of feminist struggle and resistance within the framework of popular peasant feminism from 2010 to 2023. The recognition of Latin American rural women in terms of gender studies was gradually built with the assistance of CLOC-LVC, as forums and assemblies were organized directly addressing the niche of rural women actively involved in agrarian social movements. In this sense, the central hypothesis investigated is that this organization acts as a key asset for the emancipation of peasant women, aiming to prove it through a political-historical analysis regarding the initial emergence of popular peasant feminism and its elucidation within CLOC-LVC. The specific objectives include: understanding the context where popular peasant feminism was initially conceptualized in Latin America, along with agrarian social movements; analyzing the role of CLOC-LVC in facilitating its origin and agendas; and examining how feminist movements within CLOC-LVC have expanded the voices of peasant women and female emancipation in rural and international contexts. Therefore, this work aims to contribute to gender studies in International Relations, highlighting the relevance of feminist perspectives in the context of land struggles and within rural women, which remains underexplored in the field. To achieve this, the study will rely on the theoretical contributions of authors of utmost relevance on the subject, such as Michela Calaça and Francisca Rodriguez, among other advocates of popular peasant feminism who masterfully contribute to the study of this perspective.

**Keywords:** Popular Peasant Feminism; Rural Social Movements; Latin America; *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo; Via Campesina.*

## RESUMÉN

Este trabajo tiene como objetivo principal investigar las acciones y estrategias de la Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo de La Vía Campesina (CLOC-LVC) en la construcción de los territorios de lucha y resistencia feminista dentro del feminismo campesino popular en el período de 2010 a 2023. El reconocimiento de las mujeres rurales latinoamericanas en términos de estudios de género fue construido paulatinamente con la ayuda de la CLOC-LVC, a medida que se organizaron foros y asambleas que abordaban directamente el nicho de las mujeres rurales activamente involucradas en los movimientos sociales agrarios. En este sentido, la hipótesis central investigada es que este organismo actúa como uno de los principales activos para la emancipación de las mujeres campesinas, buscando demostrarlo a través de un análisis político-histórico sobre el surgimiento inicial del feminismo campesino popular y su desarrollo en la CLOC-LVC. Los objetivos específicos incluyen comprender el contexto en el cual se conceptualiza inicialmente el feminismo campesino popular en América Latina, junto con los movimientos sociales agrarios; analizar la actuación de la CLOC-LVC con el fin de viabilizar su origen y agendas; y examinar cómo los movimientos feministas dentro de la CLOC-LVC han ampliado los espacios de expresión de las mujeres campesinas y la emancipación femenina en el ámbito rural e internacional. Por lo tanto, este trabajo tiene como objetivo contribuir a los estudios de género en las Relaciones Internacionales, destacando la relevancia de las perspectivas feministas en el contexto de las luchas por la tierra y en el ámbito de las mujeres rurales, un tema aún poco explorado en esta área. Para ello, este trabajo se apoyará en las contribuciones teóricas de autoras de suma relevancia en el tema, como Michela Calaça y Francisca Rodríguez, entre otras entusiastas del feminismo campesino popular que han colaborado con maestría en el estudio de esta perspectiva.

**Palabras-clave:** Feminismo Campesino Popular; Movimientos Sociales Rurales; América Latina; Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo; Vía Campesina.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**AGP** – Ação Global dos Povos

**BM** – Banco Mundial

**CCI** – Comissão Coordenadora Internacional

**CEBS** – Comunidades Eclesiais de Base

**CELAM** – Conselhos Episcopais da América Latina

**CLOC** – *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo*

**CLOC-LVC** – *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo de La Via Campesina*

**CONAIE** – Conselho Nacional de Coordenação de Nacionalidades Indígenas

**DESA** – *Desarrollos Energéticos SA*

**EZLN** – Exército Zapatista de Libertação Nacional

**FAO** – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

**FARC** – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

**FLN** – Forças de Libertação Nacional

**FMI** – Fundo Monetário Internacional

**FMLN** – Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional

**FPA** – Frente Parlamentar da Agropecuária

**FSM** – Fórum Social Mundial

**FSLN** – Frente Sandinista de Libertação Nacional

**IALA** – Instituto Agroecológico Latinoamericano

**IPA** – Instituto Pensar Agroecologia

**LVC** – La Via Campesina

**MCP** – Movimento Campesino Paraguai

**MMC** – Movimento das Mulheres Camponesas

**MMM** – Marcha Mundial das Mulheres

**MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

**MTD** – Movimento de Trabalhadores por Direitos

**OMC** – Organização Mundial do Comércio

**ONGs** – Organizações não governamentais

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**SOF** – Sempre Viva Organização Feminista

**URNG** – Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca

**VC** – Via Campesina

**TLC** – Tratado de Livre Comércio

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 O FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR E OS MOVIMENTOS SOCIAIS DA LUTA PELA TERRA NA AMÉRICA LATINA .....</b>	<b>15</b>
<b>2.1 O CONTEXTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS RELACIONADOS A LUTA PELA TERRA.....</b>	<b>16</b>
<b>2.2 O conceito do feminismo camponês popular na América Latina.....</b>	<b>24</b>
<b>2.3 Da Reforma Agrária, Soberania Alimentar e agroecologia.....</b>	<b>31</b>
<b>3 A COORDINADORA LATINOAMERICANA DE ORGANIZACIONES DEL CAMPO DE LA VIA CAMPESINA.....</b>	<b>42</b>
<b>3.1. ORIGEM E ORGANIZAÇÃO DA CLOC-LVC COMO MOVIMENTO CAMPONÊS INTERNACIONAL .....</b>	<b>45</b>
<b>3.2. Consciência de classe e organização política.....</b>	<b>54</b>
<b>4 A CLOC-LVC COMO PALCO DAS MULHERES CAMPONESAS E DA EMANCIPAÇÃO FEMININA NO ÂMBITO RURAL E INTERNACIONAL.....</b>	<b>63</b>
<b>4.1. AGENDA DE LUTAS.....</b>	<b>68</b>
<b>4.2. Principais alcances.....</b>	<b>76</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>79</b>
<b>6 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>82</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Parafraseando Michela Calaça (2021, p. 30), a contemporaneidade tem como resultado o debate sobre as várias faces do feminismo, por se dizer, feminismos, contendo toda a ampla gama de mulheres e suas próprias demandas. Contudo, a autora parte de outra base: o feminismo como a “[...] junção de todas as lutas das mulheres por autonomia e liberdade, em suas diversidades e, por isso, mesmo sendo um, ele é abastecido por uma infinidade de pautas, de formas de luta, de identidades e do ser mulher” (Calaça, 2021, p. 30). Nesse sentido, o cenário em que constrói-se esta pesquisa se dá através do mesmo conceito da palavra: o feminismo em sua pluralidade é um movimento que deve caminhar sempre junto, entrelaçados por solidariedade e reconhecimento mútuo, independente de sua vertente.

Quando trata-se das linhas de pensamentos feministas torna-se inevitável o choque entre as particularidades e demandas reivindicadas por cada mulher, a depender de sua raça, classe, luta, sexualidade e outras inúmeras formas de ser e de ver. O feminismo camponês popular nasce através de muita relutância das próprias mulheres em se reconhecerem como feministas, pois antes mesmo do surgimento do feminismo – em forma de movimento social, político e cultural no século XIX –, as mulheres camponesas já organizavam distintas formas de resistência diante das imposições dominantes, diante da exploração da terra e dos trabalhadores. A partir do momento em que se reconhece a causa feminista e que as mulheres camponesas se autodenominam como tal, surge o conceito da causa, segundo Seibert, Guedes e Mafort (2022)<sup>1</sup>:

Feminismo – Movimento social e político de enfrentamento ao patriarcado, à divisão sexual do trabalho e às manifestações do machismo, do racismo, da lgbtfobia, da gordofobia etc; Camponês – Sob a perspectiva das mulheres e dos movimentos sociais do campo, abarcando os povos da floresta e das águas; Popular – Com um posicionamento político de classe, no desafio da construção do poder popular; Identidade – A partir das cosmovisões presentes nos diferentes povos e etnias, vinculando a luta pela terra ao território, e, Revolucionário – Rompendo com as estruturas de dominação e exploração presentes nas sociedades de classes. Forjar uma nova sociedade, uma sociedade emancipada, uma sociedade socialista!

Tendo isto em vista, a proposta deste trabalho buscará dar ênfase nas questões de gênero no campo das Relações Internacionais através das contribuições do feminismo camponês popular, que concretizou sua teoria e prática

---

<sup>1</sup> Conferir em: <<https://outraspalavras.net/feminismos/por-um-feminismo-campones-e-popular/>>.

a partir da *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo de La Via Campesina* (CLOC-LVC). Sendo assim, será explorado de que forma a CLOC-LVC têm ampliado as vozes das mulheres camponesas e a representatividade das mesmas na América Latina.

O período da presente pesquisa se dá a partir do ano de 2010, quando identificam-se os “[...] primeiros indícios de reconhecimento do debate feminista para a construção de uma perspectiva feminista para a CLOC-LVC, através das raízes de bases, a partir da realização das escolas de formação de mulheres, nas reuniões da Articulação de mulheres, nas quais, com divergências, dúvidas, críticas, foram construindo um entendimento comum” (Calaça, 2021, p. 44), até o ano de 2023. Dentro deste corte temporal, a CLOC-LVC provê a 4ª Assembléia Continental de Mulheres em Quito - Equador, onde pode-se entender como o principal marco da autodenominação das mulheres camponesas como finalmente feministas, com o slogan: sem feminismo, não há socialismo (CLOC, 2018, p.3 *apud* Calaça, 2021 p. 44).

Sendo assim, buscaremos entender a hipótese do seguinte questionamento: como a *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo de La Via Campesina* tem ampliado as vozes das mulheres campesinas latino-americanas através do feminismo camponês popular entre os anos 2010 e 2023? Desse modo, aqui jaz o prévio entendimento de que a representatividade das mulheres campesinas dentro da *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo de La Via Campesina* desempenhou um papel significativo a partir do ano de 2010, influenciando na redefinição das agendas, estratégias e identidades dos movimentos sociais agrários latino-americanos e ainda, na denominação do feminismo camponês popular. A pesquisa buscará provar que as vozes das mulheres dentro desses movimentos não apenas moldam as suas próprias realidades, mas também contribuem para a transformação mais ampla dos movimentos sociais agrários da região ao longo dos anos.

Os estudos sobre gênero nas Relações Internacionais tiveram início a partir das duas últimas décadas do século XX, ganhando cada vez mais força e destaque recentemente, no século XXI. O âmbito dos estudos internacionais têm sido historicamente estudado através de uma perspectiva puramente masculina, e é nesse sentido que a visão de gênero busca disseminar seus contrapontos, ampliando as áreas vinculadas às RI 's. É perceptível que as questões de gênero

não têm o espaço necessário em diversos âmbitos, não só nos estudos internacionais, mas também na sociedade em geral, sendo ela doméstica ou não.

Dito isso, se observarmos dentro do próprio âmbito dos estudos de gênero, existem certas classificações feministas que encontram-se em destaque, e nesse sentido, acabam invisibilizando estudos que não necessariamente lutam por um “feminismo universal” - geralmente proposto por demandas Ocidentais de mulheres predominantemente urbanas -. É partindo dessa justificativa que a presente pesquisa dispõe-se a compartilhar a perspectiva da luta das mulheres camponesas em um contexto latino-americano.

Em busca de valorizar a figura da mulher camponesa dentro de movimentos sociais agrários que, da mesma forma que os estudos internacionais, também são historicamente explanados pela voz masculina, a visão prescrita a partir desta temática tem a intenção de fomentar a visibilidade e os estudos dentro das Relações Internacionais, não só sobre os movimentos sociais agrários, e não só sobre a história do território da América Latina, mas principalmente sobre a atuação das mulheres pela luta da terra. Diante disso, o trabalho ainda possui como objetivos:

- I. Compreender o contexto onde inicialmente conceitua-se o feminismo camponês popular na América Latina, juntamente com os movimentos sociais agrários;
- II. Analisar a atuação da CLOC-LVC na intenção de viabilizar sua origem e pautas;
- III. Examinar de que maneira as movimentações feministas dentro da CLOC-LVC ampliaram os locais de fala das mulheres camponesas e da emancipação feminina no âmbito rural e internacional.

Para tanto, será construído um histórico da participação das mulheres camponesas dentro da *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo*, partindo das perspectivas propostas pelo feminismo camponês popular, um feminismo “[...] insubmisso, socialista, que questiona as concepções patriarcais e burguesas, funcionais às políticas de exploração capitalista.” (Seibert; Guedes; Mafort, 2022). Também é essencial que, para a compreensão desta pesquisa, seja apresentada uma cronologia das mulheres camponesas, que antes da chegada dos homens europeus no continente latino-americano, “[...] além de serem agricultoras, donas de casa, tecelãs e produtoras de panos coloridos utilizados tanto na vida

cotidiana quanto durante as cerimônias, também eram oleiras, curandeiras e sacerdotisas a serviço dos deuses locais [...]” (Federici, 2004, p. 416).

Tudo muda com a chegada arrebatadora de represálias misóginas, e por consequência, estruturas são reformuladas econômica e socialmente em favor dos homens, hierarquicamente organizados de acordo com suas etnias e classes. Justamente, no âmbito rural não foi diferente, ainda mais se tratando do setor da agroecologia que essencialmente vem da origem camponesa e dos povos originários que foram massacrados pelas raízes da agroexportação. É nesse sentido que nasce a CLOC-LVC, em prol do alcance imediato de uma sociedade democrática, plural, sem exploradores e explorados, soberana e independente.

De forma geral, o órgão em questão é uma entidade de articulação continental que busca representar os movimentos camponeses, operários, indígenas, afrodescendentes e, mais recentemente, feministas. A partir deste contexto, a organização atua como referência direta da Via Campesina Internacional no continente latino-americano. A proeminência do feminismo camponês popular tem como berço a 4ª Assembleia Continental de Mulheres em Quito - Equador, proporcionada pela CLOC-LVC, onde as mulheres camponesas reuniram-se com o intuito de debater os temas relativos à formação, organização, alianças políticas e lutas das próprias. O documento da CLOC (2010a) que expõem o conteúdo da assembleia, intitula o início de uma era declaradamente feminista:

Sem feminismo não há socialismo. Contra o saqueio do capital e do império, América luta! Pela terra e a soberania de nossos povos, a América luta! Mulheres do Campo lutando pela soberania popular, pela justiça, a vida e a igualdade! (CLOC, 2010a).

Desse modo, o feminismo das trabalhadoras rurais tem suas bases estruturadas a partir de uma análise do campo em nível mundial, identificando desafios comuns na América Latina que possam ser pautados através da CLOC-LVC, como os exemplos escritos pelas autoras Seibert, Guedes, Mafort (2022):

A apropriação e especulação sobre os bens naturais pelas empresas transnacionais, a padronização das commodities agrícolas e minerais como modelo hegemônico no campo e o forte aparato do Estado, subsidiando o capital, com financiamentos públicos, perdão de dívidas e um amplo arcabouço jurídico/institucional. Tais questões impedem avanços concretos na democratização do acesso à terra, na reforma agrária, na demarcação de territórios indígenas, no reconhecimento de territórios camponeses e quilombolas e em uma plataforma de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da pequena agricultura, e em defesa dos povos do campo, das águas e das florestas. (Seibert; Guedes; Mafort, 2022).

A fim de viabilizar maior entendimento sobre as bandeiras feministas camponesas e populares levantadas pela CLOC-LVC, destaca-se que o feminismo em questão declaradamente defende:

Apela à mobilização no âmbito do 8 de Março, Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, que não é um dia para celebrar, mas para reafirmar uma luta duradoura, que se estende por muitas décadas. A presença permanente das mulheres camponesas para fortalecer a luta de classes, permitindo-nos mudar as desigualdades no mundo. Pelo fim da violência que ainda mata tantas mulheres em todo o mundo e pelo fim do patriarcado estrutural, que ainda sujeita milhões de mulheres a salários mais baixos, direitos diminuídos, muita discriminação e julgamentos sociais. A campanha “Não à violência contra as mulheres rurais” da CLOC-LVC a nível internacional com o objectivo de pôr fim à violência, bem como sensibilizar os líderes das diferentes organizações camponesas para integrar, sensibilizar e formar também para tanto mulheres como homens sobre a questão do feminismo camponês e popular. A Escola Continental de Mulheres é um processo que busca fortalecer a formação política ideológica com perspectiva feminista para mulheres líderes, lutadoras de organizações camponesas, indígenas, negras e populares das organizações membros da CLOC-LVC (CLOC, 2020).

Com base nessa abordagem, focar-se-á em estudos teóricos predominantemente elaborados por mulheres, especialmente mulheres do Sul Global, mas não somente. O objetivo é compreender a importância da fundamentação teórica e acadêmica que parta de um viés originalmente intrínseco aos movimentos sociais agrários, partindo de estudos elaborados por autoras que participam ativamente de movimentos sociais agrários e componentes da Via Campesina, como Francisca Rodríguez - uma das fundadoras da Via Campesina natural do Chile -, Sonia Guajajara - ativista brasileira -, Silvia Ribeiro - pesquisadora uruguaia -, Michela Calaça e Iridiani Seibert - do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) - e Maria Ignês Paulilo - especialista em agricultura familiar -.

Não menos importante, alguns conceitos relacionados à relação de terras e ao socialismo marxista também serão utilizados e conceituados. Primeiramente, será levantado o termo “soberania alimentar”, criado pela Via Campesina em 1996 durante a Cúpula Mundial de Alimentação da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) em Roma e definido em 2001 durante o Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar realizado em Cuba, para conceituar o direito dos povos ao acesso a alimentos saudáveis condizentes com suas necessidades e identidades culturais.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> LA VIA CAMPESINA. Food Sovereignty: Explained. 2003. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/food-sovereignty/>. Acesso em: 30 mai. 2024.

Outra questão abordada será a reforma agrária, que visa a redistribuição de terras de forma equitativa entre os trabalhadores rurais em prol da promoção do acesso à terra para aqueles que historicamente foram excluídos desta. Neste sentido, vale ressaltar que o conceito de reforma agrária não abrange uma teoria ou um autor específico e vem desenvolvendo-se ao longo dos anos refletindo nas políticas públicas dos Estados. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2000, p. 6) “[...] a reforma agrária é muito mais do que uma política de acesso à terra. Quando vista em sua totalidade, afeta o conjunto de condições sociais, econômicas, ambientais e políticas com demandas diferentes”, visando um tipo de compensação resultante do histórico de posse de terras no continente latino-americano.

Apesar da CLOC-LVC ser uma organização considerada plural, faz-se necessária a abordagem de alguns conceitos ideológicos voltados para a relação de terras. Nesse sentido, também será elucidada a ideia da nacionalização da terra, que remete à percepção de que o solo - meio de produção fundamental da existência - deveria ser visto como propriedade pública e coletiva, e, mais além, um direito natural, ao invés de privatizado e concentrado nas mãos de uma pequena parcela da população. Originalmente idealizado por Karl Marx (1848), o conceito da nacionalização da terra é “[...] a transformação da propriedade privada que assenta na expropriação dos poucos, em propriedade da coletividade”.

Por fim, a concepção da agroecologia, juntamente com o arcabouço teórico citado acima, diz respeito a um sistema agrícola predominantemente sustentável e resiliente. A agroecologia sugere a integração de ecossistemas, diversificação cultural, uso eficiente de recursos e a participação comunitária. A agroecologia, assim como a reforma agrária, não foi idealizada por um autor específico, pois, a construção do termo vem de um longo processo que entrelaça a cultura tradicional e a ciência. A posição da CLOC-LVC sobre a agroecologia torna-se exposta através da própria declaração da instituição (CLOC, 2020):

A agroecologia não é algo novo, os camponeses do mundo fazem agroecologia desde o início da agricultura. Agroecologia é o nome moderno que hoje é dado à nossa maneira de fazer agricultura, criar animais, caçar, pescar, coletar e coexistir com os ecossistemas para garantir nosso bem-estar e, simultaneamente, cuidar da mãe terra para todas as gerações futuras. É o fruto da sabedoria dos povos nativos que hoje é fortalecida pelo resgate de práticas e inovações camponesas para garantir a produção de abundantes alimentos saudáveis para nossos povos. Esse tipo de agricultura é o legado que os ancestrais nos deixaram, a agroecologia camponesa e popular abreviada e gera conhecimento local, promove a

identidade camponesa e indígena e fortalece a economia camponesa local, promovendo a justiça social. É uma proposta política dos povos rurais diante do modelo industrial de alimentos que gerou uma crise econômica, política, social e ambiental. Não é apenas uma maneira de produzir ou um conjunto de técnicas, é uma maneira de viver que se adapta a cada lugar, a cada território e às suas características sociais e ambientais únicas. Pela mesma razão, devemos lutar para combater tendências mundiais de mercantilização corporativa e agroecológica, que, para manter o controle da agricultura e dos alimentos sem deixar espaço para a agricultura camponesa, eles assumem um discurso agroecológico para capturar a narrativa da sustentabilidade. (CLOC, 2020).

Dito isso, a pesquisa será conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, visando aprofundar a compreensão do fenômeno estudado, permitindo uma descrição, compreensão e explicação mais detalhada do papel das mulheres camponesas na *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo de La Via Campesina*, abordando todo surgimento das características feministas do órgão a partir de 2010. Os procedimentos metodológicos adotados consistirão em consultas bibliográficas, englobando a pesquisa em livros, teses e artigos acadêmicos já publicados, com o objetivo de fundamentar teoricamente o estudo e contextualizar o tema no âmbito das Relações Internacionais e dos estudos de gênero. A análise documental será realizada a partir de fontes diversas, como documentos oficiais, relatórios, atas de reuniões e outros materiais produzidos pela CLOC-LVC e seus movimentos membros.

A investigação será levada ao cabo utilizando o método hipotético-dedutivo, o qual parte de uma hipótese previamente estabelecida – neste caso, a influência significativa da representatividade das mulheres camponesas na CLOC-LVC a partir de 2010 – e busca evidências empíricas para confirmar ou refutar essa hipótese. O trabalho desenvolver-se-á em duas etapas principais: levantamento teórico e bibliográfico, e coleta e análise de dados. Nesta etapa, focar-se-á em buscas em bases de dados acadêmicas, bibliotecas e outros recursos para identificar e revisar a literatura relevante sobre o tema, abrangendo autoras principais latino-americanas já citadas anteriormente e referências globais nos estudos de gênero, como Angela Davis e Silvia Federici. A coleta de dados será realizada mediante a análise dos documentos e materiais relacionados à atuação das mulheres camponesas na CLOC, incluindo documentos oficiais da organização e entrevistas, se necessário, para complementar a análise documental.

Por conseguinte, o trabalho será fracionado em três capítulos: o primeiro trará o contexto histórico dos movimentos sociais pautados na luta pela terra, abrangendo

o território latino-americano em geral, e transcorrendo até o conceito do feminismo camponês popular - que tem suas raízes entrelaçadas entre as mulheres do campo e os movimentos sociais gerados nesse cenário -. O segundo capítulo buscará elucidar o órgão delimitado como palco desta análise, ou seja, a *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo de La Via Campesina*, sua origem, organização e difusão, contextualizando o arcabouço teórico que legitima sua atuação - passando pelos conceitos que são pilares imutáveis da essência revolucionária da organização -. Por fim, o terceiro e último capítulo têm o intuito de mesclar os anteriores em uma profunda análise: como a CLOC-LVC tem se tornado um dos principais âmbitos provedores da emancipação feminina no que concerne a realidade rural e internacional das mulheres do campo, refletidas em sua agenda de lutas.

## **2 O FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR E OS MOVIMENTOS SOCIAIS DA LUTA PELA TERRA NA AMÉRICA LATINA**

Esta seção inicial propõe-se a analisar o surgimento dos movimentos sociais da luta pela terra, além de conceituar e construir um panorama histórico deste, e da definição do feminismo camponês popular. Coincidentemente, tanto a popularização do movimento feminista quanto os de cunho rural têm seus primeiros indícios de fomento - ou no caso rural, indícios de solidificação - durante o mesmo período, contornados na década de 1980. Conforme é entendido pelas teorias feministas atuais, aponta Schwendler (2017) que mesmo que houvesse, nesta época, a familiarização do debate feminista pelas mulheres da América Latina, ainda sim eram retóricas fortemente marcadas pelo eurocentrismo urbano-industrial, que infelizmente não abrangiam as questões étnico-raciais e, principalmente, a forma de organização e luta das mulheres quilombolas, campesinas e indígenas, que ocupavam certo espaço marginalizado dentro da sociedade.

Por muito tempo, mais especificamente até o ano de 2010, essa realidade distanciou as mulheres rurais de um pensamento declaradamente feminista, tendo sido um processo gradualmente construído ano após ano. Paulatinamente, essas mulheres no seio do movimento camponês começaram a edificar reflexões sobre todas as questões que comumente são abrangidas pelo estudo de gênero, mas

principalmente, seus direitos com relação à participação produtiva e política no que concerne ao meio rural.

Desse modo, faz-se necessário dividirmos o capítulo em três subcapítulos: o surgimento dos movimentos sociais relacionados à luta pela terra, a construção do feminismo camponês popular dentro deste, e por fim, uma seção introdutória sobre os conceitos de reforma agrária, soberania alimentar e agroecologia.

## **2.1. O contexto dos movimentos sociais relacionados a luta pela terra**

Goirand (2009) avalia que existem duas questões que determinam os movimentos sociais. Primeiro a autonomia, que busca enfatizar não só uma estratégia como também um valor intrínseco. Depois entram as questões identitárias, que abrangem o aspecto sociocultural quase que culminando em uma nova sociedade ou concepção de cidadania. Sendo assim, inspirada pela perspectiva de Jürgen Habermas<sup>3</sup>, Goirand (2009) observa que este tipo de organização dos movimentos sociais participam consideravelmente não só da esfera política e do espaço público, mas dos processos de democratização e na continuidade deste.

Neste sentido, como bem observado por Sales (2022, p. 139), a história latino-americana é possuidora de algumas continuidades importantes, pois, as revoluções e as insurgências são comuns, recorrentes e auto-explicadas pela contínua existência de interferências e pressões externas, que se fazem presente desde o período colonial. Sabe-se que neste contexto existiram revoltas e movimentos significativos durante a colonização, como Quilombo dos Palmares no Brasil, onde escravos fugitivos liderados por Zumbi dos Palmares resistiram à opressão colonial portuguesa no século XVII, ou também, a Revolução de Túpac Amaru II, em 1791 no Peru, que buscava libertar indígenas da exploração colonial.

Segundo Hobsbawm (1994, p. 335), ao observar o potencial revolucionário do Terceiro Mundo não há como não entender como correlatas a libertação e a

---

<sup>3</sup> Jürgen Habermas é um filósofo e sociólogo alemão, um dos principais teóricos da Escola de Frankfurt e conhecido por sua teoria da ação comunicativa. Ele argumenta que os movimentos sociais são fundamentais para a formação da esfera pública, pois oferecem um espaço de resistência e contestação onde os cidadãos podem questionar as estruturas de poder e influenciar a transformação social. De acordo com Habermas, esses movimentos emergem em resposta a crises na legitimidade do sistema político e desempenham um papel crucial na democratização e na ampliação dos direitos civis.

emancipação dos líderes sob uma perspectiva socialista. Os primórdios dos movimentos sociais em geral, são travados a partir do século XX, pois, tendo passado o cenário pautado na libertação dos séculos XVIII e XIX, inicia-se um período o qual as nações já encontram-se independentes, porém, enfrentando as consequências de uma sociedade pós colonização que, incorpora a pobreza e a miséria ao mesmo tempo em que criam-se camadas sociais distintas, e, marginalizam-se as classes do proletariado. Em adição a isso, na segunda metade do século XX propaga-se uma onda de golpes e de ditaduras no seio da América Latina, inclinado pela preferência norte-americana pela expansão do militarismo na região, ampliando essa postura para a Argentina, Guatemala, República Dominicana, Honduras, Haiti, Bolívia, Brasil e Peru (Ayerbe, 2004, p. 52).

Desta forma, Sales (2022) aponta que os conflitos e insurreições por soberania e pela oportunidade de realizar reformas estruturais de forma autônoma não cessaram ao longo do tempo, tendo como protagonistas os grupos marginalizados e oprimidos pelo sistema de poder colonial e pela persistência da colonialidade dentro dos próprios estados. Sendo assim, a primeira grande revolução camponesa e talvez a mais significativa foi a Revolução Mexicana em 1910. Embora tenha ocorrido na América do Norte, muitos autores consideram que venha a ter similaridades com o que se tem na América do Sul, visto que a Revolução Mexicana incorporou em sua essência traços advindos de uma herança originária dos povos indígenas, que, também são observados no campesinato sul-americano e em seus respectivos movimentos sociais.

De acordo com Sales (2022), a Revolução Mexicana juntamente com a Revolução Boliviana e a Revolução Cubana carregam legados importantes para o entendimento do que se trata a luta pela terra, e ademais, sob quais pilares constrói-se a conceituação do que é o movimento social provido desta luta. Antecedendo ao ano de 1910, a Revolução Mexicana é frequentemente considerada a mais centrada em uma luta social envolvendo questões agrárias, destacando-se por seu viés camponês. No século XX, a principal reivindicação dos camponeses era a devolução das terras injustamente usurpadas durante a colonização.

O México, além de sofrer com a cronologia de destruição colonial e a sua construção moderna sobre as ruínas indígenas, foi profundamente impactado pela expansão do capitalismo dos Estados Unidos. O país vizinho apropriou-se de grande parte do território mexicano, desalojando populações e estabelecendo seu "espaço

vital" para o modo de produção capitalista (Sales, 2022, p. 145, *apud* Gilly, 1971, p. 7; Bustos; Medina; Loza, 2008, p. 39-43). Neste sentido, a luta dos camponeses não tinha apenas o intuito de reivindicar seu território, mas também de recuperar e preservar o patrimônio histórico e cultural das comunidades afetadas com relação aos costumes agrários - predominantemente coletivos, como o *calpulli*<sup>4</sup> -.

Por esta razão, surgiu ali o primeiro movimento camponês mexicano, o zapatismo de Emiliano Zapata, popularizado através do Plano Ayala, em um manifesto publicado em 1911 que exigia a restituição de terras comunais tomadas por latifundiários e a redistribuição de terras (Bustos; Medina; Loza, 2008, p. 193). Com o surgimento do zapatismo, houve uma frente revolucionária junto à causa que ganhou espaço na revolução: *Las Soldaderas*. De acordo com Tosi (2016, p. 156), diversas camponesas foram parte da frente de mulheres mexicanas em favor da revolução, justo a maioria que se mobilizaram-se contra a subalternidade e o antagonismo da realidade dos camponeses marginalizados do México, como apresenta a autora,

As *soldaderas* foram em sua maioria mulheres dupla ou triplamente subalternizadas na sociedade mexicana pelas hierarquias modernas de gênero, raça e classe. Mulheres de grande importância para o decorrer e manutenção da resistência contra o governo de Porfírio Díaz e de seus sucessores, as *soldaderas* tiveram suas histórias distorcidas ou desmentidas pelas histórias orais populares, perpetuadas, depois, pelas formas físicas e imagéticas de se fazer História. Ainda assim, continuaram resistindo ao contar e escrever suas próprias histórias, ao serem testemunhas de si mesmas e deixarem relatos aos(às) historiadores(as) que podem (re)escrever a História.

Mais adiante em 1952, a Revolução Boliviana desponta de uma fragilidade estatal após a Guerra do Chaco em 1932. As desigualdades socioeconômicas cresciam cada vez mais à medida em que a população se via descontente com a concentração de riquezas limitada. Um dos principais resultados das reivindicações camponesas remonta-se à reforma agrária, que foi institucionalizada por meio da revolução. A reforma agrária basicamente é definida como qualquer ato destinado a desconcentrar a propriedade da terra quando esta representa um obstáculo histórico ao desenvolvimento social, visando resolver impasses históricos e promover o desenvolvimento social, baseando-se nos interesses pactuados da sociedade

---

<sup>4</sup> *Calpulli* é um termo de origem náuatle que se refere a uma unidade social e territorial fundamental na sociedade asteca, composta por várias famílias que compartilhavam a propriedade de terras comunais e funções sociais e religiosas.

através da mediação política, ou seja, sua forma de concessão é na base do diálogo e da reivindicação para com o Estado (Martins, 2000, p. 100).

No caso da Bolívia, além das causas internas, havia também interferências externas que impactavam diretamente na vida camponesa, no que diz respeito à mineração e exportação de estanho - principal metal boliviano -, que promoveu a expulsão dos povos bolivianos de suas terras e também, a exploração demasiada do solo. A maior movimentação na Revolução Boliviana veio por meio dos movimentos operários, ora em conjunto com o movimento camponês ora distanciando-se destes. O movimento campesino do país surgiu através da organização de sindicatos, como bem explica Vieira,

O grande impulso de constituição dos sindicatos camponeses ocorreu durante os primeiros meses da revolução de 1952, rompendo parcialmente com as estruturas tradicionais e étnicas que agrupavam o mundo agrícola andino. No entanto, a forte tradição comunitária fez desses primeiros sindicatos, incentivados pela revolução operária nas cidades, verdadeiros órgãos de poder local e autogestão popular (2016, p. 2037 *apud* Andrade, 2007, p. 106).

No contexto boliviano, pode-se exaltar a figura de Domitila Barrios de Chungara, figura central na história da Bolívia, antes e após a Revolução Nacional de 1952. Chungara, foi ativista e mineradora, mulher camponesa que destacou-se na luta pelos direitos das mulheres trabalhadoras ao denunciar as condições precárias das minas. Em 1975, participou da Tribuna Internacional da Mulher, onde teve espaço para denunciar frente a comunidade internacional, sobre a situação vivida não só por ela, mas por outros militantes bolivianos, como aborda Rodrigues ([s.d]) ao entrevistar Chungara,

Uma mulher das minas, dona de casa e com pouca escolaridade desafiou a ditadura militar em seu país na década de 1970, os preconceitos da comunidade internacional e principalmente os seus próprios medos. O ano era 1975, quando a boliviana Domitila Barrios de Chungara, dirigente sindical do Comité de Amas de Casa del Distrito Minero Siglo XXII, foi enviada à conferência mundial do Ano Internacional das Mulheres, na Cidade do México, com a missão de denunciar os massacres e a violação diária dos Direitos Humanos nas minas da Bolívia. Trouxe a público, por exemplo, o massacre de San Juan, em 1967, quando o ditador René Barrientos ordenou o ataque do exército contra as comunidades mineiras de Catavi e Llalagua. Dezenas de trabalhadores foram mortos, e Domitila, que estava grávida, foi presa e torturada até perder seu filho. Seu discurso calou o público elitista da conferência e entrou para a história.

Ao seguirmos para a Revolução Colombiana, pode-se afirmar que foi um dos conflitos mais prolongados da América Latina, tendo suas raízes no período de *La Violencia*, uma era de intensos confrontos entre os partidos Liberal e Conservador,

que começou após o assassinato de Jorge Eliécer Gaitán<sup>5</sup>, em 9 de abril de 1948. Esse evento gerou uma onda de violência que se alastrou pelo país, principalmente nas áreas rurais, impulsionando o tráfego político, social e econômico (Vélez, 2001). Em 1964, no auge desses conflitos, surgiram as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), um grupo guerrilheiro de orientação marxista-leninista formado em resposta à repressão governamental e às demandas agrárias dos camponeses colombianos (Vélez, 2001). Desde então, o conflito evoluiu para uma complexa guerra civil envolvendo vários atores, incluindo o governo, paramilitares, cartéis e outros grupos insurgentes, resultando em décadas de violência, deslocamento interno e profundas divisões sociais no país, cuja violência se alastra até os dias atuais (Vélez, 2001).

Nesse contexto, é importante mencionar dois grandes nomes das lideranças camponesas latino-americanas, Manuel Marulanda Vélez e Sandra Ramirez, cujas atuações na Colômbia com a FARC simbolizam uma luta persistente pelo direito à terra, à dignidade e ao desenvolvimento rural para os trabalhadores. Em uma entrevista a BdF (2019), Ramirez responde sobre sua relação com os camponeses, e em maior escala com a FARC,

A relação com os camponeses, com os habitantes do nosso campo, foi muito especial. Porque os camponeses foram nossos olhos, nossos ouvidos e nossa casa. Eles nos protegiam. Nós não teríamos enfrentado essa guerra por mais de 53 anos sem esse apoio, sem nenhum tipo de contrapartida. A guerrilha se nutria de recurso humano dos filhos dos camponeses e camponesas do nosso país. Nossa relação com eles era muito próxima, era de igual para igual. A única diferença é que tínhamos um uniforme e portávamos um fuzil. A diferença é que nós começávamos a armar nossa cabeça e, pelo fato de sermos guerrilheiros, por suposto estávamos dando apoio a eles. Nos campos, nós começamos a cumprir funções do Estado. Não nos cabia, mas começamos a cumprir funções do Estado, porque éramos o apoio, éramos a solidariedade para eles. Se ficassem doentes, buscavam a guerrilha. Se tinham problemas com um vizinho, buscavam a guerrilha, para que se solucionasse. Se havia uma dívida de dinheiro pendente, buscava, a guerrilha para ver como solucionar. Até para as decisões mais simples, eles sempre buscavam a guerrilha para que nós os orientássemos. Também começamos com eles um processo de conscientização do cuidado do meio ambiente. De cuidar de suas águas, de cuidar de sua selva. Por manter a diversidade da selva e não transformar tudo em monocultivo.

Não obstante, vale ressaltar que quando finalmente existe margem para a emancipação latino-americana de um contexto colonial, surge um mundo

---

<sup>5</sup> Jorge Eliécer Gaitán foi um advogado e político colombiano que, nas décadas de 1920 e 1940, criticou a estrutura fundiária e a influência da oligarquia, propondo reformas para uma sociedade mais justa. Conferir em: <<https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/g/gaitan-jorge-eliecer>>. Acesso em 14 nov. 2024.

bipolarizado ocasionado pela Guerra Fria, marcado pela interferência norte-americana no continente e viabilizado pela retórica da proteção anticomunista, sendo uma das principais forças motivadoras de lutas e resistências na América Latina. Nesse sentido, destaca-se a Revolução Cubana, que inicialmente resultou na implementação de um governo nacionalista em Cuba em 1959 sob a liderança de Fidel Castro. No entanto, por motivos econômicos e estratégicos, o país gradualmente se alinhou ao bloco soviético, adotando o socialismo. Bem como analisa, Bambilra (1975, p. 179) “a adesão campesina está presente desde os primeiros dias de existência da guerrilha na Sierra Maestra”, a luta revolucionária ocorreu a partir de uma mobilização muito grande de massas populares, e, certamente não teria tido êxito sem os setores campesinos e do proletariado agrícola.

Bambilra (1975, p. 180) ainda sublinha que a incorporação do campesinato na revolução foi evoluindo de algo individual para uma essência orgânica, intuitiva e de luta, e como exemplo, cita as Comissões de Camponeses Revolucionários. Sendo assim, as *Comisiones de Campesinos Revolucionarios* foram, basicamente, as primeiras organizações naturalmente caracterizadas por movimentos sociais do campo em Cuba. À este modo, funcionavam como mobilizações diretas em apoio a Fidel Castro no intuito de protegerem suas próprias demandas - a revolução era promessa de terra e de justiça - ao mesmo tempo em que demonstravam seu apoio à revolução (Bambilra, 1975, p. 181).

Esse momento histórico deu origem a líderes icônicos, cujas ações e ideais ressoam até hoje, na existência de símbolos de resistência em forma de pilares inspiradores para movimentos de libertação e justiça social. Ernesto "Che" Guevara destaca-se como um desses símbolos, revolucionário argentino que presenciou e lutou em diversas revoluções na América Latina, incluindo a Revolução Cubana, onde lutou contra a opressão e pela unidade latino-americana, ao lado dos camponeses e trabalhadores.<sup>6</sup> Ao seu lado, várias mulheres revolucionárias desempenharam papéis fundamentais, trazendo uma perspectiva de luta que combinava a resistência ao imperialismo com a emancipação das mulheres.

Entre essas líderes, Teté Puebla foi uma comandante importante no Exército Rebelde, que lutou na linha de frente e posteriormente dedicou-se à integração das

---

<sup>6</sup> Conferir: Che Guevara, Ernesto. Disponível em: <<https://sites.usp.br/portallatinoamericano/espanol-che-guevara-ernesto>>. Acesso em 14 nov. 2024.

mulheres à Revolução, além de ter sido uma das mulheres a liderar o grupo Las Marianas, que se resume em um pelotão de mulheres camponesas combatentes.<sup>7</sup> Celia Sánchez, uma das principais organizadoras da luta armada, foi crucial para a logística e articulação da resistência contra a ditadura e tornou-se uma figura central no movimento revolucionário, assumindo responsabilidades estratégicas e administrativas após a vitória, ao lado de Teté.<sup>8</sup> Vilma Espín, outra figura de destaque, foi líder da Federação de Mulheres Cubanas e trabalhou pela inserção das pautas femininas na Revolução, buscando a igualdade e a inclusão das mulheres na sociedade socialista cubana como esposa de Fidel Castro.<sup>9</sup>

Em 1979, segue-se a Revolução Sandinista na Nicarágua, que resultou na derrubada do regime apoiado pelos Estados Unidos, e que trouxe à tona líderes como Dora María Téllez, destacando-se como uma das principais figuras femininas na luta armada ao articular operações estratégicas contra a ditadura somozista. Outro nome central foi o da Comandante Mónica Baltodano, que participou das ações militares e depois se tornou defensora da memória e da resistência sandinista.<sup>10</sup> Ao lado delas, Carlos Fonseca Amador, fundador da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) e um dos principais ideólogos da Revolução, simbolizando a luta pela libertação nacional (De Sá, 2014).

Da mesma forma, na Guerra Civil em El Salvador, entre os anos 1980 e 1992, a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) resistiu contra o governo salvadorenho, intensamente apoiado pelos EUA. Na mesma linha, a guerrilha na Guatemala, impulsionada por figuras como os combatentes da Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG), lutou para combater a repressão patrocinada pelos interesses norte-americanos, consolidando-se como parte dessa onda de resistência latino-americana (De Sá, 2014).

---

<sup>7</sup> Conferir: Las Marianas e a força das mulheres na Revolução Cubana. Disponível em: <<https://mst.org.br/2021/01/02/las-marianas-a-forca-das-mulheres-na-revolucao-cubana/>>. Acesso em: 14 nov. 2024.

<sup>8</sup> Conferir: 26 de julho e a rebelião cubana: relato de Haydée Santamaría. Disponível em: <<https://capiremov.org/experiencias/26-de-julho-e-a-rebeliao-cubana-relato-de-haydee-santamaria/>>. Acesso em: 14 nov. 2024.

<sup>9</sup> Conferir: Vilma Espín: uma revolução dentro da revolução. Disponível em: <<https://capiremov.org/experiencias/vilma-espín-uma-revolucao-dentro-da-revolucao/>>. Acesso em: 14 nov. 2024.

<sup>10</sup> Conferir: Entrevista com Mônica Baltodano, comandante histórica da Revolução Nicaraguense. Disponível em: <<https://movimentorevista.com.br/2022/06/entrevista-com-monica-baltodano-comandante-historica-da-revolucao-nicaraguense/>>. Acesso em: 14 nov. 2024.

Sendo assim, os mais emblemáticos processos revolucionários latino-americanos apresentam similaridades significativas no que diz respeito à luta camponesa e a criação dos movimentos sociais relacionados à reivindicação de terras. Os processos de criação das primeiras organizações da classe originaram de tensões raciais, da colonialidade de poder, da (im)possibilidade de acesso à terra e principalmente do direito de usufruí-la. É notório que existe em comum a busca pela restauração de uma vida fora da ordem colonial, harmoniosa entre o ser humano e a natureza, contrária à transformação capitalista da sociedade (Sales, 2022, p. 246). Em linhas gerais, é a partir da cronologia histórica citada acima que os movimentos sociais relacionados à luta pela terra se organizam, pois, um movimento social se constitui através de um contexto sócio histórico que influi em um grupo de indivíduos que compartilham características sociais em comum e, para conquistar sua visibilidade, enfrentam outras classes dominantes e também, o Estado.

Nas últimas décadas os movimentos populares desempenharam um papel expressivo no que concerne a Latino-América influenciando na transformação das políticas públicas e na representatividade pública dentro e fora dos governos. Nota-se a existência de vários partidos políticos que construíram-se através de figuras simbólicas de movimentos sociais, especialmente na Bolívia e no Brasil, onde ativistas e líderes sindicais alcançam cada vez mais destaque em cargos governamentais, como observa Goirand,

Em primeiro lugar, muitas demandas dos movimentos populares foram incluídas nas agendas políticas nacionais, sendo objeto, hoje, de políticas públicas. É o caso, por exemplo, das reivindicações indigenistas nos países andinos, que em todos os casos adotaram novas constituições nas décadas de 1990 e 2000 e reconheceram o caráter “multicultural” de suas nações. Em segundo lugar, considerável número de militantes provenientes dos movimentos populares entrou para a política. Dois antigos sindicalistas famosos dirigem atualmente a Bolívia e o Brasil. Em nível local, os dirigentes dos partidos de esquerda podem contar, no exercício de seus mandatos legislativos, com forte enraizamento nos meios associativos e sindicais.<sup>84</sup> Em terceiro lugar, uma parte dos dirigentes associativos conseguiu converter as competências adquiridas na mobilização em recursos profissionais, por exemplo em administrações municipais de esquerda. Na cidade brasileira de Recife, dirigida desde 2001 pelo PT, são numerosos os antigos militantes associativos integrados aos serviços municipais encarregados da habitação social, do desenvolvimento urbano e da elaboração participativa do orçamento (2009, p. 344).

Por fim, em nível mundial estas correlações e propósitos direcionados à mesma causa em cada canto da América Latina, não suprimiram só uma representatividade política, mas contextualizaram a necessidade de acatar um órgão

comum que objetivasse uma luta conjunta contra a antiglobalização e o anti-imperialismo. Daí surge a Via Campesina, e mais tarde, a CLOC-LVC, como tece Batista

A Via Campesina é caracterizada como um movimento social internacional que articula organizações sociais de camponeses, pequenos e médios agricultores, “sem-terras”, indígenas, afrodescendentes, migrantes, trabalhadores agrícolas assalariados, povos tradicionais, migrantes, juventude do campo, mulheres camponesas e indígenas, afetados pela mineração em larga escala de todo o mundo. São movimentos sociais de caráter sindical e corporativo que em sua maioria buscam articular suas bandeiras particulares a uma luta por transformação social. Algumas organizações, em especial da CLOC-VC, são movimentos, associações, ou ainda articulações de organizações gremiais locais. Não se trata apenas de uma somatória de movimentos, mas de sua articulação na forma de movimento social (2019, p. 127).

Como um movimento plural que tece diversas lutas de diferentes povos, vemos a importância de algumas ramificações que previnam o esquecimento de algumas pautas dentro deste. Este é o caso da luta de mulheres do campo que abrangem o movimento camponês e a organização CLOC, ao pôr em prática suas primeiras articulações de forma setorializada às mulheres no intuito de somar, sem dividir. Dessas ramificações que surge o conceito do feminismo camponês popular, uma vertente em construção que busca diariamente formar o pensamento feminista das mulheres rurais.

## **2.2. O conceito do feminismo camponês popular na América Latina**

À primeira vista, muitos foram os feminismos e suas vertentes, sejam eles os que se identificam como terminantemente feministas, ou os que de fato ainda não se autodeterminam, mas lutam pelos direitos das mulheres tanto quanto. Nesta linha de raciocínio, observa-se a existência de mulheres que reivindicam apenas a questão de gênero, e outras, que a partir de uma perspectiva interseccional adicionam a suas causas as visões de raça, classe e sexualidade. Sabe-se que assim como outras movimentações sociais a nível global, o feminismo tem suas primeiras aparições “ramificadas” entre 1960 e 1970 trazendo contextos muito individuais de cada grupo de mulheres em suas particularidades. Calaça nos aproxima deste debate afirmando que,

[...] as mulheres, sendo mais de 50% da humanidade, estão envolvidas em todas essas lutas e muitas irão enfrentá-las fazendo uma reflexão/ação de como essas questões sociais, políticas, ambientais e econômicas atingem

as mulheres e, dessa forma, contribuindo para uma análise feminista das questões. As mulheres também vão se organizar baseadas nesses debates em várias vertentes do feminismo (2021, p. 125).

À medida em que vão surgindo essas movimentações, por exemplo, as lutas contra o racismo, em respeito aos LGBTQIA +, a favor da paz e do meio ambiente, também vão solidificando-se questões de gênero e, acima disso, as percepções de gênero sobre essas causas. Deste modo, não seria diferente com relação à perspectiva das mulheres camponesas frente aos processos de revolução, de reforma agrária e ainda, à ascensão capitalista e neoliberal no que concerne ao mundo e principalmente à América Latina. Vale ressaltar que ao aprofundar a análise dos movimentos sociais agrários da região, é possível segmentar a luta e a liderança de inúmeras mulheres a partir das revoluções ocorridas, e desta forma, pode-se relacioná-las como figuras icônicas para as mulheres camponesas, que também influenciam na criação de uma perspectiva própria relacionada ao gênero.

Para melhor compreensão do Feminismo Camponês Popular, de antemão, faz-se necessário pleitear sob a teoria marxista - que compõem a parte teórica do feminismo em questão -, em alusão ao patriarcado e ao racismo, pois de acordo com Calaça,

[...] ao nosso ver, ainda há uma visão de que ao separarmos a exploração como algo ligado apenas à classe (mesmo demonstrando que essa exploração atinge às mulheres de forma diferente) e às questões de mulheres ou de raça/etnia como frutos da opressão e/ou dominação, a articulação entre esses mecanismos é observada, mas, de certa forma, mantém a lógica da hierarquia, pois, se é a base material que sustenta as relações sociais, se a exploração só se dá na relação de classe, de fato, o prioritário seria derrubar o capitalismo (2021, p. 50).

Nesse sentido, a autora ainda pontua que, apesar de Marx (2007; 2011) e Marx e Engels (2011; 2017) abrangerem em suas leituras sociais a questão da exploração do trabalho - no sentido geral, e não específico para gênero -, quem se apresenta como mais enxuto e direcionado é Engels (2002; 2010), que analisa a mulher tanto com relação ao surgimento da propriedade privada quanto uma peça chave da classe trabalhadora (Calaça, 2021).

Embora o marxismo aborde o conceito de patriarcado com muita cautela, Engels (2002) transita sobre “A Origem da Família, Propriedade Privada e Estado”, obra com título auto-explicativo, onde o autor utiliza o termo “patriarcal” para descrever a família. A família patriarcal para Engels é caracterizada pela substituição da filiação feminina e dos direitos maternos pela filiação masculina e pelo direito

hereditário paterno (Engels, 2002). Nesse contexto, o pai se torna o chefe da família, consolidando uma estrutura de dominação. No entanto, essa forma de família é breve na história humana, pois, com o desenvolvimento das forças produtivas, a sociedade dividida em classes estabelece um novo tipo de família baseado no casamento monogâmico. Nesse sistema, o homem reduz sua esposa a uma propriedade, consolidando ainda mais sua autoridade (Engels, 2002). A principal reformulação desta perspectiva no viés do Feminismo Camponês Popular é a observação de que a opressão e a dominação sobre as mulheres não estão ligadas à exploração, e sim, à própria condição do ser mulher (Calaça, 2021).

Para Calaça (2021), os sinônimos imbricação, interseccionalidade e nó, são timidamente abordados por diversas autoras, incluindo nas leituras de Angela Davis e Heleieth Saffioti, antes mesmo de serem nomeados como conceitos já definidos no âmbito da teoria de gênero. Para elucidar, a autora estabelece a ideia de Saffioti (2013), onde traz a antecipação de elementos importantes do debate sobre a inserção das mulheres da classe trabalhadora no capitalismo dependente brasileiro. A partir daí, Saffioti designa além do gênero, a questão da raça como uma das mais importantes premissas para entender a situação das mulheres brasileiras, identificando três sistemas principais que estruturam as relações sociais destas mulheres: o capitalismo, o patriarcado e o racismo (Saffioti, 2013).

Analisando essa ideia de um “nó”<sup>11</sup> indissociável de Saffioti, Calaça (2021) rebate que, para o Feminismo Camponês Popular, apesar desses três sistemas serem inseparáveis na prática, cada um deles tem estruturas específicas de exploração, dominação e opressão, logo, não são únicos ou refletem suas designações da mesma forma para seus oprimidos<sup>12</sup>. De acordo com essa visão, Calaça exemplifica,

---

<sup>11</sup> O conceito de "nó" de Heleieth Saffioti refere-se à interrelação indissociável entre os sistemas de opressão de classe, gênero e raça/etnia. Saffioti utilizou este termo para descrever como essas formas de exploração, dominação e opressão estão tão profundamente entrelaçadas que não podem ser analisadas isoladamente na prática social. Embora esses sistemas possam ser separados analiticamente, na realidade social, eles operam de maneira simultânea e interdependente, formando um "nó" que estrutura a experiência vivida pelas mulheres, particularmente aquelas da classe trabalhadora e racializadas.

<sup>12</sup> Os três sistemas de exploração, dominação e opressão (capitalismo, patriarcado e racismo) não afetam apenas os explorados e oprimidos, mas também beneficiam aqueles que exploram, dominam e oprimem. Embora a diferença entre considerar esses sistemas como um único sistema ou três distintos não seja central, sua ação na realidade é inseparável, pois a experiência vivida fundamenta a análise. Assim, a noção de "nó" de Saffioti permanece válida, refletindo a inseparabilidade prática desses sistemas.

[...] uma mulher branca, empresária, sofre os efeitos negativos do patriarcado, pois, com certeza, já foi silenciada, pode ter sofrido violência doméstica, tem seus conhecimentos questionados, em especial por homens de sua classe, pode sofrer assédio, mas ao mesmo tempo sofre os efeitos “positivos”, para ela, do capitalismo e do racismo: tem melhores condições econômicas de sair de situações de violência, explora o trabalho de homens e mulheres, se beneficia da estrutura racista brasileira, dificilmente terá seu corpo submetido a violência policial, nem dos seus filhos e filhas (2021, p. 55).

Ainda sobre o que compõem a teoria, além do nó de Saffioti, Calaça (2021) considera que, a interseccionalidade e a consubstancialidade e coextensividade colaboram com ferramentas analíticas fundamentais para a compreensão do Feminismo Camponês Popular. A interseccionalidade, originária das análises de Lélia Gonzalez e Angela Davis<sup>13</sup>, explica as articulações entre classe, gênero e raça. Já a consubstancialidade/coextensividade, desenvolvida nas leituras francesas, trata da imbricação das relações sociais fundamentais.

Sendo assim, ambas as abordagens permitem uma análise mais completa das opressões enfrentadas pelas mulheres camponesas, ao reconhecerem que os sistemas de exploração, dominação e opressão não atuam isoladamente, mas se fortalecem mutuamente. Por fim, Xavier Dunezat também contribui para entrelaçar esses a base teórica proposta por Calaça (2021), fornecendo uma análise crítica sobre como essas interseccionalidades operam nas lutas coletivas, observando a necessidade de uma abordagem integrada que considere as múltiplas dimensões de opressão que afetam as mulheres no contexto rural.

Na esfera das opressões direcionadas às mulheres camponesas, o contexto no qual sugere-se como histórico é precisamente o entorno da América Latina fracionado pelos longos anos de colonização e exploração, não só de seus povos, mas também do seu território. “A noção trabalhada pelas mulheres camponesas da Cloc de ‘corpo como território’ torna-se muito viva ao analisarmos o processo de colonização” (Calaça, 2021, p. 227). A partir desta constatação, a autora demonstra as heranças coloniais refletidas na sociedade dos povos explorados, observa Calaça,

---

<sup>13</sup> Em sua tese, Calaça (2021) deixa explícito que o que chama atenção no conceito da Interseccionalidade atualmente, é a disputa pelo que se tem como a definição original. Existe uma crítica à várias autoras que abordaram a temática, justamente para facilitar a compreensão de qual ideia de Interseccionalidade a autora se refere. Sendo assim, Calaça (2021) esclarece que, para ela, o termo à luz de Angela Davis e Lélia Gonzalez são imprescindíveis para a compreensão do Feminismo Camponês Popular.

A destruição dos modos de vida passou (e ainda passa) por uma negação dos modos de organização e de vida desses povos, negação que se expressa na apropriação do território e do corpo das mulheres; seja eliminando o seu corpo pelo assassinato de homens e mulheres, seja pela violência sexual praticada contra as mulheres, seja na escravização dos seus corpos para o trabalho em diversas dimensões: na plantação, construção, abastecimento dos colonizadores, no trabalho nas minas, no trabalho sexual e reprodutivo, no trabalho doméstico, até mesmo para produzir e reproduzir mais força de trabalho (2021, p. 227).

Os aspectos sócio-históricos que unem a história camponesa e latino-americana são, primeiramente, baseados na invasão Europeia na *Abya Yala*<sup>14</sup>. É claro que, além deste fato, existem inúmeros outros fatores que constroem o sentimento e o pertencimento do povo da América Latina: a revolução, os povos originários, os costumes e principalmente as relações com a natureza. Porém, no que concerne aos principais reflexos sociais observados na região, percebe-se que quase toda originalidade foi arrebatada - a força - pela “civilização” europeia. Sendo assim, bem como Calaça aplica à sua tese,

Na Cloc, a compreensão de que a relação dos povos originários com a terra e o território é algo mais profundo que a relação de propriedade privada permite entender que terra e território sejam os fundamentos de toda a luta política dessa organização. Dessa forma, terra e território também se apresentam como fundamento do feminismo camponês e popular construído pelas mulheres da organização (2021, p. 230).

Sobre o chão em que constrói-se o Feminismo Camponês Popular, Calaça observa que existem três constatações no que diz respeito ao território *Abya Yala* como seio de revolução. Inicialmente, a constatação de que o patriarcado já existia em algumas comunidades tradicionais antes mesmo da chegada dos colonizadores, Viezzer e Grondin (2020) apontam que caso contrário, não seria uma prática comum o ato de presentear invasores com mulheres indígenas. Desse modo, não necessariamente a lógica do conceito de patriarcado se dava pela mesma condução do que se é observado no ocidente, assim como também não significa que as mulheres não tinham espaços de importância<sup>15</sup> dentro de suas origens.

<sup>14</sup> *Abya Yala* é um termo utilizado pelos povos indígenas das Américas para se referir ao continente americano. Originário das línguas Kuna e Guna, faladas por comunidades indígenas do Panamá e da Colômbia, *Abya Yala* significa “terra em plena maturidade” ou “terra viva”. Esse nome é uma expressão de identidade e respeito pela terra habitada, substituindo a designação eurocêntrica “América”. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2023/08/o-que-e-abya-yala-o-nome-dado-ao-continente-americano>. Acesso em: 01 jul. 2024.

<sup>15</sup> Atualmente, já existe um debate o qual discute o papel das mulheres indígenas em seus espaços de vida e suas relações. Alguns discursos e estudos apontam que não existia a diferenciação entre gêneros na maioria dos povos tradicionais, outros apontam que existia. No entanto, vamos trabalhar com a ideia de que em sua pluralidade, não podemos constatar uma única hipótese, porém, é

A segunda constatação é o racismo como elemento intransponível na formação histórica e econômica de praticamente todos os países da América Latina e Caribe, algo advindo também, das relações entre colonizadores e povos locais, além da escravidão negra e a exploração. E por fim, o reconhecimento de que o campesinato em sua pluralidade esteve em luta em todas as revoluções do continente, ao lado de todos os trabalhadores e trabalhadoras que advertiam a primeira e a segunda constatação, entre outras (Calaça, 2021)

A partir dessas observações iniciais, avançamos a análise do Feminismo Camponês Popular em sua aplicação prática. A institucionalização do pensamento feminista, camponês e popular, vem sendo a longos passos aceito como de fato um “feminismo”. Até pouco tempo atrás, existia certa resistência das mulheres camponesas ao aderir a palavra, porque até então, o feminismo representava algo proveniente do colonizador, já que teve suas origens na Europa (Calaça, 2021). Outras questões que afastavam-as do conceito de feminismo, eram: o feminismo como uma construção branca e de mulheres de classe média/alta, que não aproximariam-se de mulheres indígenas, negras e camponesas; a divisão do feminismo e da luta de classes, pois acreditavam que esta sim seria fonte de emancipação feminina, e por fim, as diversas possíveis interpretações do feminismo que em contrapartida, poderiam descredibilizar o movimento (Calaça, 2021).

Em outros termos, o feminismo camponês popular nasce através de muita relutância das próprias mulheres camponesas, pois, antes mesmo da existência do movimento, as próprias já organizavam-se de distintas formas de resistência diante das imposições dominantes, diante da exploração da terra e dos trabalhadores (Calaça, 2021). Sendo assim, mesmo sem a constatação de uma definição feminista, as movimentações das mulheres camponesas têm sido organizadas desde 1994, à espaço internacional, dentro da CLOC-LVC, que será melhor tratado no próximo capítulo.

Esses espaços reivindicados puderam proporcionar a intervenção de ideias e de estratégias puramente personalizadas sob o olhar das mulheres camponesas, e, em junção à outros movimentos de mulheres camponesas que já adotavam a tarja feminista marxista, enviesado à uma perspectiva camponesa - como por exemplo, o

---

necessário levarmos em consideração que muitas sociedades indígenas foram arrebatadas pelo patriarcado ocidental, e conseqüentemente, houve a corrosão da perspectiva originária com relação ao gênero.

MMC no Brasil -, auxiliaram no empoderamento das vozes das mulheres camponesas e nos seus entendimentos como mulheres feministas. Bem como explicita a declaração da CLOC/LVC,

Reconociendo que el feminismo ha aportado contribuciones importantes a la lucha por la liberación y la dignidad de las mujeres, y que existen múltiples corrientes feministas, optamos por una nueva construcción política que se expresa en el Feminismo Campesino y Popular. Este enfoque abarca nuestra gran diversidad y se nutre de las luchas de nuestras compañeras: campesinas, hermanas indígenas y afrodescendientes. Buscamos una interacción mutua entre las diversas cosmovisiones que representamos. De esta manera, reafirmamos que el socialismo y el feminismo forman parte de nuestro horizonte estratégico de transformación. Por lo tanto, afirmamos un feminismo campesino y popular, insubordinado y socialista, que cuestiona las concepciones patriarcales y burguesas que sirven a las políticas de explotación. Esta concepción feminista que estamos construyendo desde la CLOC/VC está estrechamente vinculada a los procesos políticos organizativos, la formación política y las luchas concretas que transforman la vida social, económica y política de la clase trabajadora, especialmente de las mujeres (CLOC/LVC, 2015b, p. 270).<sup>16</sup>

Destarte, é interessante ressaltar que, das lutas do Feminismo Camponês Popular, destacam-se,

[...] a luta por terra, por respeito à natureza, pela agroecologia, pela soberania alimentar, pela preservação das sementes, contra os transgênicos, pelo fim da violência contra as mulheres, pela participação em iguais condições nos espaços políticos, contra o colonialismo, contra o racismo, pela igualdade social, pelo socialismo, formam uma luta feminista a partir da realidade camponesa em sua diversidade (indígena, negra, quilombola, assentada, acampada, trabalhadora rural, agricultora, quebradeira de coco, pescadoras, assalariadas rurais, extrativistas, etc) (Calaça, 2021, p. 407).

Sendo assim, o Feminismo Camponês Popular tem como suas principais reivindicações,

- I. O apoio à construção de uma sociedade plenamente socialista, que promova a propriedade coletiva dos meios de produção;

---

<sup>16</sup> Reconhecendo que o feminismo tem trazido importantes contribuições para a luta pela libertação e dignidade das mulheres, e que existem múltiplas correntes feministas, optamos por uma nova construção política que se expressa no Feminismo Camponês e Popular, que caiba a nossa grande diversidade, que se alimente das lutas de nossas companheiras: camponesas, irmãs indígenas e afrodescendentes, que permita uma alimentação mútuo das diversas cosmovisões que representamos. Desta forma, reafirmamos que o socialismo e o feminismo fazem parte do nosso horizonte estratégico de transformação. Portanto, afirmamos um feminismo camponês e popular, insubordinado, socialista, que questiona as concepções patriarcal e burguesa que são funcionais às políticas de exploração. Assim, a concepção feminista que estamos construindo a partir da CLOC/VC está fortemente ligada aos processos políticos organizativos, de formação política e de lutas concretas que mudam a vida social, econômica e política da classe trabalhadora e em particular das mulheres (CLOC, 2015b, p. 270, tradução nossa).

- II. A defesa à igualdade e a justiça social sobre todas as pessoas, independente de seu gênero, raça ou classe;
- III. O combate ao racismo estrutural pleiteado na sociedade, especialmente relacionados às mulheres negras e indígenas;
- IV. A luta contra o colonialismo evidente na América Latina, contra as práticas e heranças coloniais que ainda refletem na vivência da população camponesa;
- V. A promoção incessante à participação pública e política das mulheres camponesas no âmbito nacional e internacional;
- VI. O combate à todas as formas de opressão e de violência de gênero visando a proteção e a segurança dos direitos das mulheres;
- VII. A defesa da reforma agrária e do direito das mulheres à posse e uso da terra, opondo-se ao agronegócio e ao latifúndio que rodeia o solo latino-americano;
- VIII. A busca pela harmonia através da preservação da natureza, respeitando e valorizando as heranças ancestrais e as práticas sustentáveis;
- IX. A sustentação da agroecologia como única e necessária agricultura em razão da sustentabilidade, da ecologia e da biodiversidade;
- X. A soberania alimentar na defesa do direito dos povos de controlar a produção e o consumo de alimentos, em prol da produção local e da produção de alimentos naturais;
- XI. A luta pela conservação do uso de sementes nativas e tradicionais, em oposição à sementes sintéticas e transgênicas, e,
- XII. Não menos importante, a oposição ao uso de organismos geneticamente modificados na agricultura, que são controlados por grandes corporações e multinacionais produtoras de transgênicos (CLOC/LVC, 2018).

### **2.3. Da Reforma Agrária, Soberania Alimentar e Agroecologia**

Ao aprofundar o tema nos conceitos de Reforma Agrária Integral e Popular, é necessária a compreensão do significado do termo, bem como a definição de Soberania Alimentar. A reforma agrária visa a redistribuição de terras de forma equitativa entre os trabalhadores rurais em prol da promoção do acesso à terra para aqueles que historicamente foram excluídos desta. Neste sentido, o conceito de reforma agrária não abrange uma teoria ou um autor específico e vem desenvolvendo-se ao longo dos anos refletindo nas políticas públicas dos Estados. É

válido ressaltar que, especificamente no contexto latino-americano, existem diversas semelhanças históricas de exploração social e territorial entre os países do continente, e por essa razão, a redistribuição de terras é um tópico que une forças em forma de luta, e por luta entende-se que o processo de reivindicação é construído por “marchas, ocupações, greves, manifestações em geral, além de campanhas que tem caráter pedagógico junto à sociedade” (Batista, 2019, p. 137).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil (2000, p. 6) “[...] a reforma agrária é muito mais do que uma política de acesso à terra. Quando vista em sua totalidade, afeta o conjunto de condições sociais, econômicas, ambientais e políticas com demandas diferentes”, visando um tipo de compensação resultante do histórico de posse de terras no continente latino-americano. Fernandes aponta que,

A reforma agrária é uma política pública, de competência do Estado, para promover o acesso à terra aos camponeses sem terra, por meio da descentralização da estrutura fundiária, composta predominantemente da soma das propriedades camponesas e indígenas e das propriedades capitalistas. Todavia, a efetivação de um projeto de reforma agrária não garante a total descentralização da estrutura fundiária, deixando aberta a possibilidade de reconcentração da terra. Simultaneamente, podem ocorrer processos de descentralização e concentração da estrutura fundiária, como se observa no exemplo do Brasil, onde, entre 1992 e 2003, as áreas das propriedades aumentaram em 89 milhões de hectares (*tabela abaixo*). Nesse período foram desapropriados pouco mais de 20 milhões de hectares, todavia houve um aumento de 52 milhões de hectares nos imóveis capitalistas com mais de 200 hectares. Os imóveis camponeses com menos de 200 hectares também tiveram um crescimento de 37 milhões de hectares (Fernandes, [20--]).

Dessa forma, torna-se apropriado contextualizar a questão agrária por si só, na América Latina. Pode-se dizer que a origem das questões agrárias surgiram em paralelo à construção do agronegócio, mesmo que teoricamente haja indícios históricos desta temática logo após a passagem dos governos coloniais para republicanos. É notório que, em grande parte dos Estados latino-americanos, o desenvolvimento concomitante à globalização pressurizou as estruturas à uma reforma predominantemente relacionada a industrialização da agropecuária, ignorando outros setores industriais e, assim, tornando esses países ainda mais subdesenvolvidos e os colocando exclusivamente em um papel de subordinação na produção de alimentos para exportação. Ao reconhecer essa situação, Fernandes afirma que,

Esse conjunto de mudanças intensificou as formas de exploração do modelo agroexportador e aprofundou a expropriação dos camponeses e indígenas,

gerando pobreza e miséria. [...] A implantação de novas técnicas e tecnologias e o uso de insumos químicos aumentaram a produção e a produtividade. O desenvolvimento de novas variedades de cultivo facilitou a mecanização, dispensando em grande parte o trabalho manual. [...] Na década de 1990, com o avanço das políticas neoliberais, consolidou-se o processo de territorialização das empresas multinacionais norte-americanas e europeias, que expandiram seus domínios e aumentaram o controle sobre os principais produtos primários: soja, café, leite, frutas etc. Nessa fase, o controle político-territorial também foi ampliado. Em processos de compra ou de fusão com empresas nacionais, as corporações multinacionais passaram a controlar mercados, tecnologias e patentes, concentrando poder e conhecimento. Entre as grandes corporações que se estabeleceram na América Latina destacam-se: Nestlé (Suíça); Philip Morris, Cargil, Coca-Cola, Del Monte e United Fruit Company (Estados Unidos), Bunge (Holanda), Danone (França) e Parmalat (Itália). Ao atuar em diversos setores da economia, desfrutaram de uma série de vantagens e adotam estratégias para assumir o controle político dos processos produtivos, dos mercados e das políticas econômicas (Fernandes, [20--]).

São esses processos históricos que contextualizam a criação do termo agronegócio, com todas as retóricas qualificatórias e processos produtivos subordinados. Nota-se que, a explanação de Fernandes refere-se à década de 1990, no entanto, podemos analisar a continuidade desta subserviência através dos dias atuais. No Brasil, por exemplo, há o Instituto Pensar Agropecuária (IPA), órgão que apresenta-se como uma das principais instituições que prestam suporte técnico à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), grupo este formado por 374 parlamentares brasileiros divididos entre 20 partidos diferentes, apoiados por empresas e associações do setor<sup>17</sup>. Segundo a matéria publicada por Arroyo (2019) no *De Olho nos Ruralistas*, a autora aponta que,

[...] a alemã Bayer lidera também o levantamento ao apoiar cinco entidades que financiam o Instituto Pensar Agropecuária. Entre elas estão a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) e o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (Sindan). A Monsanto, que pertence à Bayer desde o ano passado, contribui com três mantenedoras do IPA. A empresa produz o Roundup, um dos pesticidas mais usados no mundo e alvo de milhares de processos judiciais nos Estados Unidos por conta das suspeitas de causar câncer. A produtora de químicos Basf dá suporte a quatro entidades, entre as quais o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg). A Cargill, que processa e exporta grãos e está presente em 17 estados e em 191 municípios do Brasil, está entre as empresas que compõem a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) e o Sindicato Nacional da Indústria de

---

<sup>17</sup> Desde que foi oficializada, a bancada ruralista tem desempenhado um papel ativo no Congresso Nacional, além de ter acumulado influência a ponto de derrubar e sustentar presidentes. O foco principal do grupo é claramente enfraquecer a proteção estatal sobre territórios indígenas, quilombolas e Unidades de Conservação, atendendo aos interesses de expansão do agronegócio. Além disso, alguns parlamentares, enquanto defendem a venda de terras a estrangeiros, já foram implicados em casos de exploração de trabalho escravo e outras violações de direitos. No âmbito estadual, a bancada tem viabilizado anistias por crimes ambientais e perdão frequente de dívidas de produtores rurais (Castilho, 2018).

Produtos para Saúde Animal (Sindan) – ambos apoiadores do IPA. A lista de mantenedores indiretos da bancada ruralista inclui duas grandes multinacionais do tabaco, a Souza Cruz e a Philip Morris, ambas fiadoras da Associação Brasileira da Indústria do Fumo. Corporações como Nestlé, Aurora e Danone, da Viva Lácteos. Ou o grupo André Maggi, capitaneado pelo ministro da Agricultura do governo Temer, Blairo Maggi. A empresa ajuda a bancar a Associação Brasileira dos Produtores de Sementes de Soja (Aprass) – uma das associações que têm mais influência na FPA, ao lado da Aprosoja (Arroyo, 2019).

Apesar disso, entre 1992 e 2003, a reforma agrária contribuiu para um certo equilíbrio na estrutura fundiária brasileira. De acordo com o Sistema Nacional de Cadastro Rural, nesse período houve uma redução de 3% nas áreas rurais capitalistas, ao mesmo tempo em que as áreas destinadas a camponeses cresceram também 3%, como sugere Fernandes [20--]. Ainda sim, nem todas as políticas públicas relacionadas à reforma agrária foram eficientes no entorno da América Latina e seus governos. Outros países como México, Venezuela, Chile, Peru e Bolívia implementaram projetos que não foram capazes de manter a descentralização de terras de maneira efetiva, e por consequência, resultando em alguns casos de reconcentração fundiária (Fernandes, [20--]).

No início do século XXI, a reforma agrária continuava a ser uma demanda central para movimentos indígenas e camponeses, principalmente porque os modelos de desenvolvimento agropecuário não resolveram adequadamente as questões fundiárias e territoriais. Após a "revolução verde", que aumentou o uso de insumos e mecanização na agricultura, surgiram argumentos de que as reformas agrárias eram desnecessárias, já que a tecnologia poderia resolver o problema da fome. Esse pensamento voltou a ganhar destaque com o surgimento dos alimentos transgênicos (Fernandes, [20--]). Evidentemente, por "revolução verde", a CLOC entende que,

[...] sobre a nova ofensiva do capital global, agora encoberto por uma "economia verde", com o que se pretende terminar de mercantilizar os bens naturais, aprofundar o saque, principalmente, exterminando, assim, o campesinato em nosso Continente. Como CLOC-VC consideramos que essas "alternativas" são as falsas soluções que o capital propõe frente à crise climática. Devido a isso, continuaremos desenvolvendo e potenciando nossa capacidade de mobilização e resistência, organizando lutas nas regiões e países, no marco da Rio 20. No Brasil, principalmente, concentraremos ações com o objetivo de desmascarar o circo criado em torno da Rio 20, onde o capital, tal como o fez há 20 anos por trás do conceito de "economia sustentável", disfarça sua estratégia de acúmulo dos bens naturais atrás do nome de "mercado verde ou economia verde tentando, assim, mercantilizar a vida. Não há possibilidade de Soberania Alimentar dentro da "economia verde" (Declaração Final da reunião da Comissão Política da CLOC-VC, 2011).

Diante das falsas soluções promovidas pela economia verde e práticas como o *greenwashing*<sup>18</sup>, movimentos sociais e especialistas apontam para a agroecologia e a soberania alimentar como alternativas reais e viáveis. A citação acima, retirada da Declaração Final da reunião da Comissão Política da CLOC-VC, critica duramente as ações quase neocolonialistas promovidas por organizações internacionais, majoritariamente controladas por países de maior influência, como os Estados Unidos e outros países membros permanentes da ONU. A grande questão gira em torno da retórica da “economia verde” que serve para justificar políticas que perpetuam a exploração de recursos naturais de países subdesenvolvidos e periféricos, mascarando essa exploração com discursos pautados na sustentabilidade.

De acordo com o Brasil de Fato (2023), um dos principais exemplos da atualidade, é a exportação da soja brasileira para a China. Enquanto o governo chinês decide estrategicamente não cultivar a soja devido aos efeitos ambientais e ao uso excessivo da água, a grande potência organiza a importação da soja brasileira para atender à sua demanda. Esse cenário limita o Brasil a uma “zona de sacrifício”, onde a produção agroexportadora ligada ao cultivo de soja está diretamente relacionada ao latifúndio, aos transgênicos e ao uso intenso de agrotóxicos, pondo em xeque a segurança ambiental e os direitos humanos no Brasil (BdF, 2023). Para Therezinha de Castro, a atuação de ONGs em Estados subdesenvolvidos reflete o neocolonialismo, principalmente em Estados compostos pela região Amazônica, evidenciando que a riqueza regional influencia em uma intervenção externa por países que não possuem os mesmos recursos naturais em seu território, o que os faz utilizar do discurso ecológico e humanista para intervir na região (Freitas, 2014).

Apesar do grande aumento na produtividade agrícola e pecuária resultante das inovações tecnológicas e das políticas agrícolas, esses avanços trouxeram consigo desafios como danos ambientais e desemprego estrutural, além de ter

---

<sup>18</sup> Da tradução, significa “lavagem verde” ou popularmente conhecido como “maquiagem verde”. [...] designa o ato de uma empresa iludir o consumidor quanto ao seu compromisso ambiental. Nessa prática, a empresa faz algumas ações consideradas sustentáveis ou “verdes” e usa isso em seu marketing. Com isso, ela se vende como uma organização com responsabilidade ambiental. No entanto, a maior parte de seus processos de produção e de distribuição envolve práticas não sustentáveis (Bertagnoli, 2024). Neste sentido, adaptando para as RI's, nota-se que muitas organizações internacionais também usufruem deste conceito em seus posicionamentos.

perpetuado as desigualdades e a fome. Durante os anos 1990, o Banco Mundial passou a apoiar a reforma agrária em países como Guatemala, Brasil e Colômbia, mas com uma abordagem de mercado, mudando o entendimento tradicional de reforma agrária como uma intervenção estatal (Fernandes, [20--]), provando mais uma vez a intenção externa de esvaziamento das pautas sociais do campo. Contudo, a nova modalidade advinda do âmbito privado tem sido um agravante para problemas sociais, pois frequentemente as terras vendidas para camponeses são de baixa qualidade, o que dificulta a produção e o pagamento dessas terras (Fernandes [20--]). Por conseguinte, a CLOC-LVC compreende que:

Devemos derrotar o modelo agrícola imposto pelas corporações do agronegócio que apoiados pelo capital financeiro internacionais e baseado em monocultivos transgênicos, uso massivo de agrotóxicos e expulsão de camponesas e camponeses do campo, são os principais responsáveis pela crise alimentar, climática, energética e de urbanização (Movimento de Mulheres Camponesas, 2015).

A partir disso, a agroecologia constrói suas percepções de forma alternativa frente ao modelo de produção agrícola dominante. Embora este conceito tenha raízes históricas muito profundas advindas dos povos originários, o termo como peça de estudo e luta social foi recentemente popularizado, em prol da oposição ao agronegócio. De acordo com Zarref, entende-se como agroecologia,

[...] a práxis social e produtiva dos camponeses, onde a partir do trabalho, do estudo, da reflexão e da organização popular criamos e manejamos sistemas produtivos diversificados, que tem a natureza como aliada, não como inimiga. A agroecologia é uma coevolução entre o sujeito social do campo e o meio ambiente ao seu redor, sua natureza exterior. À medida em que produzimos agroecologicamente na terra conquistada, com cooperação, com novas relações sociais, estamos reconstruindo nós mesmos, nossos coletivos e nossos territórios. E, com os frutos desse processo, alimentando as famílias trabalhadoras brasileiras (2018).

Basicamente, a agroecologia parte muito além das práticas agrícolas e busca infinitas formas de multidisciplinaridade. Há claramente uma integração entre as ciências naturais e humanas, conectando as áreas da “[...] ecologia, biologia, agronomia, sociologia, economia, ciência política, antropologia e outras disciplinas” (CECANE/UFOP, 2012, p.3) em defesa de um desenvolvimento rural sustentável. Em uma perspectiva de base camponesa, a agroecologia deve ser construída em meio da luta pelo controle do território dos povos, com circuitos de comercialização local e trocas justas. Nesses moldes, a prioridade não é o lucro, e sim, a

solidariedade, a proteção dos bens comuns, a diversidade biológica e a criação de relações mais equitativas e livres de violência (*Acción por la Biodiversidad*, 2020).

De acordo com a *Acción por la Biodiversidad* (2020, p. 4), os últimos anos têm sido de disputa com relação ao conceito de agroecologia, visto que o termo tem sido apropriado por empresas e governos que reinterpretem-o de forma limitada. Nesse sentido, embora promovam algumas práticas consideradas sustentáveis, como por exemplo o uso de agrotóxicos, não opõem-se ao uso intensivo de maquinários, a concentração fundiária, o controle corporativo das sementes e a implantação de monoculturas, mesmo que sejam atos igualmente prejudiciais à biodiversidade (*Acción por la Biodiversidad*, 2020). Ainda neste cenário, o alerta é para que essa abordagem predatória reduza a agroecologia à uma técnica padronizada ao não apontar a lógica dominante do agronegócio, tratando-a como mais uma vertente do setor ao invés de analisá-la como um caminho de garantia para a alimentação dos povos, como observa-se neste trecho da *Acción por la Biodiversidad*:

Desde as organizações camponesas, de produtorxs, socioambientais e meios de comunicação alternativos, propomos uma agroecologia de base camponesa, herdeira de 10.000 anos de agricultura, que tem como objetivo principal a Soberania Alimentar de nossos povos. Quando falamos de agroecologia de base camponesa, acreditamos ser essencial levar em conta dimensões sociais, políticas e ambientais, e não apenas as técnicas ou práticas agronômicas para produzir alimentos. Eliminar o uso de agrotóxicos é central para garantir uma alimentação saudável, mas há muitos outros aspectos importantes a serem considerados. Não podemos, por exemplo, pensar na produção de alimentos sem questionar profundamente as condições em que são produzidos, e sem reconhecer e visibilizar os conhecimentos que, há anos, fazem parte dos sistemas produtivos (2020, p. 3, tradução nossa).

Há uma correlação muito potente entre a agroecologia e a organização de um feminismo camponês, e esta união é perceptível em diversas obras de autoras que acreditam na existência e construção do feminismo camponês popular. Observa-se que tanto um quanto o outro sinalizam em seus conceitos a importância desta relação, como podemos perceber através dos pilares da agroecologia, que são: a renovação natural do solo; o aumento da biodiversidade; o aumento da fertilidade; a produção de alimentos saudáveis; a valorização da cultura local; a geração de renda; o fortalecimento da juventude rural; a participação da mulher na produção; a igualdade de gênero; alimentos saudáveis; melhoria da qualidade de vida, e equilíbrio ecológico (CECANE, 2012). Em somatório, Francisca Rodríguez - uma das

fundadoras tanto da LVC quanto da CLOC -, corrobora sobre a essência da agroecologia sob a própria perspectiva individual e do movimento,

Nossa luta pela agroecologia é muito significativa para o bem da humanidade. A agroecologia não é nova; é a recuperação do conhecimento ancestral, da forma como temos praticado a agricultura por milênios. É a nossa forma de produzir que nos dá alimentos saudáveis e nos faz valorizar tudo na Terra, desde o desperdício de nossas próprias plantações até o que os animais nos fornecem. Há muita sabedoria sobre o cuidado com a Mãe Terra e com a natureza ao nosso redor. Não somos contra a tecnificação ou a otimização dos recursos (terra e água). Mas as universidades hoje formam técnicos e profissionais para o sistema, e eles só trabalham de acordo com as regras do mercado e com um olho nos agroquímicos. Por isso, precisamos formar nossos próprios profissionais. Fazemos isso no nosso IALA e nas nossas Escolas Semeadoras de Esperança, onde estamos trabalhando para criar o futuro IALA para as mulheres do campo. Lá, as professoras são formadas em agroecologia, o conhecimento é compartilhado e recuperado, assim como algumas tradições culturais que são parte fundamental de nossa identidade como povo rural. Claro, há outras tradições que vamos enterrar, em vez de defender, especialmente aquelas que ameaçam a dignidade das mulheres (Rodríguez, F; Verrotti, A, 2023, p. 572, tradução nossa).

O Instituto Agroecológico Latinoamericano (IALA) é uma das maiores iniciativas da CLOC-LVC para a construção da soberania alimentar, visto que “[...] a formação política como técnica têm sido uma prioridade estratégica do movimento [...]”, para que haja o entendimento geral de que “[...] a força das mudanças está no nível de consciência e no grau de organização das pessoas” (LVC, [20--], tradução nossa). Neste contexto, a organização fomentou a criação de escolas baseadas nos princípios da educação popular, participou da formação de bacharelados e mestrados voltados para a educação no campo e, por fim, institucionalizou os IALAs. Nesse processo de institucionalização e expansão das IALAs, a formação e capacitação de lideranças tornou-se uma prioridade estratégica. Como destacado por Torrez,

Um dos maiores avanços do nosso movimento foi na formação e capacitação. As escolas se posicionaram para fortalecer a liderança e mobilizar a classe trabalhadora em temas como a luta contra a OMC e a defesa de outro modelo de produção, colocando a agroecologia na agenda. Nosso desenvolvimento nos levou a formar nossa militância camponesa e indígena. Naquele momento, a universidade em muitos países seguia um pensamento convencional, formando profissionais a serviço das multinacionais da agricultura, de uma maneira elitista e destinada a educar trabalhadores da classe dominante. A proposta de criar um centro latino-americano de formação agroecológica foi inicialmente vista como uma "heresia acadêmica". No entanto, com a metodologia de camponês para camponês, seguindo o pensamento freiriano de uma Educação Popular, propomos uma formação integral voltada para a participação e o desenvolvimento de novas lideranças, com impacto na construção de uma nova cultura política na América Latina (2018, s.p., tradução nossa).

Observa-se que uma das principais motivações para o surgimento de vertentes educacionais alinhadas à perspectiva popular e camponesa é a formação de uma nova geração que “[...] entenda a agroecologia como elemento de resistência, de luta, e como parte do outro mundo que queremos” (Torrez, 2018, s.p., tradução nossa). O IALA claramente foi construído para que façam da “[...] agroecologia um modo de viver, lutar e resistir contra o capitalismo” (Torrez, 2018, s.p., tradução nossa). À maneira da organização do movimento, a produção de alimentos em seu próprio território, sendo eles cultivados de forma saudável e nutritiva, reproduz a base da soberania alimentar e conseqüentemente o bem estar dos povos (Torrez, 2018, s.p., tradução nossa).

À luz do feminismo camponês popular, a luta pela soberania alimentar é parte da visibilidade da participação feminina no campo, como apontado na Declaración de Yakarta,

Nossa luta e ação pela Soberania Alimentar nos deu, às mulheres, a oportunidade de tornar visível nossa participação histórica no desenvolvimento dos sistemas alimentares no mundo e o papel que desempenhamos desde a invenção da agricultura, na coleta e propagação das sementes, na proteção e preservação da biodiversidade e dos recursos genéticos, situando-nos, ao mesmo tempo, como um dos principais pilares afetivo, ético e social (LVC, 2013, tradução nossa).

Dessa forma, em 1996 a Cúpula Mundial da Alimentação foi proporcionada pela FAO. Neste ano, o cenário mundial era palco de diversos desafios e mudanças significativas no que concerne à produção e distribuição de alimentos. De acordo com Custódio *et. al* (2011), entre os principais fatores, pode-se pontuar certo *boom* populacional, que intensificou a pressão sobre a produção de alimentos em larga escala, em conjunto com a globalização e a liberalização do comércio, crises humanitárias e resquícios políticos das relações de poder antecedentes à redemocratização, além da notável degradação ambiental já existente na época. Em razão deste cenário, surge o conceito de Soberania Alimentar, em forma de manifestação política e internacional, como pontuado pela Via Campesina,

A Soberania Alimentar é uma proposta da Via Campesina que foi tornada pública durante a Cúpula Mundial da Alimentação da FAO, realizada em Roma em 1996. Para as mulheres camponesas, esse princípio é fundamental para sua própria existência, estando sempre relacionado ao processo criativo da produção de alimentos. O desafio atual é garantir que, ao construir essa proposta, os preconceitos sexistas sejam superados e que essa nova visão de mundo inclua, reivindique e permita que as mulheres possam ser camponesas em igualdade de condições (Via Campesina, 2021, p. 19, tradução nossa).

Ao relacionarmos os conceitos citados neste subcapítulo, é indubitável a interdependência entre estes, ao percebermos que, não há terra sem reforma agrária, e conseqüentemente, não há alimentos naturalmente concebidos sem a agroecologia, bem como nessas circunstâncias, não há soberania alimentar para os povos, assim como também, não haveriam todos os antecedentes sem o feminismo. A excepcionalidade das teorias de gênero reside em suas capacidades de oferecer perspectivas contra-hegemônicas sob as lentes das dinâmicas de gênero, e no contexto da soberania alimentar, essa abordagem também reflete nas demandas que destacam a intersecção entre gênero e o direito à alimentação.

De acordo com a Via Campesina, essa interseccionalidade defende em primeira instância o acesso à terra, levando em consideração que existem ainda hoje países que proíbem mulheres do acesso à terra, e outros que culturalmente e tradicionalmente as impedem de usufruir plenamente desta legalidade. Além disso, também observa como obstáculo a acessibilidade ao crédito, serviços e insumos, pois as mulheres raramente são creditadas neste aspecto. À segunda instância, põe-se como um dos pilares da organização, o reconhecimento dos impactos das políticas neoliberais, visto que as mesmas refletem mundo a fora e se inserem diretamente na privatização dos recursos e serviços, além de ser principal causadora da transição do trabalho de mulheres e homens para fábricas e indústrias (La Via Campesina, 2021, p. 23, tradução nossa).

Nesse sentido, destaca-se a jornada dupla das mulheres como principal foco de crítica da VC, pois entende-se que muitas mulheres precisam realizar tanto o trabalho doméstico quanto o trabalho reprodutivo, desestruturando a rede familiar e tornando-se responsáveis pelo sustento destes. Sendo assim, em terceira instância a organização entende que o trabalho produtivo e reprodutivo advindo das mulheres são invisibilizados, ou seja, a divisão do trabalho que submete as mulheres à essa jornada dupla desvaloriza fortemente sua atuação na produção de alimentos e no âmbito doméstico, onde além do serviço braçal, cuidam da casa e também dos filhos (La Via Campesina, 2021, p. 23, tradução nossa).

Por fim, a organização coloca-se contra a agroindústria e o modelo agroalimentar neoliberal, entendendo que existem monopólios, respaldados por governos e organizações internacionais, relacionados à produção e à distribuição de alimentos, que resultam do desrespeito à terra e ao meio ambiente. Para a VC, a cadeia de produção neoliberal não só diz respeito à exploração e à concentração de

terras, como também à perda de biodiversidade e à ameaça para a soberania alimentar. Isto posto, a intenção não se limita apenas ao repúdio ou ao apoio a esses pontos, mas propõe soluções para contrapor o modelo já imposto, como o conceito de agroecologia, por exemplo (La Via Campesina, 2021, p. 23, tradução nossa).

Da mesma forma, também é pauta de luta a recuperação das sementes nativas e crioulas, que estão em risco desde que as empresas transnacionais optaram pelo uso e produção de sementes transgênicas, o que vai contra a ideia de soberania alimentar. Como oposição, as mulheres têm preservado práticas tradicionais relacionadas à terra, garantindo que seus conhecimentos resultem na conservação das sementes nativas (La Via Campesina, 2021, p. 23, tradução nossa).

Ao contextualizar o conceito de soberania alimentar, surgem questões que vão além da simples garantia de alimentos para a população. Por que falar em soberania alimentar e não apenas em segurança alimentar? Qual é a importância de enfatizar o "controle" sobre os alimentos e os recursos necessários para sua produção? A quem pertence esse controle: grandes corporações ou pequenos agricultores? Essas dúvidas são centrais quando se observa o crescente domínio das multinacionais sobre a cadeia produtiva agrícola, o que levanta a questão: até que ponto a soberania alimentar pode ser atingida em um cenário globalizado? Assim, refletir sobre a soberania alimentar é também entender as dinâmicas de poder, equidade e justiça dentro da produção agrícola global, que é reflexo de uma profunda história de colonização.

Ao reconhecer a fome como uma das formas de dominação do sistema capitalista, Calaça (2021) discorre que a soberania alimentar antecede a segurança alimentar, pois a segurança alimentar “não carrega consigo a importância da cultura alimentar, nem a construção da alimentação como um direito inalienável do ser humano” (Calaça, 2021, p. 386). Ou seja, a essência da soberania alimentar diz muito mais respeito a um “[...] conjunto de direitos dos povos de decidir sobre suas próprias políticas de produção agrícola e da alimentação, assim como as políticas que organizam a distribuição e o consumo dos alimentos” (Calaça, 2021, p. 387), dado o fato de que a dominação feita através da fome tem raízes na colonização de populações nativas e assim como muitos outros problemas estruturais da América

Latina, também se promulgou até os dias atuais. Além disso, Calaça ainda enfatiza que,

Salientamos que ter esse acesso à alimentação adequada, em qualidade, qualidade e com a regularidade necessária para toda a população, em países colonizados, pressupõe a construção de uma noção de soberania que vai da produção à distribuição. Tal noção deve partir do entendimento de que todas as pessoas e animais têm direito à alimentação, mas o atendimento a esse direito não pode ser responsável por uma destruição da natureza que inviabilize a vida das gerações futuras (2021, p. 386).

Neste sentido, a segurança alimentar limita-se à garantia de alimentos de forma condicionada às dinâmicas do mercado, ou seja, com o direcionamento da produção ao monopólio de grandes corporações alimentícias, provenientes de concentrações fundiárias e, conseqüentemente, fruto do próprio “opressor”. No entanto, quando o assunto é a autonomia alimentar, existe maior controle sobre a produção e distribuição de alimentos, priorizando os pequenos agricultores e o direito dos povos de decidir suas políticas agrícolas, em um processo de autodeterminação (Calaça, 2021). Assim, a autonomia em um mundo globalizado “não diz respeito apenas ao interesse do campesinato, mas à sua vocação de alimentar o mundo” (Calaça, 2021, p. 387).

Destarte, somado a diversos fatores sociais surgiu a necessidade de maior cooperação entre pequenos agricultores, camponeses, indígenas e movimentos sociais com causas comuns. Em defesa da água, da terra e dos direitos dos povos latino-americanos, formou-se a primeira grande articulação internacional na Via Campesina, a CLOC, que unificou a luta de classes do movimento. Assim, a organização se estabeleceu como parte de um esforço global da VC, reunindo trabalhadores rurais de várias regiões e permitindo a convergência das lutas locais e transnacionais pela terra e pela soberania alimentar, ampliando o impacto e o alcance de suas mobilizações e reivindicações.

### **3 A COORDINADORA LATINOAMERICANA DE ORGANIZACIONES DEL CAMPO DE LA VIA CAMPESINA**

No capítulo anterior, foram evidenciadas razões e eventos específicos que potencialmente contribuíram para a formação de organizações de trabalhadores rurais, possibilitando, em última instância, o desenvolvimento da união dos trabalhadores rurais, que futuramente formariam a própria luta de classes. Segundo

Batista, as classes sociais “não se constituem no vácuo, ou mecanicamente a partir das relações com os meios de produção” (2019, p. 83-84), e sim efetivamente constituem-se como classe à medida em que essa parcela da população se engaja na luta, consolidando um programa, seja consciente ou ainda em formação, que se contrapõe à realidade vivida. Ao mesmo tempo, são essas experiências concretas que fundamentam o desenvolvimento da consciência social (Batista, 2019, p. 83-84).

No entanto, ao considerarmos que uma classe constitui-se primeiramente como um movimento, e que é a partir da construção desse movimento que surge a consciência de determinada classe, constata-se que é a partir daí que se enraízam os debates que edificam as organizações políticas e populares, que dão sentido ao movimento e à naturalidade da luta (Batista, 2019). Nesse contexto, Marx (1982) aponta que a formação de uma classe depende das condições econômicas e sociais que distinguem e opõem grupos sociais. Ele observa que, enquanto a conexão local e a ausência de organização política impedem que os camponeses formem uma classe, as famílias que compartilham condições de existências semelhantes, e que são separadas das outras classes por seus modos de vida, interesses e cultura, unem-se em um movimento coletivo, o que as configura como uma classe. Marx observa que,

Na medida em que milhões de famílias vivem em condições econômicas de existência que as separam pelo seu modo de viver, pelos seus interesses e pela sua cultura das outras classes e as opõem a estas de modo hostil, aquelas formam uma classe. Na medida em que subsiste entre os camponeses detentores de parcelas uma conexão apenas local e a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhuma comunidade, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, não formam uma classe (Marx, 1982, p. 503).

Tendo isso em vista, Batista (Fernandes, 1975, *apud* Batista, 2019) observa os padrões de dominação capitalista na América Latina e como esses alimentam-se de processos de expropriação, despossessão e extração de recursos naturais até sua destruição. Dessa maneira, os Estados latino-americanos, frutos do colonialismo, formam-se complexos após suas independências, incorporando traços capitalistas em sua construção. Dito isso, a autora aponta que,

[...] o dilema latino-americano consiste justamente na combinação de dois aspectos da áspera realidade: por um lado uma estrutura econômica e sociocultural de países que absorvem as transformações do capitalismo, inibindo o desenvolvimento autônomo; e por outro uma dominação externa que estimula a modernização, mas impede a revolução nacional com real autonomia. Neste caso, a dependência articulada ao subdesenvolvimento tem aspectos positivos tanto para o imperialismo como para as burguesias

nacionais que conseguem manter seus privilégios (Fernandes, 1975 *apud* Batista, 2019, p. 86).

Nesse sentido, a consciência social de ambas as partes da sociedade estruturam-se. Quando tratamos das burguesias nacionais, torna-se evidente o investimento exponencial em processos produtivos que giravam em torno de mais valia ou na expropriação de bens da natureza nacional, que foram indispensáveis para a manutenção de uma posição de poder interno dentro de seus países. Ao reconhecer certos padrões de dominações capitalistas, os quais os países da América Latina sofreram impreterivelmente, Fernandes (1975) discorre em cada uma delas - mesmo que brevemente - sobre centralização de poder das mesmas acima dos setores de terra e produtividade agrícola.

Dessa forma, o primeiro padrão de dominação externa que emergiu no contexto latino-americano reproduziu-se sob a forma do neocolonialismo, que, ao substituir o sistema colonial manteve a estrutura de exportação de produtos primários, como aborda Fernandes,

De fato, os “produtores” de bens primários podiam absorver pelo menos parte do *quantum* que antes lhes era tirado através do antigo padrão de exploração colonial, e suas “economias coloniais” recebiam o primeiro impulso para a internalização de um mercado capitalista moderno. Entretanto, a dominação externa era uma realidade concreta e permanente, a despeito de seu caráter como processo puramente econômico. Os efeitos estruturais e históricos dessa dominação foram agravados pelo fato de que os novos controles desempenham uma função reconhecida: a manutenção do *status quo* ante da economia, com o apoio e cumplicidade das “classes exportadoras” (os produtores rurais) e seus agentes ou os comerciantes urbanos (Fernandes, 1975, p. 15).

Seguindo o raciocínio de Fernandes (1975), o segundo padrão tem raízes pouco mais modernas e começa a ter maior incidência a partir da ascensão norte-americana na América Latina. Para o autor, esta ascensão se deve à expansão de empresas com representatividade ao capitalismo corporativista monopolista, “[...] onde os EUA em parceria com alguns países europeus menos dotados de hegemonia configuram um imperialismo total, subsumindo os Estados e economias nacionais à lógica do desenvolvimento de um capitalismo dependente” (Batista 2019 *apud* Fernandes 1975, p. 85).

Outrossim, em suas reflexões Fernandes (1975) analisa os interesses comuns entre as burguesias nacionais e as forças de interferências externas. Dentro deles destaca-se a forte intenção de manter a ordem social e garantir o fortalecimento e a

sobrevivência do capitalismo, de forma a evitar que o controle burguês venha a ser ameaçado. O autor ainda apresenta que a congruência entre esses dois atores, internacionais e nacionais influencia até mesmo no “atraso da revolução burguesa” nos países dependentes, elucidando seu pensamento através do advento da ditadura civil-militar no Brasil em 1964 - processo que consolidou a subordinação da burguesia brasileira a interesses externos - (Fernandes, 1975). Essa configuração denomina outro padrão de dominação na América Latina, “a sublimação de seu ser subserviente e dependente”<sup>19</sup> como ratifica Batista (2019, p. 87). Por fim, Batista sintetiza que,

[...] entre as contradições essenciais do capitalismo dependente latino-americano estão: a relação democracia e desenvolvimento econômico capitalista rápido nas condições permanentes de capitalismo dependente; a relação entre o imperialismo e revoluções autocrático-burguesas, onde o crescimento econômico ocorre sob as condições de agravamento das desigualdades econômicas e políticas; a revitalização e criação de novos privilégios neocoloniais; o controle de classes sobre o enrijecimento da opressão como arma de controle; e os limites do caráter da revolução burguesa, que consolidam as burguesias nacionais sob o capitalismo dependente (Batista 2019 *apud* Fernandes 1975, p. 87).

Através deste contexto torna-se viável a compreensão deste capítulo, que delinea a criação da CLOC-LVC desde suas mais profundas raízes, transcorrendo sua trajetória organizacional até a introdução do feminismo camponês popular como pauta e bandeira dentro do movimento que rege a *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo de La Via Campesina*.

### **3.1. Origem e organização da CLOC-LVC como Movimento Camponês Internacional**

Diante dos impactos negativos das políticas neoliberais, combinados à dominação externa no setor rural latino-americano, surgiu a necessidade de uma articulação formal que culminou no I Congresso Latino-americano de Organizações do Campo (I CLOC), realizado em 1994. A privatização das terras e o enfraquecimento das reformas agrárias resultaram em um processo significativo de

<sup>19</sup> A expressão "sublimação de seu ser subserviente e dependente" refere-se ao processo psicológico pelo qual indivíduos ou grupos oprimidos internalizam e aceitam sua condição de subordinação dentro de uma estrutura de dominação. Esse processo implica uma transformação na qual a subserviência e a dependência são incorporadas como características intrínsecas da identidade do oprimido, legitimando e perpetuando a ordem social existente. A aceitação dessa condição, frequentemente vista como inevitável, contribui para a manutenção do status quo, impedindo a mobilização contra as estruturas de poder que sustentam a opressão.

retrocesso para as populações camponesas, que passaram a enfrentar a pobreza e o êxodo rural. Esses fenômenos culminaram em movimentos organizados que desafiavam diretamente os moldes de repressão. Foi nesse contexto que se construiu a mobilização que resultou na promoção deste primeiro congresso, com a formulação de diversos propósitos de resistência, declarados desde sua criação.

Ao refletir a extrema pobreza, as migrações do campo para a cidade e o enfraquecimento das economias camponesas, torna-se central a articulação das mobilizações da CLOC em busca de respostas concretas e coletivas para o enfrentamento desses desafios. Segundo a CLOC, esses fenômenos são consequências diretas das políticas neoliberais aplicadas no meio rural da América Latina, além dos retrocessos nas reformas agrárias e da criação e continuidade de legislações anti-camponesas, que devolvem ao mercado milhares de hectares de terra e facilitam o processo de reconcentração das mesmas (Declaração Final, I CLOC, 1994). Diante desse cenário de desigualdade e opressão no meio rural, a CLOC adotou estratégias de resistência ativa, afirmando que,

[...] a resistência camponesa e indígena tem se manifestado através de mobilizações, ocupações de terra, impulsionando alternativas autogestionárias para enfrentar os desafios da produção, dos serviços e do mercado. [...] Sob este espírito de unidade na diversidade, um número significativo organizações do campo Latino-americano e do Caribe, acordamos em convocar este I Congresso Latino-americano de Organizações do Campo (I CLOC) [...] com o propósito de intercambiar experiências entre nossas organizações e buscar formas de coordenação e de ações conjuntas. [...] Hoje concluímos com êxito nosso I Congresso. Alcançamos os objetivos a que nos propusemos, com a participação de 238 delegados, de 84 organizações sindicais, procedentes de 18 países da América Latina e 3 da Europa (Declaração Final, I CLOC, 1994).

No que diz respeito ao setor agrário, é importante enfatizar que "o direito dos camponeses à terra e dos indígenas a seu território são irrenunciáveis e irrevogáveis, constituindo uma parte integral dos direitos humanos". Ademais, uma verdadeira reforma agrária deve emergir de "profundas mudanças nas estruturas sociais e produtivas" (Declaração Final, I CLOC, 1994), implicando na erradicação da legislação anti-camponesa e na garantia da propriedade social da terra, de modo a prevenir a concentração fundiária.

Conforme defendido na CLOC, não deve haver "terras em poucas mãos, nem muitas mãos sem terra". Para este feito, é essencial promover o acesso dos pequenos e médios produtores "ao crédito, à assistência técnica e pesquisa, a mercados seguros e a preços justos para seus produtos, a seguros agrícolas e a

serviços básicos" (Declaração Final, I CLOC, 1994). Tal iniciativa reveste-se de especial relevância na América Latina, uma vez que a região apresenta uma significativa disparidade de oportunidades entre os diferentes tipos de produtores agrícolas, perpetuando um histórico favorecimento aos grandes produtores.

Adicionalmente, um objetivo significativo relaciona-se à promoção da integração local, nacional e latino-americana, visando o fortalecimento de "formas alternativas de autodesenvolvimento e integração econômica" (Declaração Final, I CLOC, 1994), impulsionado pelas organizações que compõem a CLOC. Aumentando o grau de integração, a premissa de uma agricultura auto sustentável se consolida, fundamentando-se em três pilares essenciais: a qualidade de vida dos povos, o uso racional dos recursos naturais e a preservação dos recursos energéticos. Nesse contexto, torna-se viável a ampliação global dos conceitos defendidos pelo movimento, como soberania alimentar, agroecologia e reforma agrária.

Outro desígnio importante, no que tange aos aspectos sociais do movimento, refere-se ao respeito à "identidade cultural, à autodeterminação e ao território dos povos indígenas", em uma busca incessante pela unidade entre indígenas e camponeses, além da luta pela aprovação do projeto da Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas. Consequentemente, o respeito e o apoio à luta das mulheres do campo são imprescindíveis, reconhecendo que "não é um problema somente das mulheres, mas de todos os explorados, de toda a sociedade". Assim, a CLOC se propõe a trabalhar "por uma mística latino-americana que supere todo tipo de discriminação e violência contra a mulher" (Declaração Final, I CLOC, 1994), buscando possibilitar a atuação ativa das mulheres em todos os processos e decisões, tanto dentro quanto fora do movimento.

Paralelamente, é essencial destacar a preservação da infância e da juventude, visando garantir um padrão de qualidade de vida adequado para crianças e adolescentes, assegurando acesso à saúde, educação, alimentação, segurança e lazer. Assim, reafirmamos a necessidade urgente de garantir que,

[...] não haja mais crianças exploradas nem juventude sem emprego. [...] reivindicamos uma educação que responda aos problemas e necessidades de transformação e desenvolvimento integral do campo, que afirme os valores culturais das comunidades camponesas e povos indígenas [...] impulsionando campanhas preventivas, de difusão, capacitação, programas e revalorização da medicina tradicional. [...] Levanta-te América, mãe de tantas raízes, continente da esperança, terra do futuro, terra de Martí, terra de Zapata, terra de Mariátegui, terra de Sandino, terra de Bolívar e de tantos



organizações por região, o que evidencia a distribuição geográfica da Via Campesina e ressalta sua presença significativa em cada uma dessas áreas.

**Tabela 01 - Número de organizações por região**

<b>Região</b>	<b>Número de Organizações</b>
<b>África (Central e Oeste)</b>	<b>9</b>
<b>África (Sul e Leste)</b>	<b>8</b>
<b>Ásia (Sul)</b>	<b>19</b>
<b>Ásia (Sudeste e Leste)</b>	<b>14</b>
<b>América do Norte</b>	<b>8</b>
<b>América do Sul</b>	<b>47</b>
<b>América Central</b>	<b>29</b>
<b>Caribe</b>	<b>12</b>
<b>Europa</b>	<b>28</b>
<b>Região Árabe e Norte da África</b>	<b>6</b>

Fonte: Via Campesina. Tabela organizada pela autora através de dados oficiais da organização, 2024.

Das 180 organizações existentes, quase metade destas encontram-se na América Latina, sendo 88 organizações em sua extensão territorial, refletindo a criação da CLOC-LVC e o forte engajamento baseado na história comum de lutas do povo latino-americano. Logo, quando se fala sobre o surgimento da CLOC, é inevitável relacioná-la à realização da *Campanha Continental 500 anos de Resistência Indígena Negra e Popular*, realizada no início da década de 1990. A chegada desta campanha foi crucial para a mobilização de diversos setores sociais, pois abordou as injustiças históricas e as políticas neoliberais que afetavam a agricultura e as comunidades tradicionais na América Latina. De certo modo, a organização “[...] nasce na perspectiva de construir uma articulação internacional de movimentos sociais do campo para fortalecer a luta continental contra as políticas neoliberais na agricultura” (Batista, 2019, p. 137).

A campanha, realizada em âmbito regional, teve sua repercussão variando significativamente entre os países envolvidos, conforme apontado por Bringel e González (2014, p. 329). Um aspecto pós-campanha de especial relevância, segundo os autores, foi a continuidade da organização, que não se dissolveu. Em vez disso, ao final do III Encontro Continental, ocorrido em 1992 em Manágua, Nicarágua, a campanha se transformou no “Movimento Continental Indígena Negro e Popular”. De acordo com Calaça, a campanha foi a principal unificadora da CLOC, como fundamentado no seguinte trecho,

[...] Esse movimento é a CLOC. São os encontros proporcionados por essa campanha que permitem uma maior aproximação dessas organizações e possibilitam a discussão sobre a necessidade dos povos do campo de uma América Latina recém-saída de processos de autocracia burguesa que tinha como expoentes os militares, de uma maior articulação para enfrentar os novos tipos de ataques aos territórios que já começavam a se desenhar, a partir do neoliberalismo. Assim, em Lima, no Peru, de 21 a 25 de fevereiro de 1994, surgiu, formalmente, o I Congresso da Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (Calaça, 2021, p. 280).

Nesse sentido, a referida campanha foi fundamentada em “um processo que trouxe aprendizagens e acúmulos na articulação das lutas e debates em nível internacional” (Batista, 2019, p. 151). Além de abordar questões de resistência, o objetivo também era refletir sobre a urgência de enfrentar as consequências do colonialismo, destacando as premissas que cercam o “descobrimento” do continente, agora finalmente reconhecido como uma invasão. Destarte, a mobilização surgiu como a oportunidade de unir as vozes dos movimentos sociais em um único espaço de reflexão crítica, que serviu como um fórum onde fora possível observar a fundo as injustiças históricas que ainda persistem.

Entre tantas características, a CLOC-LVC é caracterizada por ser um “[...] movimento internacionalista anticapitalista, antineoliberal, antiimperialista e antipatriarcal” (Batista, 2019, p. 137). Ao adotar essa abordagem, a CLOC carrega princípios que visam à promoção de uma agricultura justa e sustentável, respeitando os direitos das comunidades camponesas e indígenas. Essa fundamentação se reflete em sua declaração, que expressa a

[...] permanente solidariedade a Cuba e seu processo revolucionário; da mobilização e luta de massas, entendendo-as como um processo participativo autônomo, formativo e permanente; de apoio e sustentação às organizações sociais nacionais; da luta feminista; e do compromisso permanente com a construção do socialismo na América e no mundo (Batista, 2019, p. 137).

A formação social do movimento coexiste entre todas as camadas atingidas diretamente pelas políticas neoliberais relacionadas à agricultura: desde os trabalhadores assalariados do campo, até os pescadores, incluindo camponeses, indígenas e afrodescendentes. Em colaboração com a Via Campesina, lutam internacionalmente pela Reforma Agrária Integral e Popular, por Soberania Alimentar, pela segurança dos direitos dos camponeses, pela preservação da biodiversidade e recursos naturais, por uma agricultura sustentável e respeitosa, pela solidariedade entre os membros e contra qualquer tipo de discriminação de gênero, raça ou classe (Batista, 2019).

Pode-se dizer que o marco principal da luta pela terra na América Latina surgiu com maior obstinação após a redemocratização do território. A sobrevivência do movimento, em paralelo aos governos ditatoriais, foi extremamente cautelosa e de atuação velada, devido às penalidades e exílios que os governos impunham a qualquer militante ativo. Na década de 1980, a luta dos camponeses sem terra e dos assalariados rurais começou a se organizar em prol do movimento que promoveria o espaço para suas reivindicações. As principais entidades surgidas nesse período foram o “[...] Movimento Campesino (Costa Rica), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil (MST), a fundação do Conselho Nacional de Coordenação de Nacionalidades Indígenas (CONAIE) no Equador e a fundação do Movimento Campesino Paraguaio (MCP)” (Batista, 2019, p. 157). É importante ressaltar que o processo ditatorial no continente latino-americano influenciou intrinsecamente o retardo de uma movimentação que teve seu início quase uma década antes. Como menciona Batista (2019, p. 157),

Anterior a esse processo, no final da década de 1970 ocorrem os primeiros Conselhos Episcopais da América Latina – CELAM (1978 em Medellín-Colômbia, e 1979 em Puebla-México) onde por influência da Teologia da Libertação, define-se o apoio às organizações sindicais rurais e a criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Materialmente, esta definição possibilitou as condições para a criação e o fortalecimento de organizações sociais de luta pela terra no período da década de 1980 (Batista, 2019, p. 157).

A década em questão foi marcada por diversas movimentações no contexto social latino-americano, incluindo a Revolução Sandinista na Nicarágua. À medida que as mobilizações em prol da luta pela terra se concretizavam, também surgiram intervenções externas, financiadas pelos Estados Unidos, que se manifestaram na forma de contra-revolução. Essa intervenção estrangeira, de certa forma,

impulsionou os esforços dos militantes, solidificando uma resposta ainda mais antiimperialista e estimulando a autodeterminação na América Latina. De acordo com Batista, a partir desse momento, foram organizadas inúmeras aparições que contribuíram para a futura formação da CLOC-LVC,

[...] I Conferência Continental de Reforma Agrária e Movimentos Camponeses em Manágua, no ano de 1981, fundamentada nos processos de reforma agrária realizados no país. Este evento possibilitou um espaço para articulações e integração entre os movimentos sociais do campo na América Latina. Em 1986, em *Punta del Este*, no Uruguai, ocorre uma rodada de negociações do Acordo Geral sobre as Tarifas de Comércio (GATT), que define aspectos do livre comércio sobre produtos agrícolas. Nesta rodada participou a *International Federation of Agricultural Producers* (IFAP), representando organizações de agricultores e efetivando uma postura de apoio às negociações (Desmarais, 2013; Vieira, 2011). No mesmo ano, ocorria na Bolívia uma marcha de mineiros despedidos, a 'Marcha por la Vida', que foi cercada e fortemente reprimida por militares e policiais em Calamarca, cerca de 57 km da cidade de Oruro (Guzmán, 2012) (Batista, 2019, p. 157-158).

Por conseguinte, a Via Campesina começou como uma rede de organizações sociais ligadas ao campo e evoluiu para um movimento social internacional ao longo dos anos. A proposta de uma articulação global campesina, dada como Via Campesina, se deu em 1992, sendo efetivada em 1993, na I Conferência de Mons - Bélgica -. Este movimento se caracteriza por reunir e articular as organizações que fazem parte de sua base, destacando-se pela sua estrutura organizativa e pela maneira como coordena suas mobilizações em torno de objetivos comuns. Além disso, o movimento se distingue pelos processos de formação política e pelo trabalho de base, que são fundamentais para o fortalecimento da consciência coletiva das organizações que o compõem (Batista, 2019). Ilustrando essa transição, Desmarais apresenta que a

[...] Vía Campesina aglutinou-se em torno de objetivos comuns no Norte e no Sul: uma rejeição explícita ao modelo neoliberal de desenvolvimento rural; uma franca recusa da exclusão desencadeada pela política de desenvolvimento agrícola e uma firme determinação para trabalhar conjuntamente para dar poder a uma voz camponesa e para estabelecer um modelo alternativo de agricultora baseado na soberania alimentar. Este é um aspecto visível da crescente presença e voz rural. A Vía Campesina consolidou unidade e solidariedade por meio da clara atribuição de nome ao inimigo: os agentes da globalização econômica e da corporativização da agricultura. Para a Vía Campesina esta não é uma luta entre camponeses do Sul e agricultores do Norte; a luta é entre dois modelos de desenvolvimento econômico e social divergentes e opostos (Desmarais, 2007, p. 3).

Ao deixar de ser apenas uma articulação de organizações sociais do campo e se consolidar como um movimento social em 1994, a CLOC-LVC tornou-se uma

organização internacional com uma estrutura organizativa definida. Como parte da Via Campesina, a CLOC adota uma estrutura organizativa similar, que envolve diferentes níveis de deliberação e coordenação. O Congresso Latino-americano, realizado a cada quatro anos, é o principal espaço de debate e planejamento das linhas políticas de ação para o período. Além disso, a Assembleia Intermediária ocorre a cada dois anos, com o objetivo de avaliar, formar e planejar as próximas etapas, tendo sua primeira edição em 2012, na Nicarágua (Batista, 2019, p. 151).

A Comissão Política da CLOC é composta por dois dirigentes da Comissão Coordenadora Internacional (CCI), um representante por região da Via Campesina no continente americano, além de representantes das articulações de mulheres e jovens da CLOC. A Secretaria Operativa da CLOC é encarregada de executar as atividades organizativas, enquanto diversas Comissões de Trabalho atuam em áreas específicas, como a Comissão de Mulheres, a Comissão de Jovens, a Comissão de Soberania Alimentar, Agricultura Camponesa e Bens Naturais, a Comissão de Reforma Agrária, Terra e Território, a Comissão de Direitos Humanos, a Comissão de Educação e Formação, a Comissão de Comunicação, a Comissão de Migração e Assalariados Agrícolas, e a Comissão de Povos Originários, Comunidades Tradicionais e Afrodescendentes (Batista, 2019, p. 151).

Sob esta capacidade organizativa, a CLOC se consolidou como uma das principais frentes de resistência no continente, levando em consideração que fora algo construído ao longo dos anos, refletindo as demandas de cada período. Sendo assim, embora as mulheres camponesas tenham desempenhado um papel essencial desde o início das lutas pela soberania dos povos do campo, sua participação muitas vezes foi invisibilizada e limitada no que diz respeito ao alcance de suas vozes nos espaços de tomada de decisão. Logo, registros apontam que desde o “[...] primeiro congresso, as camponesas, em especial as dos movimentos autônomos de camponesas, indígenas e negras, se reuniram para questionar a pouca participação de mulheres nas mesas expositoras, nas coordenações e nas instâncias” (Calaça, 2021, p. 282) da organização nascente. Dessa forma, gradualmente começaram a surgir novos setores capazes de alocar as perspectivas das mulheres camponesas, como a Comissão de Mulheres.

De tal modo, ao longo do processo de construção da CLOC-LVC como um movimento internacional, a resistência camponesa foi fortalecida através de uma crescente conscientização sobre as estruturas de classe e a necessidade de

organização política. Tal desenvolvimento pavimentou o caminho para a adoção de uma postura mais combativa, fundamentada na consciência de classe, onde se aloca a luta do Feminismo Camponês Popular, a qual será explorada mais a fundo no próximo tópico.

### **3.2. Consciência de classe e organização política**

Compreender a luta e a organização política da CLOC-LVC exige, antes, uma reflexão sobre a própria identidade camponesa. Quem são, afinal, os camponeses e camponesas que compõem essa mobilização? Para além do trabalho rural, o que significa ser um camponês? Desmarais (2007) disserta sobre o quão essencial se torna o entendimento do substantivo “camponês” para interpretar o papel da consciência de classe na organização, pondo a mérito da Via Campesina a formulação do significado da palavra,

Evocar o significado de “camponês” talvez seja uma das mais importantes realizações da Via Campesina. Esta é uma identidade política e caracteriza pessoas que possuem um comprometimento profundo com o local; profundamente arraigadas com um pedaço de terra particular e que são todas parte de uma comunidade rural particular e que ameaçam seu modo de existência. Esta identidade de “pessoas da terra” reflete a certeza que elas têm sobre o direito de estar na terra. Eles têm o direito e a obrigação de produzir alimentos. Eles têm o direito de serem vistos como cumpridores de um papel importante na sociedade e de viver em comunidades viáveis e as obrigações de construir o comunitarismo. Esses aspectos específicos dos principais elementos de sua identidade distinta como camponês. Na globalização politizada da atualidade, identidades articuladas entre fronteiras se baseiam no local e na tradição é um ato político profundo (Desmarais, 2007, p. 4).

Tendo isso em vista, somente quando as comunidades camponesas se reconhecem enquanto exploradas — tanto no âmbito econômico quanto social — a luta pela terra pode ser viabilizada, tornando-se uma luta por justiça social e direitos coletivos. Nesse contexto, a CLOC-LVC emerge um espaço de articulação, onde a consciência de classe e a solidariedade entre os movimentos sociais se manifestam em redes de alianças que ultrapassam as fronteiras nacionais e trabalham pela “esperança de que uma ‘outra’ agricultura seja possível”. Assim, a CLOC-LVC começa a se destacar, com o intuito de um projeto político que desafia o neoliberalismo, o patriarcado e a exploração capitalista, como observa Batista (2019, p. 201) na seguinte afirmação

A CLOC-VC nasce num contexto de incidência de políticas neoliberais que buscavam resolver uma crise capitalista que se arrastava desde a década de 1970. Situa-se como resistência a estas políticas articulando-se ao movimento mundial antiglobalização neoliberal que se expressou de diversas formas na década de 1990 e início do século XXI. Entre os movimentos e lutas nestes marcos, podemos citar a Ação Global dos Povos (1998), a Batalha de Seattle (1999), o Fórum Social Mundial (2001), o Exército Zapatista de Libertação Nacional (1994), e a Marcha Mundial de Mulheres (2000).

Ambos os movimentos citados acima surgem com o propósito de combater os reflexos do capitalismo sobre trabalhadores, comunidades indígenas, mulheres e populações marginalizadas em diferentes partes do mundo. Dessa forma, cabe analisá-los um a um, pontuando suas existências e as correlações com a CLOC-LVC. Em ordem cronológica, o ano de 1994 ficou marcado pela quebra de 11 anos de silêncio do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), majoritariamente composto por indígenas de origem mexicana. O EZLN manifestou-se sobre o exército federal do México logo após a assinatura do governo de Salinas<sup>20</sup> no Tratado de Livre Comércio (TLC), que firmava o rendimento mexicano às amarras do neoliberalismo (Cruz, 2016, p. 5).

O surgimento do exército Zapatista como um movimento de luta armada teve seu estopim na década de 1970, quando “um dos núcleos das chamadas Forças de Libertação Nacional (FLN) [...] instalou-se em Chiapas” (Cruz, 2016, p. 3). Nesse período, a organização era composta por pessoas de classe média, que propunham uma orientação marxista-leninista no intuito de realizar uma movimentação revolucionária no campo. Inicialmente, a intenção era o estabelecimento de guerrilhas, no entanto, não houve adesão e nem popularização das reivindicações do grupo, aparentemente “as guerrilhas de outros países desejavam conservar, para o México, seu papel de retaguarda estratégica” (Cruz, 2016, p. 3).

Ao reconhecer o público reduzido e advindos de classes semelhantes, o grupo Zapatista “começou a estabelecer contato com as comunidades indígenas da região, que já estavam [...] em um processo de politização e organização” (Cruz, 2016, p. 3). A ideia de uma luta armada solidificou-se para o povo indígena e camponês a partir de diversos fatores locais e nacionais, tanto com relação ao governo Mexicano, que mais uma vez pendia para o lado de um posicionamento

---

<sup>20</sup> Carlos Salinas de Gortari foi presidente do México de 1988 a 1994. No seu mandato, promoveu uma agenda neoliberal que intensificou a desigualdade social, especialmente entre os camponeses. O governo de Salinas impulsionou decisões políticas que precarizaram a vida rural no México, ao abrir o mercado agrícola do país para produtos importados e remover proteções à agricultura local.

submisso e subserviente aos grandes polos de influência mundial, quanto relacionado ao contexto global de influência neoliberal e anti-camponesa — que refletia diretamente na governança interna do México —.

Nesse sentido, a luta armada reivindicou durante doze dias seguidos “a saída do presidente Salinas, novas eleições democráticas no país e um novo governo que atendesse às suas demandas por terra” (Cruz, 2016, p. 5) e não só isso, como também com relação aos trabalhadores, a alimentação justa, educação e saúde acessíveis, liberdade e independência, democracia e justiça. De acordo com Calaça (2021), a experiência do exército Zapatista conta como uma imensa reflexão para a construção feminista das mulheres indígenas, pois para a autora Tiitinen (2006), a edificação do EZLN desde seu início contou com a participação de mulheres indígenas e camponesas, tendo seus próprios papéis dentro da organização e com influência em cargos de poder e de auto-organização de mulheres.

Transcorrendo até o ano de 1998, a Ação Global dos Povos (AGP) surgiu como uma rede mundial de movimentos sociais, articulando “as lutas dos movimentos autônomos e de ação direta do Norte Global [...] com as lutas de organizações do Sul Global” (Fiuza, B; Bustamante, M., 2018, p. 2). Deste projeto, os principais atuantes advindos do Sul Global, eram provenientes de movimentos indígenas e camponeses de origem latino-americana e asiática. De acordo com Fiuza e Bustamante (2018), as mobilizações iniciaram com diversas manifestações ao redor do mundo contrárias às “reuniões de cúpula de instituições multilaterais responsáveis por impulsionar o processo de globalização neoliberal”, sendo assim, o foco dos movimentos era a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o G-8 (composto por Estados Unidos, Japão, Alemanha, Canadá, França, Itália, Reino Unido e Rússia).

Os primeiros passos para o surgimento da AGP se deram em 1996, com grande influência do EZLN. Neste mesmo ano, o EZLN formalizou o Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo (México), onde foi proposta a ideia da “criação de uma rede mundial de lutas contra o neoliberalismo” e edificada na segunda edição do encontro, em 1997. Ao final deste último encontro, a união de dez movimentos presentes debateu a criação de um mecanismo de coordenação que servisse para organizar ações conjuntas contra a OMC, que realizaria em maio de 1998 sua segunda conferência ministerial em Genebra. Em contrapartida, a organização (futuramente oficializada como a AGP)

convocou todos os movimentos e indivíduos ao redor do mundo contrários aos mesmos pontos a reunirem-se em fevereiro de 1998, também em Genebra, para a estruturação de uma cooperativa de lutas (Fiuza, B; Bustamante, M., 2018).

Desta forma, a diversidade e o alcance das lutas camponesas e indígenas em várias partes do mundo revelam a importância da solidariedade transnacional na defesa de direitos e na resistência ao modelo de globalização neoliberal. Essa articulação se tornou evidente com a presença ativa de delegados de movimentos emblemáticos de diversas regiões na realização da AGP, incluindo o

[...] Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil, da Associação de Agricultores do Estado de Karnataka (KRRS) da Índia, do Movimento Camponês das Filipinas (KMP), da Frente Zapatista de Libertação Nacional (FZLN) do México, do Movimento pela Sobrevivência do Povo Ogoni (MOSOP) da Nigéria, da Rede de Mulheres Indígenas da América do Norte e Oceania, da Fundação por uma Aotearoa Independente da Nova Zelândia, da Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE), da Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB), do Grupo de Defesa do Povo U'wa e do Processo de Comunidades Negras (PCN) da Colômbia, da Confederação Camponesa do Peru (CCP), da União Nacional de Agricultores e Criadores de Gado (UNAG) da Nicarágua, do Movimento Salve o Narmada (NBA) da Índia, da Federação Krishok de Bangladesh (BKF), da Organização Rural de Ajuda Mútua (ORAM) de Moçambique e da Via Campesina [...].

Em concordância com a onda de manifestos ao redor do mundo, durante a terceira conferência ministerial da OMC realizada em Seattle (EUA) no ano de 1999, ocorre a chamada “Batalha de Seattle”. De acordo com a Agência Carta Maior (2007) “a Via Campesina e a bandeira da Soberania Alimentar acabaram dominando os protestos durante as cúpulas da OMC de Seattle”. Leal (2019) aponta que

No primeiro dia de programação da OMC, o número de ativistas já se contava na casa dos milhares. Ocupavam ruas e cruzamentos que levavam ao centro da cidade, onde a reunião aconteceria. Naquele dia, ocorreria a abertura da conferência, no Teatro Paramount, o mais famoso de Seattle. O principal objetivo dos manifestantes era impedir que essa conferência acontecesse.

Apesar de muitas perdas e episódios de violência travados contra os manifestantes, em contrapartida algumas vitórias também foram conquistadas pela população. A partir do embate, a cerimônia de abertura do evento foi cancelada, logo, a rodada de negociações não teve retorno algum. Além disso, a conferência em si foi praticamente apagada da mídia, visto que naquele momento, o feito mais importante estava sendo realizado pelos manifestantes, que atraíram o olhar dos jornais e das reportagens de televisão. Como parte disso, cresceu a popularização das organizações até então pouco conhecidas – OMC, FMI, G7 e Banco Mundial –,

que dividiram o público e até mesmo o cativaram com relação a uma pauta ainda tão recente (Leal, 2019). De acordo com o autor, haviam diversas bandeiras sendo levantadas naquele momento, como

[...] “Não à globalização sem representação”. [...] “Injustiça Global”; “Defendam nossas florestas”; “Não comercialize o nosso futuro”; “Eu gostaria que a economia global trabalhasse para as famílias trabalhadoras”; “Salvem as famílias de agricultores”; “Pessoas e natureza antes do luro”; “Comércio justo”; “Muitos rostos, uma só voz”; “Trabalhadores dizem: a OMC acaba com a democracia”; “Diga não à globalização sem representação” “Nós queremos ter voz ativa”, entre outros (Leal, 2019).

Sendo assim, mais uma vez torna-se notável a participação dos agricultores e ambientalistas relacionados a Via Campesina, e conseqüentemente, a CLOC. À vista disso, poucos dias após o ocorrido a Via Campesina publica uma declaração relacionada ao ocorrido, evidenciando que

[...] numa tentativa desesperada de salvar a Conferência Ministerial, os Estados Unidos e a União Europeia mostraram as suas verdadeiras faces: unidos contra o resto do mundo. O chamado conflito entre os EUA e o Grupo de Cairns, por um lado, e a UE, o Japão, a Coreia, a Noruega e a Suíça, por outro, foi construído para enganar e dividir a opinião pública. Os governos das principais potências económicas (UE, EUA), juntamente com as empresas transnacionais (TNCs), estão a impor a sua agenda aos camponeses, agricultores e comunidades indígenas em todo o mundo. Jamais aceitaremos essa arrogância. [...] Nós, como sociedades, devemos criar uma alternativa às actuais políticas neoliberais e a instituições como a OMC, o BM e o FMI. Devemos civilizar estas políticas e instituições internacionais. A Via Campesina convida os movimentos sociais a iniciar um processo participativo com os governos nacionais para desenvolver ainda mais um modelo alternativo (Via Campesina, 1999, tradução nossa).

Nesta declaração, a Via Campesina esclarece seus principais objetivos com relação ao combate à OMC, BM e FMI. Primeiramente, defende-se a suspensão de novas negociações dentro da OMC que envolvessem questões agrícolas, excluindo os alimentos das regras de comércio internacional com vistas a preservar a autonomia das nações na gestão de seus sistemas alimentares. Proposições incluíram o estabelecimento de mecanismos de regulamentação democrática do comércio de alimentos que garantisse o respeito à soberania alimentar de cada país, incentivando o abastecimento doméstico prioritário e levando em conta aspectos ambientais e sociais (Via Campesina, 1999, tradução nossa).

Outro ponto essencial foi o abandono das discussões sobre o Acordo Multilateral de Investimento e a anulação de exigências que obrigam os países a importar uma parcela mínima de alimentos, uma vez que essas medidas impactam negativamente a produção nacional. Na declaração, defende-se que cada nação

possa estabelecer suas próprias políticas agrícolas, protegendo o mercado interno contra importações desleais e promovendo a reforma agrária para facilitar o acesso à terra aos pequenos produtores. Também foi solicitado o fim das práticas de dumping e a proteção da produção básica de alimentos domésticos. Quanto aos recursos genéticos, propôs-se a proibição da biopirataria e das patentes sobre seres vivos, incluindo variedades geneticamente modificadas para esterilidade (Via Campesina, 1999, tradução nossa).

Adentrando os anos 2000, a Marcha Mundial de Mulheres surgiu como uma das primeiras manifestações relacionadas ao feminismo e com a colaboração de mulheres indígenas e camponesas em sua expansão. Simbolicamente, a primeira MMM marca a data do 8 de março, que reúne até os dias atuais milhares de mulheres em luta e manifestação nas ruas pelo Dia Internacional da Mulher. O slogan da primeira marcha foi chamado de “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”, e de acordo com a própria mobilização, dentre os princípios desta “estão a organização das mulheres urbanas e rurais a partir da base e as alianças com movimentos sociais” (MMM, 2013). Em paralelo a isto, no Brasil surgiu – dentro da MMM – a primeira Marcha das Margaridas, organizada pelas mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). A marcha fez referência a Margarida Alves, brasileira que “tornou visível a trajetória de lutas das mulheres rurais que, desde os anos 1980, atuam de forma organizada no Brasil” [ca. 2015].

Em seguida, no ano de 2001 acontece o primeiro Fórum Social Mundial (FSM). Basicamente, o fórum surgiu como um espaço “criado por movimentos sociais e organizações da sociedade civil, em contraposição ao Fórum Econômico Mundial” (CFEMEA, 2001). A criação do órgão foi proposta ao longo dos anos enquanto ocorriam as primeiras mobilizações antiglobalização ao redor do mundo. A primeira edição aconteceu em Porto Alegre, no Brasil, com a união de mais de 117 países, e teve como uma das principais pautas, a organização de mulheres frente a luta vivida nos últimos anos desde a década de 1990, como observado pelo Centro Feminista de Estudos e Acessoria (2001),

Compareceram ao 1º FSM feministas e militantes dos movimentos de mulheres de 20 países, que tiveram a oportunidade de construir novas alianças e mapear convergências políticas. Esta participação qualificou as discussões, de modo geral, ao colocar sobre as mesas de debate o devastador impacto da globalização neoliberal sobre a vida das mulheres assegurando que as questões centrais do feminismo integrassem as

estratégias e ações planejadas pelos movimentos sociais para alcançar um mundo melhor. A partir do 1º FSM foi formado um Conselho Internacional, encarregado de organizar os fóruns futuros, composto de 112 organizações, entre estas nove redes feministas.

Neste fórum, participaram representantes da CLOC e da Via Campesina, que reforçaram suas principais lutas focadas na soberania alimentar e no socialismo, emitindo declarações oficiais sobre o papel das mulheres camponesas, ainda com uma atuação relativamente tímida. Considerando que, em 2001, era prematuro refletir sobre uma articulação de mulheres efetivamente identificadas como feministas na CLOC e na VC, é possível analisar a influência de outros movimentos, os quais, de certo modo, contribuíram para as futuras demandas do feminismo camponês popular mais adiante.

A onda de insurgência contra os organismos crescentes da época resultou em um prévio enfraquecimento do neoliberalismo em diversos locais, principalmente na América Latina, onde a insatisfação popular reinava. Neste período, levanta-se uma maré de eleições de “governos populares e progressistas que buscaram desde a institucionalidade do Estado, construir alternativas para redução da pobreza, e distribuição de renda” (Batista, 2019, p. 201). Pode-se entender como um momento propício para certa ascensão de bases socialistas, haja visto que alguns governos surgiram com características de princípios coletivistas e abriram espaço para maiores movimentações sociais, configurando um ambiente conveniente para a aparição da CLOC.

Em conformidade com Batista (2019), o processo de organização da CLOC está fundado em todas as formas de manifestação citadas, estas voltadas às políticas neoliberais e seus órgãos regentes. Pode-se alegar que a solidificação do movimento foi facilitada através de alianças entre o campo e a cidade, que se viam unidos por um objetivo comum, além da aproximação aos governos progressistas e a linha de diálogo enviesada para a FAO e a ONU. Através desta linha de planejamento, a CLOC passa a ocupar um grande espaço na luta de classes em geral, como reflete Batista (2019, p. 202),

Sua trajetória até então, repleta de discussões, debates, conflitos internos, experiências de cooperação e formação política, de brigadas internacionalistas de solidariedade, de organização social, e do levante de bandeiras consideradas estratégicas como a Soberania Alimentar, a Agroecologia e o Feminismo Camponês e Popular, buscou consolidar as lutas políticas e econômicas de seu tempo numa perspectiva de transformação societária. Desde o campo, pautou junto à sociedade temas que questionavam a dinâmica do desenvolvimento do capital globalizado

neoliberal e suas conseqüências para a humanidade, mesmo que de maneira circunscrita à particularidade de suas lutas.

Neste sentido, Batista (2019) observa que a consciência de classes da CLOC pode ser vista como um fenômeno que transcende a luta setorial dos camponeses em prol da construção de uma consciência revolucionária de “classe para si”, enraizada na transformação estrutural da sociedade capitalista. A autora argumenta que a superação da consciência de classe alienada e fragmentada só será possível por meio de alianças com o proletariado urbano e outros movimentos populares, permitindo a formação de um “intelectual coletivo” de inspiração gramsciana<sup>21</sup>. Para Batista (2019), a CLOC não enfrenta apenas a exploração econômica, e sim, a dominação ideológica imposta pela classe dominante, que atua perpetuando e intensificando a alienação e fragmentação dos trabalhadores rurais.

De fato, não há como idealizar o socialismo sendo posto em prática sem contar com a união do âmbito urbano ao movimento rural, pois somente a integração entre as lutas dos trabalhadores do campo e da cidade permitiria construir uma consciência de classe coletiva, que supere as demandas setoriais e promova uma transformação estrutural. Para que as pautas defendidas pela CLOC sejam amplamente visibilizadas, validadas e apoiadas, é imprescindível uma articulação para além dos limites do movimento, que atraia cada vez mais pessoas, lutas e apoiadores.

A análise de Batista (2019) sobre a consciência de classe da CLOC nos mostra que, ao assumir pautas como o feminismo camponês popular, a organização busca reivindicar direitos específicos, e além disso, engajar-se em um projeto de emancipação humana que sobressaia a ordem capitalista. Observa-se que a consolidação do seu espaço estratégico de resistência abre caminho para uma articulação internacionalista concreta, que ao longo dos anos vem se tornando uma das principais formas de combate às adversidades manipuladas pela ideologia dominante. Desse modo, a autora sugere que o maior desafio da CLOC atualmente é a transição de uma “classe em si” para uma “classe para si.”<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup> Antonio Gramsci defendia que, para alcançar uma transformação social efetiva, era crucial a formação de alianças entre diferentes setores da classe trabalhadora e a construção de uma cultura popular que promovesse a conscientização e a unidade entre os trabalhadores urbanos e rurais. Basicamente, o filósofo enfatizava a importância da construção de uma consciência de classe através da educação e da cultura (Batista, 2019).

<sup>22</sup> Marx e Engels chamam uma classe que alcançou essa consciência de “classe para si”; ao contrário, quando tal consciência não existe, os trabalhadores constituem apenas uma “classe em si”, incapaz de expressar reivindicações políticas coletivas.

Ao refletir sobre estas proposições, pode-se considerar que o Feminismo Camponês Popular talvez tenha emergido de uma integração entre os contextos urbano e rural, ao incorporar aspectos antes considerados unicamente urbanos<sup>23</sup>, e adaptando-os às realidades e identidades das mulheres camponesas. Nesse caso, já é de conhecimento geral que as mulheres camponesas – e todas as outras particularidades relacionadas a raça e classe incluídas no termo – não sentiam-se parte de uma corrente feminista, ou seja, este processo foi edificado – mesmo que muitas vezes com desconfiança – através de várias concepções que as levaram até, de fato, o auto reconhecimento feminista. Comprovando esta perspectiva, Calaça (2021) reflete que,

O respeito à diversidade é fundamental nesse processo, não apenas às diversas identidades étnico-raciais das camponesas, mas também às linhas políticas de cada organização, às experiências vivenciadas na relação com as feministas urbanas, e à própria aproximação com a teoria feminista que se dava por vertentes muito distintas em cada país, com diferenças dentro de um mesmo país inclusivo, como também o nível de compreensão sobre a necessidade ou não de nomear de feminismo como lutas que as camponesas latino-americanas constroem (Calaça, 2021, p. 302).

Ainda com relação ao tópico central da consciência de classe, é possível notar tanto dentro do movimento camponês quanto no Feminismo Camponês Popular um caráter integrador, onde as propostas são ora coletivas, ora abertas para as especificidades de grupos invisibilizados, e vice-versa. Para alcançar este caráter integrativo de forma eficiente, é necessário fazer com que exista a ressignificação das relações entre homens e mulheres, como Seibert e Rodrigues (2017, p. 11) apontam,

De igual maneira o Feminismo Camponês e Popular coloca em destaque as mulheres do campo como sujeitas de transformação social, para o estabelecimento de novas relações de produção, mas também novas formas de relação entre homens e mulheres, relações que superem a subordinação, dominação e exploração das mulheres.

À vista disso, a consciência de classe e a organização política das mulheres camponesas, promovidas pela CLOC-LVC, revelam-se elementos essenciais para a

---

<sup>23</sup> As críticas ao feminismo centravam-se em quatro questões principais: (1) a percepção do feminismo como uma construção europeia, associada ao colonizador; (2) a ideia de que ele representa apenas as experiências de mulheres brancas das classes altas, excluindo as vivências das camponesas, especialmente indígenas e afrodescendentes; (3) a noção de que o feminismo poderia fragmentar a luta de classes, que é fundamental para a emancipação das mulheres; e (4) a diversidade de interpretações e vertentes do feminismo que emergem de diferentes realidades sociais (Calaça, 2021, p. 302).

construção da perspectiva feminista camponesa, esta que desafia diariamente as estruturas patriarcais e o sistema capitalista – de forma internacional, regional, nacional e doméstica –, dentro de suas próprias organizações. É essa consciência coletiva que possibilita o engajamento das pautas femininas no campo, ao passo em que proporciona-se visibilidade a essas mulheres no âmbito rural e internacional e ainda, seus locais de espaço. A partir daqui, exploraremos como essa atuação se concretizará, analisando a agenda de lutas e os principais alcances da CLOC na promoção da emancipação feminina e na construção de um feminismo inclusivo e combativo, com foco principal a partir do ano de 2010.

#### **4 A CLOC COMO PALCO DAS MULHERES CAMPONESAS E DA EMANCIPAÇÃO FEMININA NO ÂMBITO RURAL E INTERNACIONAL**

Considerando a relevância da CLOC-LVC na estruturação de uma consciência de classe entre os movimentos camponeses, observa-se que a organização tornou-se também um eixo fundamental para a consolidação das pautas de emancipação feminina no âmbito rural e internacional ao tornar o feminismo, parte da luta de classes camponesa. Ao longo desta pesquisa, foi possível observarmos diversas pautas e setores aos quais as mulheres camponesas eram incluídas ou reivindicavam sua participação, e também, no que sua participação direta ou indiretamente dizia respeito a uma luta feminista, ou melhor, uma luta de mulheres. Neste capítulo, considerando que o feminismo camponês popular é uma perspectiva recente e ainda em construção acadêmica, recorreremos amplamente à obra de Michela Calaça, participante ativa do movimento e da academia.

A história das mulheres camponesas que caminharam para a possibilidade de auto organização, em geral, são muito similares. Calaça afirma que há uma conexão entre os organismos surgidos desta vertente, pois a maioria das mulheres “são camponesas que, mesmo em outras organizações (movimentos, sindicatos, partidos, igreja, etc.), participando de outras lutas, sentem a necessidade de se auto organizar para que as pautas das mulheres não sigam invisíveis” (Calaça, 2021, p. 303). Por outro lado, também existem outras mulheres camponesas que, desde 1970 atuam no surgimento das lutas relacionadas aos direitos trabalhistas e das

mulheres, e partindo disso, criaram organizações de mulheres camponesas e indígenas.

Essa observação é acentuada pelas características das mulheres atuantes, as quais geralmente usam de seus sentidos críticos para perceber que, ainda que suas respectivas organizações sejam plurais, existe “uma subordinação da pauta das mulheres às chamadas pautas gerais” (Calaça, 2021, p. 303) em seu dia a dia, ou até mesmo a exclusão destas. A autora remete esta característica à maioria das organizações camponesas, tanto gerais do movimento camponês, quanto aquelas ramificadas por mulheres camponesas, incluindo a CLOC.

Na tentativa de compreender plenamente o reconhecimento formal do feminismo camponês na CLOC-LVC em 2010, é necessário resgatar o caminho percorrido pelas mulheres dentro da organização, que iniciou bem antes deste marco. Ao analisarmos a linha cronológica da tese de Calaça (2021), podemos constatar que o primeiro encontro significativo de mulheres rurais ocorreu em Bogotá, no ano de 1988, que reivindicava a urgência da inclusão de mulheres dentro da organização, no que concerne aos debates e discussões ativas. Logo após, entre os anos 1989 e 1992 ocorreu a *Campanha de 500 anos de resistência indígena, camponesa, negra e popular*, que pautou discussões relacionadas a opressão de gênero, classe, violência contra a mulher e impactos das políticas do neoliberalismo crescente.

Sob essa perspectiva, desde o I Congresso da CLOC em 1994, já tornou-se evidente a presença ativa das mulheres nas lutas camponesas, ainda que a pauta não fosse verdadeiramente nomeada de feminista. Contudo, mesmo sem essa definição, já havia certa determinação na busca pela consolidação de um espaço próprio que organizasse as mulheres camponesas, algo que trouxesse de forma fixa a perspectiva de gênero nas lutas de classe e nos direitos camponeses.

Em concordância com esta necessidade, neste I Congresso houveram algumas movimentações realizadas pelas mulheres camponesas. Aparentemente, a ideia de um movimento ou de um espaço exclusivo para o debate de pautas relacionadas ao gênero era motivo de controvérsias no movimento camponês, pois naquele momento, uma ramificação poderia ser vista como algo excludente, que dividisse o movimento ao invés de somar. Vale ressaltar que, neste momento inicial, ainda não era evidente o conceito “feminismo”, como afirma Calaça (2021, p. 301),

Desde o primeiro congresso da Cloc (1994) que as mulheres trazem a importância dos movimentos de mulheres na construção da luta camponesa e na sua organização, já enfrentando o debate sobre a luta das mulheres não dividir a luta da classe trabalhadora, e sim a fortalecerem afirmando, também ser necessário resolver a subrepresentação das camponesas nos espaços políticos da Cloc, contudo, esse embate político ainda não aparecia sob o nome de feminismo, e sim como luta das mulheres ou debate de gênero e classe.

A pauta de um ambiente organizacional voltado para as mulheres ganhou visibilidade logo após o congresso de 1994, e em resposta a isso, em 1997 o II Congresso da CLOC ocorreu acompanhado pela primeira Assembleia de Mulheres. A Assembleia introduziu uma linguagem de gênero nas discussões internas, reconhecendo que a luta pela justiça no campo deveria, necessariamente, incluir a igualdade de participação entre homens e mulheres na essência da organização. A partir disso, o debate da Assembleia passou a ser algo fixo, “realizado sempre nos primeiros dias do congresso, como forma de as mulheres construírem suas análises coletivas sobre os temas tratados, bem como incluir suas pautas no todo da organização” (Calaça, 2021, p. 301).

Em uma tentativa de aprimorar esse espaço, a II Assembleia de Mulheres ocorrida em 2001 propôs a ampliação deste para a organização da Articulação de Mulheres. É relevante notar que a II Assembleia de Mulheres pode ser considerada como o grande marco para o início de um período de emancipação das mulheres no quesito de autonomia, ao passo em que foi através desta Assembleia que foi lançada a primeira proposta de campanha idealizada pelo núcleo de gênero, “Campanha Sementes Patrimônio dos 302 Povos a Serviço da Humanidade”<sup>24</sup>. Após essa iniciativa, a união das mulheres camponesas começou a ser reconhecida como algo indispensável para o movimento, à vista das pautas levantadas por elas em suas Assembleias, ao passo em que passavam a ser temáticas centrais dentro da CLOC.

Em 2005, juntamente com a III Assembleia Continental de Mulheres, as regiões que partilham a CLOC “realizaram processos de formação com as mulheres que desaguou na realização da I Escola Continental de Mulheres Lideranças da Cloc” (Calaça, 2021, p. 311). A Escola de Formação de Mulheres surgiu como uma

---

<sup>24</sup> A referida campanha partiu da ideia do reconhecimento da urgência em debater e tratar sobre a luta pela preservação das sementes crioulas, ao observar que a extinção de sementes – naturais, sem modificações genéticas – poderia impactar diretamente na soberania alimentar dos camponeses e até mesmo na própria autonomia do movimento e de suas pautas, ao afetar diretamente de forma econômica o povo camponês (Calaça, 2021, p. 301-302).

iniciativa itinerante<sup>25</sup>, em prol da promoção da participação efetiva e o envolvimento das mulheres nas instâncias políticas e atividades organizativas da CLOC. A primeira escola continental ocorreu na Colômbia, reunindo participantes de diversos países para estudar temas como filosofia e economia política, história latino-americana, feminismo, soberania alimentar, e divisão sexual do trabalho (Batista, 2014).

Ainda sim, de acordo com Calaça (2021), a discussão sobre “feminismo” não era muito presente nos âmbitos coletivos da CLOC, e sim, parte de algumas organizações ligadas ao órgão, como por exemplo, o MMC. Pode-se dizer que em maior escala, essa divisão de gênero – mesmo que não representasse de fato a separação de lutas – começou de maneira incipiente, partindo primeiro como auto organização de mulheres dentro dos movimentos articulados pela CLOC, como observa a autora,

Não obstante, existiam, como já mencionamos, várias organizações específicas de mulheres na Cloc, desde a “Campanha de 500 anos de resistência indígenas, campesina, negra e popular”. Ademais, no início dos anos 2000, muitas camponesas de organizações mistas, quanto ao sexo de seus participantes, passam a se autoorganizar dentro dos seus movimentos. Esses são processos que se articulam na Cloc dando força à construção das mulheres e se tornam o que hoje se chama de Feminismo Camponês Popular (Calaça, 2021, p. 302-303).

Após alguns anos delimitados a essas expressões, em 2010 ocorreu a IV Assembleia Continental de Mulheres em Quito, no Equador, a razão pela qual este corte temporal, de 2010 em diante, demarca a presente pesquisa. No abertura do evento, mais de 100 delegados e delegadas do continente latino-americano estiveram presentes, onde a “mãe terra foi representada pelas mulheres, sinal de fertilidade e vida, mulheres encadeadas pela injustiça, discriminação, racismo e o modelo patriarcal que vivem os países das regiões da nossa grande América Latina” (CLOC, 2010b). Esta Assembleia é considerada como o marco principal da atuação e do reconhecimento das mulheres camponesas na CLOC, pois é a partir dessa efetivação que todas as próximas articulações latino-americanas passam a carregar as vozes das mulheres camponesas a fio, em todos os seus encontros e conferências,

---

<sup>25</sup> Escolas itinerantes têm sido uma opção recorrente para a educação no campo. Vários movimentos sociais têm colocado-as em prática em seus acampamentos, de forma a proporcionar de maneira mais flexível – com relação à rotina – a educação para a população rural. Mais informações disponíveis em: <<https://mst.org.br/educacao/>>.

Segundo Montón, o V Congresso da CLOC terá uma participação de mulheres maior do que a de homens. “As mulheres estão assumindo esse protagonismo de que necessitamos, de que os povos tanto necessitam. O cuidado com as sementes e com as plantas que garantem a alimentação do mundo, se deve às mulheres. Assim como estamos avançando na luta contra o capital, estamos avançando na luta contra esse mal que é o machismo”, disse ele (CLOC, 2010b).

A partir desse momento surge a consolidação do feminismo camponês popular, quando o famoso slogan foi lançado, *sin feminismo no hay socialismo*<sup>26</sup>. Na primeira mesa de debate, Nalu Faria<sup>27</sup> e Eliane Moura<sup>28</sup> abordaram as relações entre patriarcado, capitalismo, feminismo e socialismo. Faria apontou como, no cotidiano das mulheres, opressões patriarcais se manifestam de forma tão naturalizada que muitas vezes são aceitas como inevitáveis, explicando que o capitalismo aprofunda a divisão sexual do trabalho, mantendo mulheres em empregos menos valorizados, com salários menores e em cargos de baixa representatividade. Além disso, também foi debatido com relação a manutenção dessas hierarquias como estratégia do capitalismo em prol de perpetuar as desigualdades estruturais (CLOC, 2010b).

Ao complementar a mesa, Moura contribuiu demonstrando como o feminismo e o socialismo compartilham da mesma luta contra o patriarcado e a propriedade privada. Segundo a militante, o patriarcado antecede o capitalismo e ambos se sustentam em uma lógica de fragmentação e alienação. Dito isso, também ressaltou a necessidade de uma igualdade substantiva, que não se limite ao plano formal e que seja capaz de alterar de forma concreta as condições materiais da vida das mulheres (CLOC, 2010b).

Ao final do Congresso, a declaração configurou sua epígrafe, que demonstrou dois novos elementos de debate para as mulheres da CLOC. Primeiro, passa a introduzir o feminismo como uma luta que também representa as mulheres camponesas, ao passo em que as mesmas vão construindo seu próprio entendimento da causa, e adaptando-a à realidade camponesa. Com isso, a “luta de mulheres” passa a ser formalmente identificada como “luta feminista”. Segundo, o reconhecimento de que o feminismo deve ser parte do socialismo, e com isso, a partir do momento em que a CLOC se propõe a ser parte da construção de uma

---

<sup>26</sup> Da tradução, “sem feminismo não há socialismo”.

<sup>27</sup> Nalu Faria (1959-2023) foi uma ativista e líder feminista brasileira reconhecida por sua atuação em prol dos direitos das mulheres na América Latina. Além disso, era coordenadora da Marcha Mundial das Mulheres e integrante da Sempreviva Organização Feminista (SOF).

<sup>28</sup> Eliane Moura é ativista e líder feminista, atua como educadora popular do Movimento de Trabalhadoras/es por Direitos (MTD) e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

sociedade socialista, deve acima de tudo, abrir espaço para as mulheres e consequentemente, para o feminismo.

Ao discutirmos previamente o espaço em que começam a ser traçadas as pautas do feminismo camponês popular, dividiremos este capítulo em dois subtópicos. No primeiro, analisaremos a consolidação do feminismo camponês popular após seu reconhecimento como luta feminista. Exploraremos questões como: de que forma o feminismo camponês popular foi inserido na agenda de lutas da CLOC? Quais são as principais pautas da agenda feminista da organização? Por quais métodos essa agenda se fortalece? Quais têm sido seus principais alcances e conquistas? Como essa luta contribui para a representatividade e o surgimento de líderes feministas no contexto rural? E, finalmente, quais ações e resultados concretos são promovidos?

#### **4.1. Agenda de lutas**

Ao refletirmos a agenda de lutas, adentramos o espaço onde as demandas feministas do movimento camponês ganham força e direção. Sendo assim, abordaremos neste tópico como as mulheres camponesas vêm estruturando e fortalecendo suas pautas na CLOC-LVC, na tentativa de afirmar o compromisso da organização em promover a emancipação feminina. Para o entendimento desta seção, a análise será feita através das matérias e declarações disponíveis no site da CLOC, definidas em ordem cronológica a partir da autodefinição feminista.

Pode-se dizer que a consolidação efetiva do feminismo camponês popular na CLOC estabeleceu sua agenda logo após a sua autodeterminação, em 2010. É possível encontrarmos neste ano em questão, diversas publicações e espaços disponibilizados para a explanação de pautas de gênero. De acordo com a CLOC, existe um pilar muito importante com relação às organizações camponesas e populares que compartilham da CLOC, que é a “mística”. A mística é “entendida como a re-criação através de diferentes modos de representação, do apoio simbólico e espiritual das lutas pela terra e a libertação dos nossos povos” (CLOC, 2010c, tradução nossa). Ao examinarmos esse conceito, nota-se que o mesmo foi transformado em uma comissão, integrada por um coletivo de militantes ligados a diferentes organizações camponesas da América Latina.

Basicamente, “a mística é incorporada na música, na poesia, no encontro das organizações com suas lutas” (CLOC, 2010c, tradução nossa), ou seja, é algo além da materialidade ou de qualquer tipo de sentimento idealizado em uma sociedade corrompida, buscando criar um tipo de conexão interna com o movimento e entre os militantes da organização. A priori, a comissão trabalha em prol da inclusão do misticismo nos diversos momentos dos congressos, ao “recriar os principais problemas e malefícios que a sociedade capitalista traz aos jovens”, assim aproximando todos os participantes — que por vezes são ativamente militantes de causas mais específicas — a sentirem a luta do outro ao tornar esta coletiva. Ao surgir o feminismo como luta das mulheres da organização, a mística atuou fortemente na tentativa de representar as diversas formas de violência que a junção entre o patriarcado e o capitalismo acarreta, principalmente, nas mulheres.

Alguns dias depois, foi realizada a inauguração da IV Assembleia de Mulheres da CLOC. Por inauguração, entende-se que fora necessário pautar pela primeira vez, publicamente, a assembleia de mulheres como um evento feminista. Na mística de abertura, temas como a subjugação, a discriminação e a exclusão advindas do racismo e do patriarcado foram ressaltados. Além disso, também foi denunciada a miséria, a pobreza, violência e invisibilidade do trabalho produtivo das mulheres rurais. Nesta assembleia, Francisca Rodríguez realizou a abertura ao apresentar a história do processo de participação das mulheres na CLOC, como descrito pela CLOC (2010d, tradução nossa),

A abertura foi marcada por um grande sentimento de integração latino-americana. Francisca Rodríguez, líder chilena responsável pelo processo de articulação das mulheres, foi responsável pelo relato histórico do processo de participação das mulheres na CLOC. Francisca lembrou que foi na Colômbia, em 1988, que, antes da constituição da CLOC, as mulheres desenharam o lema sob o qual funcionariam os processos de articulação: “Pela vida, com sóis de ternura e unidade abramos sulcos de liberdade”.

Na primeira tentativa de articular um movimento latino-americano, as mulheres destacaram a necessidade urgente de criar mais espaços dentro das organizações para ampliar a participação feminina no processo organizacional e na tomada de decisões. Durante o evento, cujo programa de atividades foi revisado para guiar os debates ao longo de dois dias, abordaram-se temas como a participação política das mulheres no continente, a intersecção entre patriarcado e capitalismo, as economias femininas, soberania alimentar, direitos humanos, migrações e a concretização do lema *sin feminismo no hay socialismo* na prática das

organizações e da sociedade (CLOC, 2010d). A IV Assembleia Continental de Mulheres Rurais foi convocada para que não houvesse o esquecimento desta nova pauta dentro da CLOC, e para que as mulheres pudessem compartilhar os próximos passos de continuidade.

Dessa forma, ainda na IV Assembleia, dividiram-se grupos de mulheres representantes de cada região da América Latina para ser realizada uma análise política e organizacional de sua articulação, tanto a nível regional quanto a nível internacional. Após essa avaliação, houve o consenso de que, entre todos os países ali representados – exceto Cuba –, os direitos das mulheres são anulados. As militantes constataram que, em maioria, as mulheres têm menos acesso à qualidade de vida e a princípios básicos, como à saúde, à educação e à terra, além da menor probabilidade de acesso ao crédito rural. Em contrapartida, foi constatado que em resposta a esses aspectos incoerentes, o feminismo tem se tornado parte das mulheres camponesas e proporcionado, quantitativa e qualitativamente, espaços relevantes de organização e decisão dentro de seus movimentos (CLOC, 2010e). Destarte, a Declaração Final da CLOC afirma que mesmo com os avanços claros, as mulheres camponesas continuarão a lutar por uma causa feminista,

Para as mulheres rurais da nossa América, reunidas no meio do mundo, o reconhecimento dos direitos da Pachamama (Mãe Terra) e dos nossos deveres para com ela, a afirmação da diversidade econômica e produtiva, e a prioridade da reprodução da vida em vez do capital, representam uma melhoria significativa das reivindicações históricas de mulheres camponesas, indígenas e afrodescendentes. No entanto, embora celebremos esses avanços, frutos das nossas lutas e resistências, reafirmamos a nossa determinação de continuar lutando para que a proposta feminista continue a contribuir na definição das transformações socialistas que buscamos, pelas quais lutaremos incansavelmente até que as forças combinadas do capitalismo e do patriarcado sejam parte do passado (CLOC, 2010a, tradução nossa).

Entre o congresso de Quito, em 2010, e o de Buenos Aires, em 2015, ocorreram eventos significativos, embora haja poucas documentações sobre 2011. Nesse período, destacam-se a Oficina de Mulheres da América do Sul, promovida pela Via Campesina em 2011, as reuniões da Articulação de Mulheres – realizadas pelo menos uma vez ao ano – de 2010 a 2015, e a II Escola Continental de Mulheres da CLOC, em Bogotá no ano de 2012. Ainda em 2012, pode-se dizer que ocorreu o primeiro registro acadêmico de uma perspectiva feminista da soberania alimentar, conectando o termo diretamente à causa feminista, ao passo em que

entende-se que o rompimento de um modelo agrícola capitalista tem ligação direta com o rompimento do sistema patriarcal (Vivas, 2012).

Desse modo, Vivas (2012) destaca que as mulheres latino-americanas são as principais responsáveis pela produção de alimentos, assumindo tarefas como o cuidado da terra, o manejo das sementes, a colheita de frutas, o abastecimento de água e a criação de gado. A inserção das mulheres no trabalho remunerado, no entanto, implica uma dupla carga, pois continuam a assumir a maior parte dos cuidados familiares e, frequentemente, enfrentam empregos precários. Por essa razão, a soberania alimentar é uma pauta central do feminismo camponês popular, uma vez que uma abordagem de soberania alimentar, que exclui as mulheres, estaria condenada ao fracasso. Afinal, são elas que lideram a produção de alimentos e desempenham um papel crucial na decisão sobre o consumo alimentar.

Podemos perceber que ao longo dos anos, cada país começa a se alinhar – em maior ou menor escala – com a linha de pensamento feminista. Em 2012, ocorreu a I Escola Andina de Mulheres da CLOC-LVC, onde foram assinadas as seguintes declarações: 1) A importância de criar espaços de formação que reflitam a visão andina e aprofundem a construção de uma proposta feminista camponesa e popular para impulsionar mudanças socialistas; 2) Afirmação do papel essencial das mulheres na preservação da soberania alimentar, cuidando dos modos de vida, conservando sementes e promovendo a agricultura camponesa; 3) A luta por uma reforma agrária integral que garanta o acesso das mulheres à terra; 4) O combate de todas as formas de violência contra as mulheres e o fortalecimento da Campanha Acabar com a Violência Contra as Mulheres da CLOC – Vía Campesina (CLOC, 2012, tradução nossa).

Em 2012, ocorreu o III Acampamento de Mulheres Rurais em Honduras, onde mais de 200 mulheres camponesas se reuniram para promover articulação e solidariedade, exigindo direitos de acesso e uso da terra, defesa dos territórios, soberania alimentar e uma vida sem violência. Nomeado *Pelo Direito à Terra e a Viver Sem Violência* em comemoração ao *Dia Internacional Contra a Violência às Mulheres*, o evento incluiu denúncias de repressão, violência, intimidação policial, criminalização das lutas rurais, destruição de colheitas, roubo, militarização de áreas, altos índices de feminicídio, violência sexual e psicológica contra mulheres e crianças (CLOC, 2012b).

As participantes exigiram reforma agrária com inclusão feminina, políticas que promovam a independência econômica das mulheres rurais, desmilitarização e o fim da criminalização das lutas camponesas, além de 3% do orçamento do Instituto Nacional Agrário e 2% das corporações municipais destinados a projetos para mulheres (CLOC, 2012b). Elas convocaram novas militantes a romperem o silêncio e continuarem campanhas contra a violência, pelo fim do feminicídio, a favor das sementes nativas e pela participação feminina de 50% em cooperativas e empresas associativas, além de um acordo social para erradicar a violência nas organizações e fortalecer a conexão entre mulheres dos movimentos da CLOC.

Ao caminharmos para o ano de 2013, é perceptível, mais uma vez, poucos relatórios e bibliografias relacionadas à época, porém, no Brasil ocorria o I Encontro Internacional do MMM, um dos movimentos que mais contribuíram – e contribuem – para a construção do feminismo camponês popular, além de ser amplamente ativo na CLOC. De acordo com Calaça (2021, p. 330), o evento “[...] contou com a participação de mais de cinco mil mulheres camponesas, de 23 estados Brasileiros e uma delegação internacional de oito países”. Segundo a CLOC (2013), ao todo, mulheres de mais de 40 países compareceram ao evento para a abertura, iniciada por Sonia Alvarez. Nalu Faria, observou nesta articulação a amplitude do movimento feminista e suas vertentes, refletido na MMM,

[...] a atuação da Marcha Mundial das Mulheres é parte de uma experiência interessante do feminismo e se constitui como um espaço de múltiplas identidades: há mulheres do movimento negro, sindical, camponesas, do movimento estudantil e jovens. Segundo ela, muitas vezes usam o tema das identidades para provocar a divergência dentro do movimento feminista. “Devemos pensar as identidades não como aquilo que nos coloca uma contra as outras, mas como aquilo que nos potencializa”, afirmou (CLOC, 2013).

Nota-se que, logo após este encontro, em 2014 a CLOC começou a participar ativamente das atividades do dia 8 de março, *Dia Internacional das Mulheres*. Pode ser observado de forma leviana certa movimentação a partir do dia 6 de março, a partir de atividades centrais com todas as mulheres participantes da Via Campesina, além de atos públicos e reivindicações aos governos, como é o caso das mulheres do Movimento Camponês Paraguai e as mulheres camponesas e indígenas de Honduras (CLOC, 2014a). Neste ano, também ocorreu a II Escola Andina de Mulheres da CLOC, e a IV Assembleia de Mulheres da CLOC. Deste momento em

diante, alguns outros aspectos gerais começaram a surgir a olho nu, refletindo solidariedade e o apoio a diversas lutas sociais e políticas significativas da época.

Pode-se perceber a solidariedade com a dor das famílias mexicanas pela onda de desaparecimentos forçados, incluindo casos como o dos 43 estudantes de Ayotzinapa<sup>29</sup>, a condenação da invasão e violência contra o povo palestino e o reconhecimento da luta do povo colombiano em busca de um caminho para a paz, que se encontrava em meio a um longo processo de conflitos internos,

Nos pronunciamos e solidarizamos com a dor das famílias mexicanas diante do desaparecimento de seus filhos, contra a invasão e genocídio na Palestina, com a luta do povo colombiano por um caminho de paz, e por todas aquelas ações que vão contra os interesses das camponesas e camponeses do mundo. Globalizemos a luta, globalizemos a esperança (CLOC, 2014b, tradução nossa).

A partir de 2015, a agenda da CLOC se consolida na pauta feminista, evidenciando um alinhamento mais coeso com eventos de gênero, em especial com o *Dia Internacional da Mulher* e o *Dia Internacional de Luta Contra a Violência à Mulher*. De 2016 a 2023, observa-se uma crescente predominância dos debates feministas na programação da organização, refletida na realização contínua de atividades anuais em datas significativas como 8 de março e 25 de novembro.

A III Escola de Formação de Mulheres ocorreu em 2016, na Nicarágua, com o intuito de aprofundar a construção de um feminismo campesino. Neste mesmo ano, uma tragédia assolou profundamente o movimento camponês e motivou diversas homenagens durante a Escola, com as palavras *Berta Vive!*. Berta Cáceres, era líder do Conselho Cívico de Organizações Populares e Indígenas de Honduras (COPINH) em 2013, ano em que houve a proposta da construção de uma hidrelétrica sob o Rio Gualcarque – águas sagradas para a comunidade indígena Lenca –. A possibilidade do rompimento de algo extremamente sagrado, para a natureza e para a comunidade local, mobilizou grupos de manifestantes contrários à construção. Durante os protestos pacíficos, o exército de Honduras ateou fogo contra os ativistas causando a morte de Tomás Garcia. Cerca de três anos depois, em 2016, Berta também foi assassinada, tendo sido considerado como co-autor do crime, o

---

<sup>29</sup> Em 26 de setembro de 2014, 43 estudantes da Escola Normal Rural de Ayotzinapa, no México, foram sequestrados por autoridades locais e membros de um cartel de drogas em Iguala, Guerrero. O caso gerou uma intensa onda de protestos e mobilizações sociais, trazendo à tona questões relacionadas à corrupção, impunidade e os direitos humanos no país. Apesar das investigações, a maioria dos desaparecimentos permanece sem explicação. Mais informações disponíveis em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2023/09/26/nove-anos-depois-do-sumico-de-43-estudantes-no-mexico-pais-apontamineficacia-das-investigacoes.htm>>.

ex-executivo da empresa DESA – *Desarrollos Energéticos SA* –, que idealizou a hidrelétrica em 2013 (BdF, 2020).

É possível compreender que as Escolas propostas pelas mulheres da CLOC são espaços proporcionados para a elaboração conjunta das diversas faces do feminismo camponês popular. Os eventos duram entre 17 dias, e nesse período de tempo as mulheres compartilham seus saberes e os aspectos teóricos que possam contribuir para a perspectiva de gênero camponesa,

Haverá temas de reflexão entre eles: pensar como a situação internacional impacta as experiências locais, debates sobre capitalismo e patriarcado, algumas correntes teóricas sobre feminismo, masculinidade e feminismo e, portanto, o marxismo como teoria indispensável para a luta feminista. Também serão realizadas visitas de campo para troca de experiências com outras mulheres rurais (CLOC, 2016).

Os anos de 2017 e 2018 foram marcados pela efervescência das atividades relacionadas aos estudos de gênero na CLOC. Além dos eventos já recorrentes, como os datados em 8 de março e 25 de novembro, também foram realizados seminários e congressos pautados no feminismo camponês popular e nos conceitos de agroecologia e soberania alimentar. A partir deste período começam a surgir mais encontros domésticos dos Estados Latino-americanos pertencentes à CLOC, como no Brasil, no Chile, em El Salvador, Paraguai e Venezuela. É neste corte temporal que ocorre a V Assembleia de Mulheres da Via Campesina e a IV Escola de Formação de Mulheres, dois espaços que contribuíram ano após ano para a criação da perspectiva do movimento, como declarado no documento da V Assembleia de Mulheres,

Estamos construindo um feminismo que nasce da nossa identidade camponesa e popular como contribuição às nossas organizações e aos processos de emancipação social de homens e mulheres. O feminismo que propomos reconhece a nossa diversidade cultural e as condições muito diferentes que enfrentamos em cada região, país e localidade; Construimos a partir das lutas diárias que as mulheres desenvolvem em todo o planeta, pela nossa autonomia, pelas transformações sociais, pela defesa e proteção da agricultura camponesa, pela soberania alimentar. E é aí que surgirão novas mulheres e homens em novas relações de gênero baseadas na igualdade, no respeito, na cooperação e no reconhecimento mútuo. Este feminismo é transformador, rebelde e autônomo, construído coletivamente na reflexão e em ações concretas contra o capital e o patriarcado, é solidário com as lutas de todas as mulheres e povos que lutam. Este feminismo também deve ser alimentado com processos de formação feminista para nós e para todas as nossas organizações. Os nossos movimentos devem garantir espaços de mulheres onde possamos fortalecer a nossa autonomia na solidariedade (CLOC, 2017).

Logo, em 2019 foi realizada a VI Assembleia de Mulheres da CLOC-LVC, em Cuba. Nesta assembleia foi evidenciado os avanços históricos das mulheres cubanas como referência revolucionária, através da inspiração de Vilma Espín<sup>30</sup>, Celia Sánchez<sup>31</sup> e do povo cubano em geral. A convocação da assembleia pretendia a continuação da construção de um apanhado histórico da resistência das mulheres do campo frente ao capitalismo patriarcal. Um dos lemas mais essenciais da perspectiva feminista camponesa é o fortalecimento da unidade na diversidade, como principal ferramenta para o enfrentamento de um mundo neoliberal (CLOC, 2019).

Não obstante, a partir do ano de 2020 a pandemia da COVID-19 não se concretizou como um obstáculo para a troca de saberes entre as mulheres camponesas. Com o advento da pandemia, o balanço de atividades da CLOC passou a ser equilibrado através de novas estratégias virtuais de luta, sendo assim, a VI Assembleia de Mulheres ocorreu virtualmente. A continuidade da expansão política e ideológica de forma online se tornou uma das maiores estratégias efetivas do movimento, ao passo em que, a intensificação da comunicação possibilitou maior visibilidade às lutas, e a assiduidade de maiores informações até o ano de 2023 (CLOC, 2020c). Em concordância com o momento vivido na época, em 2021 as mulheres da VC e da CLOC aproveitaram para ratificar suas lutas com relação ao direito à saúde pública e ao acesso às vacinas, com a campanha *Contra o vírus do patriarcado e do capitalismo, a vacina do feminismo e da solidariedade!* (CLOC, 2021).

Em matéria do ano de 2022, dado contexto de crise deixado pela COVID-19, com a alta taxa de desemprego, os deslocamentos forçados, as guerras e os desastres climáticos, a situação de violência estrutural que passam a viver as mulheres foram motivo de preocupação para as mulheres da CLOC. Um dos pontos a ser reforçado a partir dessa demanda é a consolidação da soberania alimentar como uma ferramenta de enfrentamento à inércia do Estado durante o momento de calamidade. No dia 25 de novembro, o movimento novamente reforçou seu

---

<sup>30</sup> Foi uma revolucionária cubana, esposa de Raúl Castro, ex-presidente de Cuba. Após a revolução de Cuba, Vilma assumiu diversos espaços de liderança política, principalmente na organização de mulheres, com a federação de mulheres cubanas. Mais informações disponíveis em: <<https://capiremov.org/experiencias/vilma-espina-uma-revolucao-dentro-da-revolucao/>>.

<sup>31</sup> Foi uma política, revolucionária e pesquisadora cubana, atuou durante a revolução e foi Secretária da Presidência do Conselho de Ministros e do Departamento de Serviços do Conselho de Estado. Mais informações disponíveis em: <<https://averdade.org.br/2011/09/celia-sanchez-a-flor-mais-autocritica-da-revolucao/>>.

posicionamento acerca da defesa dos direitos das mulheres e marcou a solidarização com a utilização da linguagem neutra<sup>32</sup>, adaptando suas publicações às novas grafias.

Além disso, no ano de 2023, o movimento se colocou como uma resposta às crises globais e conflitos armados, fortalecendo a imagem de que, como camponeses, estão traçando uma alternativa que viabilize a construção do socialismo na sociedade. Vale ressaltar, que no último ano, a CLOC também manifestou-se em favor do povo palestino, condenando os ataques israelenses que perpetuam na Faixa de Gaza há mais de um ano.

Por fim, a CLOC ratificou a importância do protagonismo das mulheres em sua trajetória, destacando sua contribuição fundamental para fortalecer a luta pela Soberania Alimentar com justiça de gênero e o Feminismo Camponês e Popular. Apesar dos avanços, desafios como a integração das jovens, o enfrentamento das migrações e a necessidade de maior apoio dos homens ainda persistem, ressaltando a resiliência necessária para manter o trabalho coletivo e adaptar-se às mudanças globais.

## **4.2. Principais alcances**

Desde o fortalecimento das lutas femininas no meio rural, o Feminismo Camponês Popular tem alcançado conquistas significativas que transformaram a realidade das mulheres camponesas e a dinâmica dos movimentos sociais agrários. Entre essas conquistas, destacam-se o fortalecimento da representação política, campanhas contra a violência de gênero, a incorporação de uma perspectiva feminista na luta de classes e, conseqüentemente, a Escola Continental de Mulheres. Essas iniciativas se consolidaram também por meio da representatividade de líderes que assumiram papéis de destaque, como Francisca Rodríguez, do Chile, e Deolinda Carrizo, da Argentina. Essas lideranças têm sido fundamentais para a promoção dos direitos das mulheres no campo e para a articulação de uma agenda inclusiva e solidária, onde as questões de gênero são centrais, inclusive no âmbito político.

---

<sup>32</sup> A linguagem neutra visa se comunicar de maneira a não demarcar gênero no discurso linguístico, a fim de incluir todos os indivíduos. Aplica-se a pessoas não-binárias, bebês intersexo, ao nos referirmos a um grupo de pessoas com mais de um gênero ou quando não sabemos quais pronomes usar com determinada(s) pessoa(s) (Caê, 2020, p. 6).

A construção do feminismo camponês popular tem um recorte importante no que diz respeito ao reconhecimento das mulheres e suas lutas históricas, não só relacionadas a uma luta de mulheres, mas no papel destas na luta do campesinato, na luta em favor do socialismo, “havendo sempre uma busca por resgatar as histórias perdidas dessas mulheres que, muitas vezes, são totalmente esquecidas pela história oficial e até mesmo pela história contada pelas lutadoras e lutadores do povo” (Calaça, 2021, p. 323). De acordo com Calaça (2021), uma das pautas recorrentes nas Escolas de Mulheres é justamente o reforço das memórias deixadas por essas mulheres. Na IV Escola, houve um momento em que as mulheres camponesas prestaram homenagem em respeito a grandes nomes da luta camponesa e feminista.

À primeira vista, foram levantados nomes como Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin e Alexandra Kollontai, mulheres marxistas que revolucionaram tanto a ponto de tornarem-se exemplos e contribuição para as mulheres camponesas e a criação formal da luta. No contexto das mulheres latino-americanas, destacaram-se nomes da Colômbia, de Porto Rico, Cuba, Honduras, Guatemala, Bolívia, Paraguai, Equador, Peru, Venezuela, Argentina e Chile. Entre as homenageadas, Casilda Cundumí, na Colômbia, foi uma libertadora afro-colombiana e símbolo da resistência negra, chamada de *La Negra Casilda*. Em 1840, aos 17 anos, Casilda liderou um grupo de fuga da plantação onde era escravizada.

Outra grande líder é Juana Azurduy, da Bolívia, que lutou nas guerras de independência representando seu povoado indígena. No Paraguai, destaca-se a Índia Juliana, que resistiu contra o domínio espanhol ao envenenar seu “senhor”. Em Honduras, Berta Cáceres, já mencionada neste trabalho, também é símbolo internacional por sua defesa dos direitos dos povos indígenas e do meio ambiente, ao ter entregado sua vida à luta. Eva Perón, da Argentina, também foi reconhecida pelas mulheres da CLOC, especialmente pelas suas atividades e esforços em prol dos pobres e do movimento trabalhista na política argentina (Calaça, 2021).

Da mesma forma, no Seminário sobre Processos Formativos em Agroecologia da Via Campesina, também fora abordado alguns nomes que fazem parte do pensamento feminista das mulheres rurais. Francisca Rodriguez, que além da CLOC, participa também da Associação Nacional de Mulheres Rurais e Indígenas (ANAMURI), e é um dos nomes de maior referência no ambiente. “Pancha”, como é conhecida no movimento, vem de uma comunidade rural chilena que a faz migrar

constantemente, pois a expansão da cidade já adentrou parte do campo e da produtividade que antes alimentavam a comunidade. Apesar do baixo grau de escolaridade, Pancha contribuiu para a criação, tanto da CLOC quanto do Feminismo Camponês Popular no que concerne à: política, ideologia e a cultura do movimento (CAPIRE, 2021).

Pancha conta que, aos doze anos ingressou na União da Juventude Comunista e ao longo dos anos tornou-se responsável feminina nacional da União. Além disso, Pancha trabalhava na Frente de Mulheres da Unidade Popular, ao lado de grandes nomes de mulheres que formaram a Primeira Secretaria da Mulher no governo Allende<sup>33</sup>. De forma clandestina, trabalhou em prol dos direitos humanos ao apoiar a construção de coletivos de mulheres cônjuges de presos e desaparecidos políticos. Em 1979, atuou na Confederação Camponesa de El Surco, como chefe feminina, durante a ditadura de Pinochet. Após o fim do governo ditador, seu marido foi eleito secretário da União Internacional de Agricultura, Florestas e Plantações, com Pancha assumindo o cargo de Assuntos da Mulher (CAPIRE, 2021). De acordo com Pancha, foi através desta ordem cronológica que sua atuação chegou a fazer parte da CLOC,

A partir desse processo, passei para a construção do que foi a campanha de 500 anos de resistência indígena, camponesa, negra e popular; e, então, à constituição da CLOC e da Via Campesina, sempre desenvolvendo trabalho com as mulheres dentro da organização, ao lado de jovens companheiras que iam chegando de movimentos e organizações feministas (CAPIRE, 2021).

De acordo com Pancha, uma das conquistas logo no início da união das mulheres na CLOC foi a solicitação de uma cota que garantisse, pelo menos, 30% de mulheres dentro da organização. A resposta veio com a afirmação de que poderiam somar 50%, caso quisessem. Ao final do II Congresso da CLOC, alcançaram 43% de participação das mulheres, o que trouxe a participação paritária para ser assumida, também, a nível internacional com a Via Campesina. Para o III Congresso, a reivindicação era formalizar a autonomia dessas mulheres, o que resultou na Articulação de Mulheres do Campo da América Latina-Caribe. À vista disso, a cada passo que se encaminhava para o feminismo dentro da CLOC, a Via Campesina também foi incorporando na sua organização. Além disso, um dos possíveis retornos da participação feminina nesses espaços, foi o reconhecimento

---

<sup>33</sup> Primeiro socialista a se tornar presidente no mundo, de 1970 a 1973 no Chile.

dos direitos das mulheres dentro da Declaração dos Direitos dos Camponeses, que se coloca contra a violência às mulheres no campo e aborda os direitos sexuais e reprodutivos.

A luta para a preservação das sementes, como já dito anteriormente, é uma luta de elaboração feminista, visto que a imposição da campanha relacionada à temática foi introduzida a nível internacional pelas mulheres da CLOC e após isso, pela Via Campesina. Esse marco já é considerado como um grande momento para as mulheres camponesas: articularem-se, propor e efetivar igualdade de gênero, proporcionar duas campanhas internacionais – além da campanha das sementes, a campanha contra violência às mulheres também foi iniciativa do feminismo camponês popular –.

Dessa forma, Calaça (2021) aponta que é evidente que cada conquista das camponesas nas últimas três a quatro décadas está intrinsecamente ligada ao Feminismo Camponês Popular. O movimento tem sido uma ferramenta fundamental para garantir direitos essenciais, como o acesso à educação, à aposentadoria, à saúde pública e à liberdade de expressão. Cada um desses avanços é um reflexo da luta contínua por justiça social e igualdade de gênero, onde as mulheres camponesas consideram no feminismo a possibilidade de transformação e construção de um espaço político que permite ampliar suas necessidades políticas, sociais e culturais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Construimos un feminismo que busca la eliminación de la explotación, dominación y opresión de clase, género y raza/etnia, así como buscamos la igualdad real entre los pueblos, con respeto a la naturaleza. Así consideramos al Feminismo Camponês Popular como una herramienta de construcción de la sociedad socialista. Para la construcción de este entendimiento además de todo el proceso de organización que vivimos desde la Campaña de los 500 años, son fundamentales también la experiencia de resistencia de las mujeres sandinistas, de las mujeres cubanas y bolivarianas (CLOC/LVC, 2018, p. 60).<sup>34</sup>*

---

<sup>34</sup> Construimos um feminismo que busca a eliminação da exploração, dominação e opressão de classe, gênero e raça/etnia, bem como a busca pela igualdade real entre os povos, com respeito à natureza. Assim, consideramos o Feminismo Camponês Popular como uma ferramenta para a construção da sociedade socialista. Para a construção desse entendimento, além de todo o processo de organização vivido desde a Campanha dos 500 anos, também são fundamentais as experiências de resistência das mulheres sandinistas, cubanas e bolivarianas (CLOC/LVC, 2018, p. 60, tradução nossa).

A citação acima é puramente capaz de traduzir e também sintetizar a obra até aqui redigida. Através desta, é possível identificar que a construção do feminismo que neste trabalho esmiuçamos, abrange muito mais do que a existência das mulheres camponesas, ela também centraliza reflexões relacionadas à exploração e dominação de territórios, classes, raças, gênero e primordialmente, os direitos dos povos. Ao compor esta pesquisa por meio de uma extensa revisão bibliográfica e de uma análise quantitativa dos dados de relevância, buscamos nos debruçar sobre todas essas pautas que rodeiam o Feminismo Camponês Popular. Por esta razão, fora possível compreender como a CLOC-LVC tornou-se uma peça chave para a promoção do diálogo feminista Latino-americano, e principalmente, como se deu a construção do Feminismo Camponês Popular a partir desta.

Durante a pesquisa, foi possível investigar a partir de quais raízes o Feminismo Camponês Popular se alimenta, bem como o contexto em que esta movimentação de cunho feminista começa a emergir na América Latina, em paralelo aos movimentos sociais agrários e as revoluções agrárias da região. Dessa forma, constata-se que os primeiros aspectos que impulsionaram a conquista de 2010 – o reconhecimento feminista das mulheres camponesas – reside nas semelhanças históricas, culturais e sociais compartilhadas pelos países Latino-americanos. Ou seja, nesta pesquisa possibilitou-se analisar e destacar as similaridades que os países Latino-americanos carregam entre si e suas lutas em comum: a luta pela afirmação racial, pela existência e pelo direito ao território, uma luta por pertencimento e pela legitimação de sua presença e identidade nesses espaços.

A verdade é que essas resistências em comum, são norteadas por processos revolucionários similares que foram travados ao longo dos anos e que resultaram no arcabouço histórico que conhecemos hoje, em honra de: Manuel Marulanda Vélez e Sandra Ramirez da Revolução Colombiana; Emiliano Zapata e *Las Soldaderas* da Revolução Mexicana; Fidel Castro, Ernesto Che Guevara, Teté Puebla, Celia Sanchez e Vilma Espín, da Revolução Cubana; Dora María Telles, Comandante Mónica Baltodano e Carlos Fonseca Amador, da Revolução Sandinista, e, Domitila Barrios de Chungara da Revolução Boliviana. O teor revolucionário pleiteado por esses nomes foi fundamental para a consolidação de uma identidade coletiva camponesa, e futuramente, de mulheres camponesas.

De certo modo, a aproximação entre o feminismo e o socialismo pode ser observada ao passo em que destrinchamos o cunho socialista do movimento, sua

consciência de classe e organização política. A partir disso, pode-se constatar que a união de lutas é possível ao passo em que paralelamente tanto o socialismo quanto o feminismo esforçam-se pelo combate aos sistemas de opressão e desigualdade. Ou seja, o capitalismo infiltra-se nas estruturas de ambas as partes, moldando opressões que se retroalimentam e nos revelando que uma sociedade em busca de emancipação jamais pode desvincular a luta de gênero da luta de classe; pois, enquanto o capital explora e fragmenta, apenas na união entre feminismo e socialismo se encontra a força capaz de romper o ciclo de exploração e construir uma justiça que se expande em todas as esferas globais.

Logo, enquanto adentramos o tema, fora entendido que, mesmo organizados de forma plural, a necessidade de um espaço inteiramente de mulheres ressoava ao redor do movimento. De fato, a existência de um posicionamento pautado na perspectiva das mulheres camponesas já existia quase que naturalmente desde o início da organização e dos movimentos sociais agrários na América Latina, inclusive nas mais notáveis revoluções. Pode-se dizer “naturalmente” pois, historicamente, não é possível afirmar que sempre houveram relações patriarcais extremamente rígidas entre os povos originários da região, pois o patriarcado opressor se tornou mais forte a partir da colonização, que impôs estruturas de dominação e violência sobre as mulheres, reforçando hierarquias de gênero em benefício de um sistema de exploração que favorecia o colonizador.

Por esse mesmo motivo, surge a resistência sobre a palavra “feminismo”: aquele proveniente da realidade das colônias, de mulheres brancas e de classe média ou alta. A fim de validar a hipótese do trabalho, foram investigadas as diversas fases de manifestação das mulheres camponesas, com destaque para aquelas que marcam a transição para o momento em que de forma mais significativa a CLOC passou a ser um dos principais organismos de disseminação da luta camponesa e da construção do Feminismo Camponês Popular. Ou seja, foi possível averiguar a forma como se deu a adoção da palavra “feminismo” para a definição da luta das mulheres camponesas.

Por meio de manifestos disponíveis no site oficial da CLOC, foi possível observar ao longo dos anos de publicações, que definitivamente a articulação continental concedeu espaço às pautas de gênero e em especial, as perspectivas das mulheres camponesas. É válido sobrepôr aqui, a importância da abertura desse diálogo a nível regional, para que possa ser evidenciado à nível mundial a

diversidade multifacetada das várias mulheres da América Latina, demonstrando que a “luta das mulheres por autonomia e liberdade não tem como ser igual, porque as mulheres não são iguais” (Calaça, 2021, p. 404). Ao passo em que se discutiu o tema, descobriu-se uma nova vertente feminista que sugere várias pautas como suas, algo em construção ao longo de muitos anos, e que ainda segue se esculpindo.

Sendo assim, foi possível confirmar a ideia de que o CLOC atua como principal palco das mulheres camponesas, haja visto o fomento fornecido pela Coordenadoria desde o princípio, tendo sido nítida a constatação de que a maior parte das atividades do órgão são voltadas para o âmbito das mulheres atualmente. A Assembleia de Mulheres, a Escola Continental de Mulheres e a Articulação de Mulheres são exemplos de como há determinação por parte do organismo em possibilitar uma grande parcela dos seus espaços de diálogo em prol de um novo olhar camponês, sendo ele, o feminismo. Entre as lutas exploradas foi possível identificar que, em conjunto com o feminismo camponês, a soberania alimentar e a agroecologia são os dois conceitos que norteiam os ideais dessas mulheres. De acordo com Calaça (2021), o principal foco é a coexistência pacífica e equilibrada entre a natureza e o ser humano, a visão de que ambos os homens e as mulheres são iguais, não vistos como inimigos e sim como aliados, logo, a pauta de um é a pauta de todos.

Concluimos, portanto, que este trabalho carrega um propósito pleiteado na intenção de evidenciar a familiaridade desta nova perspectiva, em total respeito às mulheres camponesas e suas formas de luta e de vida. Nesta pesquisa, conseguimos valorizar a riqueza do Feminismo Camponês Popular em sua essência, como uma luta singular e legítima, que parte do coração do campo e das vivências de quem o habita. Além de uma contribuição acadêmica, é um compromisso com a justiça social e o reconhecimento de vozes que muitas vezes são silenciadas ou marginalizadas, na tentativa de reafirmar que as mulheres camponesas fazem parte dos diversos feminismos da América Latina.

Uma questão relevante, contudo, é que, em várias obras sobre as revoluções aqui abordadas, a participação ativa das mulheres camponesas é frequentemente omitida. Apesar dessas revoluções contarem com uma presença marcante de mulheres nas frentes militares e nos movimentos sociais, as narrativas históricas reforçam a invisibilidade de suas lutas, delimitando processos revolucionários à uma

perspectiva incompleta e desigual. Logo, a ampliação de pesquisas e análises tornam-se necessárias, para assim haver a possibilidade de reconhecimento da atuação das mulheres camponesas em adventos históricos e de revolução.

Destarte, como fruto desta pesquisa, propõe-se a iniciativa de futuras análises que possam vir a explorar o Feminismo Camponês Popular de forma mais intimista, como por exemplo, quais são os impactos concretos da implementação das diretrizes feministas camponesas na vida das mulheres do campo e nas suas comunidades? Esses conhecimentos são palpáveis à maioria das mulheres rurais, até mesmo àquelas que vivem nas localidades mais afastadas? Para isto, sugere-se aspectos qualitativos por meio de entrevistas às mulheres camponesas, a fim de aproximar o diálogo e torná-lo cada vez mais íntimo.

Além disso, este estudo também pode ser direcionado à Via Campesina em si, sob o questionamento de que forma a organização internacional pode ampliar as pautas feministas camponesas em um contexto global, ou até mesmo, quais são as projeções desta nova perspectiva para outras regiões do mundo. Dessa forma, tais investigações têm o potencial de aprofundar as compreensões sobre o alcance e os desafios do Feminismo Camponês Popular, ampliando seu impacto dentro das comunidades locais e também, nos cenários globais. Através deste segmento, seria possível consolidar esta luta como primordial na história do protagonismo das mulheres camponesas no processo contínuo de transformação social.

## REFERÊNCIAS

ACCIÓN POR LA BIODIVERSIDAD. **Agroecología para la soberanía alimentaria: Tierra, semillas y territorios libres de violencias**. Buenos Aires: Altuna Impresores, 2020. Disponível em: <<https://cajondeherramientas.com.ar/wp-content/uploads/2020/08/Agroecolog%C3%ADa-para-la-Soberan%C3%ADa-Alimentaria.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2024.

ARROYO, Priscilla. **Multinacionais são financiadoras ocultas da Frente Parlamentar da Agropecuária**. De Olho nos Ruralistas. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2019/05/21/multinacionais-sao-financiadoras-ocultas-da-frente-parlamentar-da-agropecuaria/>>. Acesso em: 07 set. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA. **Estatuto da Associação Brasileira de Agroecologia-ABA**. 2015. Disponível em: <<https://aba-agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2013/06/estatuto-ABA-2015.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2024.

AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana**. 2004. Disponível em: <[https://www.ispsn.org/sites/default/files/documentos-virtuais/pdf/a\\_revolucao\\_cubana\\_luis\\_fernando\\_ayerbe.pdf](https://www.ispsn.org/sites/default/files/documentos-virtuais/pdf/a_revolucao_cubana_luis_fernando_ayerbe.pdf)>. Acesso em: 29 jun. 2024.

BAMBIRRA, Vânia. **A Revolução Cubana: uma reinterpretação**. 1975.

BARBOSA, Lia Pinheiro; ROSSET, Peter. **Territorialização da Agroecologia na Via Campesina**. Disponível em: <<https://www.biodiversidadla.org/Documentos/Territorializacao-da-Agroecologia-na-Via-Campesina>> Acesso em: 24 abr. 2024.

BATISTA, Ândrea Francine. **Consciência e territorialização contra hegemônica: uma análise das políticas de formação da Via Campesina América do Sul**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

BATISTA, Ândrea Francine. **Movimento camponês e consciência de classe: A práxis organizativa da Via Campesina Internacional na América Latina**. 2019. 330 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

BOTELHO, Tiago. **A luta decolonial do trabalhador rural pelo direito humano à terra e ao território**. 2020. 538 f. Tese (Doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2020.

BRASIL DE FATO (BdF). A soja é o principal produto de exportação do Brasil para a China. Instagram, 27 mar. 2023. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CqSjddzNAoQ/?igsh=cW93dXhiNGR6djk1>>. Acesso em: 14 set. 2024.

BRASIL DE FATO (BdF). Relembrando Berta Cáceres quatro anos após sua morte: uma entrevista com sua filha. *In*: BdF. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/03/03/relembrando-bertha-caceres-quatro-anos-apos-sua-morte-uma-entrevista-com-sua-filha>>. Acesso em: 5 nov. 2024.

BRASIL DE FATO (BdF). Senadora colombiana fala sobre novo desafio das FARC, agora como partido político. *In*: BdF. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/05/20/senadora-colombiana-fala-sobre-novo-desafio-das-farc-agora-como-partido-politico>>. Acesso em: 14 nov. 2024.

BRINGEL, Breno.; GONZÁLEZ, Maria. Geopolítica de los movimientos sociales latinoamericanos: Espacialidades, ciclos de contestación y horizonte de posibilidades. *In*: CONRADO, Jaime Preciado (Org.). **Anuario de integración latinoamericana y caribeña 2011**. New Orleans: University Press of South, Guadalajara: Ediciones la Noche, 2014. cap. 5, p. 323-340. Disponível em: <<https://ieei.unesp.br/portal/wpcontent/uploads/2015/06/Anuariodelaintegracion2011.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2024.

BUSTOS, Rodolfo.; MEDINA, Rafaela.; LOZA, Marco. (Org.). **Revolução Mexicana: antecedentes, desenvolvimento e consequências**. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

CALAÇA, Michela. **O Feminismo Camponês Popular: Resistência e Revolução**. 2021. 452 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Universidade Federal de Campina Grande. 2021.

CAPIRE. Pancha Rodríguez: a soberania alimentar é uma decisão para mudar o mundo. *In*: Capire. 2021. Disponível em: <<https://capiremov.org/entrevista/pancha-rodriguez-a-soberania-alimentar-e-uma-decisao-para-mudar-o-mundo/>>. Acesso em: 5 nov. 2024.

CAPIRE. Vilma Espín: uma revolução dentro da revolução. *In*: Capire. 2023. Disponível em: <<https://capiremov.org/experiencias/vilma-espina-uma-revolucao-dentro-da-revolucao/>>. Acesso em: 3 nov. 2024.

CARO, Pamela. **Autonomía política de las mujeres, algunas reflexiones**. Chile: Andros Impresores. 2021.

CASTILHO, Luis. O poder da bancada ruralista. *In*: Diplomatieque. 2018. Disponível em: <<https://diplomatieque.org.br/o-agro-e-lobby-a-bancada-ruralista-no-congresso/>>. Acesso em: 07 set. 2024.

CECANE/UFOP. **Agroecologia**. Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

CLOC/LVC. Actividades 8 de marzo. *In*: CLOC. 2014. Disponível em: <<https://cloc-viacampesina.net/actividades-8-de-marzo>>. Acesso em: 2 nov. 2024.

CLOC/LVC. Colombia: Pronunciamento II Escuela Andina de Mujeres de la CLOC VC. *In*: CLOC. 2014b. Disponível em: <<https://cloc-viacampesina.net/colombia-pronunciamento-ii-escuela-andina-de-mujeres-de-la-cloc-vc>>. Acesso em: 3 nov. 2024.

CLOC/LVC. Comunicado no âmbito do Dia Internacional da Mulher CLOC-Vía Campesina América Central #8M2022. *In*: CLOC. 2022b. Disponível em: <<https://cloc-viacampesina.net/acciones-de-la-articulacion-de-mujeres>>. Acesso em: 3 nov. 2024.

CLOC/LVC. Con convicción, abrimos camino al Feminismo Campesino y Popular, construimos Soberanía Alimentaria y luchamos contra las crisis y las violencias. *In*:

CLOC. 2023. Disponível em: <<https://cloc-viacampesina.net/25nov23>>. Acesso em: 5 nov. 2024.

CLOC/LVC. Contra o vírus do patriarcado e do capitalismo, a vacina do feminismo e da solidariedade!. *In*: CLOC. 2021. Disponível em: <<https://cloc-viacampesina.net/8m2021-contra-el-virus-del-patriarcado-y-el-capitalismo-la-vacuna-del-feminismo-y-la-solidaridad>>. Acesso em: 3 nov. 2024.

CLOC/LVC. Declaração Final da Reunião da Comissão Política da CLOC/LVC. Viotá, Colômbia, 2011.

CLOC/LVC. Declaración de la V Asamblea de Mujeres de la CLOC. *In*: MMC. Buenos Aires, 2015. Disponible em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/259>>. Acesso em: 01 jul. 2024.

CLOC/LVC. Declaración Final de la I Escuela Andina de Mujeres de la CLOC-Vía Campesina. *In*: CLOC. 2012. Disponible em: <<https://cloc-viacampesina.net/declaracion-final-de-la-i-escuela-andina-de-mujeres-d-e-la-cloc-via-campesina>>. Acesso em : 4 nov. 2024.

CLOC/LVC. Declaración VI Asamblea de Mujeres CLOC-LVC. *In*: CLOC. 2019. Disponible em: <<https://cloc-viacampesina.net/declaracion-vi-asamblea-de-mujeres-cloc-vc>>. Acesso em: 4 nov. 2024.

CLOC/LVC. Encontro Internacional da MMM discute trajetória do feminismo na América Latina. *In*: CLOC. 2013. Disponible em: <<https://cloc-viacampesina.net/encontro-internacional-da-mmm-discute-trajetoria-do-feminismo-na-america-latina>>. Acesso em: 2 nov. 2024.

CLOC/LVC. Feminismo Campesino Popular: Acción y pensamiento de lucha de las mujeres del campo, indígenas y afrodescendientes de la CLOC/LVC. 2018.

CLOC/LVC. III Campamento de Mujeres Rurales: Por el derecho a la tierra y a vivir sin violencia. *In*: CLOC. 2012b. Disponible em: <<https://cloc-viacampesina.net/iii-campamento-de-mujeres-rurales-por-el-derecho-a-la-tierra-y-a-vivir-sin-violencia>>. Acesso em: 3 nov. 2024.

CLOC/LVC. IV Asamblea de la Articulación de Mujeres del Campo, CLOC – Vía Campesina, Declaración de Quito. *In*: CLOC. 2010a. Disponible em: <<https://cloc-viacampesina.net/iv-asamblea-de-la-articulacion-de-mujeres-del-campo-cloc-via-campesina-declaracion-de-quito>>. Acesso em: 3 nov. 2024.

CLOC/LVC. IV Assembleia de Mulheres da CLOC discute patriarcado e capitalismo. *In*: CLOC. 2010b. Disponible em: <<https://cloc-viacampesina.net/iv-assembleia-de-mulheres-da-cloc-discute-patriarcado-e-capitalismo>>. Acesso em 04 nov. 2024.

CLOC/LVC. La agroecología, un enfoque feminista clave en la lucha de las mujeres. *In*: CLOC. 2020. Disponible em: <<https://cloc-viacampesina.net/la-agroecologia-un-enfoque-feminista-clave-en-la-lucha-de-las-mujeres>> Acesso em: 30 mai. 2024.

CLOC/LVC. La diversidad de luchas latinoamericanas en la mística del V Congreso de la CLOC – Vía Campesina. *In*: CLOC. 2010c. Disponible em: <<https://cloc-viacampesina.net/la-diversidad-de-luchas-latinoamericanas-en-la-mistica-a-del-v-congreso-de-la-cloc-via-campesina>>. Acesso em: 04 nov. 2024.

CLOC/LVC. Llamado de Acción Global – ¡Sembrando Soberanía Alimentaria y solidaridad, cosechamos derechos y vida digna! *In*: CLOC. 2022. Disponible em: <<https://cloc-viacampesina.net/8m2022>>. Acesso em: 3 nov. 2024.

CLOC/LVC. Mujeres de la CLOC finalizan este año 2020 fortalecidas. *In:* CLOC. 2020. Disponível em: <<https://cloc-viacampesina.net/mujeres-de-la-cloc-finalizan-este-ano-2020-fortalecidas>>. Acesso em: 3 nov. 2024.

CLOC/LVC. Mujeres de la CLOC, luchando por la soberanía popular en su IV Asamblea Continental. *In:* CLOC. 2010d. Disponível em: <<https://cloc-viacampesina.net/mujeres-de-la-cloc-luchando-por-la-soberania-popular-en-su-iv-asamblea-continental>>. Acesso em: 04 nov. 2024.

CLOC/LVC. Mujeres de Vía Campesina Brasil realizan Escuela de Formación. *In:* CLOC. 2022. Disponível em: <<https://cloc-viacampesina.net/mujeres-de-via-campesina-brasil>>. Acesso em: 3 nov. 2024.

CLOC/LVC. Mulheres da via campesina fazem avaliação política de sua articulação e de suas lutas. *In:* CLOC. 2010e. Disponível em: <<https://cloc-viacampesina.net/mulheres-da-via-campesina-fazem-avaliacao-politica-de-sua-articulacao-e-de-suas-lutas>>. Acesso em: 4 nov. 2024.

CLOC/LVC. Nicaragua: Arrancó la III Escuela de Formación de Mujeres de la Cloc-LVC. *In:* CLOC. 2016. Disponível em: <<https://cloc-viacampesina.net/nicaragua-arranco-la-iii-escuela-de-formacion-de-mujeres-de-la-cloc-vc>>. Acesso em: 5 nov. 2024.

CLOC/LVC. Protagonismo de las mujeres campesinas y el feminismo campesino y popular. *In:* CLOC. 2020. Disponível em: <<https://cloc-viacampesina.net/protagonismo-de-las-mujeres-campesinas-y-el-feminismo-campesino-y-popular>> Acesso em: 24 abr. 2024.

CLOC/LVC. ¡Defendemos la Soberanía Alimentaria y nuestros territorios, contra la violencia, los desalojos y el agronegocio!. *In:* CLOC. 2022. Disponível em: <<https://cloc-viacampesina.net/llamado-25nov22>>. Acesso em: 4 nov. 2024.

CLOC/LVC. ¿Quiénes somos? *In:* CLOC. Disponível em: <<https://cloc-viacampesina.net/que-es-la-cloc-via-campesina>>. Acesso em: 24 abr. 2024.

CRUZ, Júlia. **O repertório de confronto do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN)**. *In:* II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina, 2., 2016, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <[https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/Julia\\_Cruz\\_II-Simpósio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-America-Latina.pdf](https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/Julia_Cruz_II-Simpósio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-America-Latina.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2024.

CUSTÓDIO, Marta.; FURQUIM, Nelson.; MANSINI, Greice. **Segurança Alimentar e Nutricional e a construção de sua política**: uma visão histórica. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, vol. 18, n. 1, p. 1-10, 2011.

DE SÁ, Roger. **A Revolução Sandinista: do triunfo à derrota (1979-1990)**. 2014. 273 f. Dissertação (Pós-graduação em História) — Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023. Disponível em: <<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/D2014-07.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2024.

DESMARAIS, Annette. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses**. Revista Nera, UNESP, ano 10, n. 10, p. 165-173, jan./jun. 2007. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1418>>. Acesso em: 19 out. 2024.

ENGELS, Friederich. **A origem da família, propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Centauro, 2002.

ENGELS, Friederich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017, 464 páginas.

FERNANDES, Bernardo. Questão Agrária. [s.d.]. *In*: Universidade de São Paulo. Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe. São Paulo, [s.d]. Disponível em: <<https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-agraria-reforma>>. Acesso em: 01 set. 2024.

FERNANDES, Bernardo. Reforma Agrária. [s.d.]. *In*: Universidade de São Paulo. Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe. São Paulo, [s.d]. Disponível em: <<https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-agraria-reforma>>. Acesso em: 01 set. 2024.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FIUZA, Bruno.; BUSTAMANTE, Márcio. Uma história oral da Ação Global dos Povos: pesquisa ativista a serviço das lutas sociais. *In*: XIV Encontro Nacional de História Oral, 14., 2018, Campinas. **Anais [...]** Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2018. Disponível em: <[https://www.encontro2018.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1524681803\\_ARQUIVO\\_FIUZA.B.&BUSTAMANTE.M.UmahistoriaoraldadaAcaoGlobaldosPovos-pesquisaativistaaservicodaslutassociais.pdf](https://www.encontro2018.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1524681803_ARQUIVO_FIUZA.B.&BUSTAMANTE.M.UmahistoriaoraldadaAcaoGlobaldosPovos-pesquisaativistaaservicodaslutassociais.pdf)> Acesso em: 27 out. 2024.

FREITAS, Jorge. **A Escola Geopolítica Brasileira**. Biblioteca do Exército Editora, 2014.

GIONI, Caê. **Manual para o uso de linguagem neutra na língua portuguesa**. 2020. *In*: Frente trans UNILEIRA. Foz do Iguaçu: Universidade de Integração Latino-americana. 2020.

GOIRAND, Camille. **Movimentos Sociais na América Latina: Elementos para uma abordagem comparada**. Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, p. 323-354,

julho-dezembro de 2009. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/eh/a/fNZLLNgnL9VSJRX3mtd4GNc/?lang=pt&format=pdf>>.

Acesso em: 30 jun. 2024.

HEREDIA, Fernando. Che Guevara, Ernesto. *In*: Universidade de São Paulo. Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe. São Paulo, [s.d]. Disponível em:

<<https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-che-guevara-ernesto>>. Acesso

em: 14 nov. 2024.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos Extremos**: O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Disponível em:

<[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4071685/mod\\_resource/content/1/Era%20dos%20Extremos%20%281914-1991%29%20-%20Eric%20J.%20Hobsbawm.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4071685/mod_resource/content/1/Era%20dos%20Extremos%20%281914-1991%29%20-%20Eric%20J.%20Hobsbawm.pdf)>.

Acesso em: 29 jun. 2024.

LA VÍA CAMPESINA (LVC). Agroecology as a way of life. *In*: Via Campesina.

Disponível em: <<https://viacampesina.org/en/agroecology-as-a-way-of-life/>> Acesso

em: 24 abr. 2024.

LA VÍA CAMPESINA (LVC). Declaración de la IV Asamblea de las mujeres de la Vía Campesina. 2013. *In*: Via Campesina. Disponível em:

<<https://viacampesina.org/es/manifiesto-internacional-de-las-mujeres-de-la-via-campesina-2/>>. Acesso em: 16 set. 2024.

LA VÍA CAMPESINA (LVC). Declaracion De La Via Campesina En Seattle. 1999. *In*: Via Campesina. Disponível em: <<https://ratical.org/co-globalize/VCdec.html#esp>>.

Acesso em: 28 out. 2024.

LA VÍA CAMPESINA (LVC). El Caminar del Feminismo Campesino y Popular en La Vía Campesina. 2021. *In*: Via Campesina. Disponível em:

<<https://viacampesina.org/es/nueva-publicacion-el-caminar-del-feminismo-campesino-y-popular-en-la-via-campesina-17abril2021/>>. Acesso em: 20 set. 2024.

LA VÍA CAMPESINA (LVC). La Vía Campesina: *Nuestras Escuelas y Procesos de Formación en Agroecología*. [s.d]. *In*: Via Campesina. Disponível em:

<<https://viacampesina.org/es/escuelas/>>. Acesso em 16 set. 2024.

LAZZARETTI, Vanessa. **Ressignificar para Reconhecer**: o Feminismo Camponês Popular no contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 2021. 115 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

LEAL, Bruno. A “Batalha de Seattle”: um marco do movimento antiglobalização. *In*: Café História, 2019. Disponível em:

<<https://www.cafehistoria.com.br/a-batalha-de-seattle-antiglobalizacao/>>. Acesso em: 28 out. 2024.

LEVINO, José. Celia Sánchez: a flor mais autóctone da revolução. 2011. *In*: A verdade. Disponível em:

<<https://averdade.org.br/2011/09/celia-sanchez-a-flor-mais-autoctone-da-revolucao/>>. Acesso em: 5 nov. 2024.

MAGALHÃES, Bruno.; NETO, Antônio. Entrevista com Mônica Baltodano, comandante histórica da Revolução Nicaraguense. 2022. *In: Movimento Revista*.

Disponível em:

<<https://movimentorevista.com.br/2022/06/entrevista-com-monica-baltodano-comandante-historica-da-revolucao-nicaraguense/>>. Acesso em: 14 nov. 2024.

MAGALHÃES, Simone. Las Marianas: a força das mulheres na Revolução Cubana. *In: da página do MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra*. 2021.

Disponível em:

<<https://mst.org.br/2021/01/02/las-marianas-a-forca-das-mulheres-na-revolucao-cubana/>>. Acesso em: 14 nov. 2024.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES (MMM). Nossa história. *In: MMC*. [ca. 2015].

Disponível em:

<<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia/>>.

MARTINS, José. **Reforma agrária**: o impossível diálogo sobre a história possível. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, São Paulo*, v. 11, n. 2, p. 97-128, out. 1999. (editado em fev. 2000).

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**: Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural. 1982.

MARX, Karl.; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl.; ENGELS, Friederich. **A sagrada família, ou, A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes**. São Paulo: Boitempo. 2011.

MARX, Karl.; ENGELS, Friederich. **Manifesto do Partido Comunista**. *In: Manifesto Comunista / Teses de abril*. Marx, K.; Engels, F.; LENIN, Vladimir. I. Coleção ano russo. São Paulo. Boitempo. 2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável**. Organizado por Pedro Sinsando Leite et alii. Brasília: Paralelo 15/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC). Declaración Final del VI Congreso de la CLOC LVC. *In: MMC*. 2015. Disponível em: <<https://mmcbrasil.org/declaracion-final-del-vi-congreso-de-la-cloc-lvc/>>. Acesso em: 15 set. 2024.

ROCHA, Joallan. **1952-2022: 70 anos Revolução Boliviana**. *Rebela*, v.12, n.1. jan./abr. 2022.

RODRIGUES, Fania. Entrevista com Domitila Barrios de Chungara: A Guerreira da paz. *In: Núcleo Piratininga de Comunicação*. [s.d]. Disponível em:

<<https://nucleopiratininga.org.br/entrevista-com-domitila-barrios-de-chungara-a-guerra-da-paz/>>. Acesso em: 14 nov. 2024.

RODRÍGUEZ, Francisca.; VARROTTI, Andrea. **Thirty years of sowing hope to globalise the struggle: women and youth of La Via Campesina in the construction of food sovereignty – a conversation.** The Journal of Peasant Studies. 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/03066150.2023.2176758>>. Acesso em: 15 set. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes.** Mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SALES, Juliana. **Nas veias da América Latina corre sangue camponês: os direitos socioambientais a partir dos processos políticos camponeses.** 2022. 263 f. Tese (Doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2022.

SCHWENDLER, Sônia. Feminismo camponês e popular: práticas, saberes e discursos de gênero, construídos nas conexões sociais e políticas dos movimentos sociais de campo. *In: Teorias e Políticas de Gênero na Contemporaneidade*, 2017, Curitiba. **Anais** [...] Curitiba: Universidade Federal do Paraná. 2017.

SEIBERT, Iridiani.; GUEDES, Lizandra.; MAFORT, Kelli. **Por um feminismo camponês e popular.** Outras Palavras, 2022. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/feminismos/por-um-feminismo-campones-e-popular/>>. Acesso em: 17 abr. 2024.

SEIBERT, Iridiani; RODRIGUES, Sandra. Aproximação teórica entre o feminismo camponês popular e o marxismo latino-americano. *In: VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária*, 2017, Curitiba. **Anais** [...] Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <[https://singa2017.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/12/gt04\\_aproximac3a7c3a3o-tec3b3rica-entre-o-feminismo-camponc3aas-e-popular-e-o-marxismo-latino-americano-1.pdf](https://singa2017.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/12/gt04_aproximac3a7c3a3o-tec3b3rica-entre-o-feminismo-camponc3aas-e-popular-e-o-marxismo-latino-americano-1.pdf)>. Acesso em: 2 nov. 2024.

SILVA, Yasmin. **Domitila Barrios de Chungara: um olhar decolonial para o testemunho feminino latino-americano.** 2022. 93 f. Tese (Pós-graduação em Estudos de Literatura) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

TABORDA, Noeli. **Feminismo Camponês Popular: território de luta e resistência no Movimento de Mulheres Camponesas.** 2023. 288 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2023.

TAMANI, Marlene.; BOSCHILIA, Roseli.; SCHWENDLER, Sônia. (Orgas.). **Teorias e Políticas de Gênero na Contemporaneidade.** Curitiba: UFPR, 2017.

TORREZ, Fausto. ¿Por qué construir un Instituto de Agroecología Latinoamericano - IALA?. *In: Via Campesina*. 2018. Disponível em:

<<https://viacampesina.org/es/por-que-construir-un-instituto-de-agroecologia-latinoamericano-iala/>>. Acesso em: 16 set. 2024.

TOSI, Marcela. Las soldaderas: mulheres na Revolução Mexicana de 1910. **Revista Outras Fronteiras**, Cuiabá, vol. 3, n. 1, jan/jun., 2016. ISSN: 2318 - 5503.

VÉLEZ, María Alejandra. FARC - ELN: evolución y expansión territorial. **Desarrollo y Sociedad**, Bogotá, n. 47, p. 151-225, mar. 2001, pp. 151 p. Colômbia: Bogotá. Universidad de Los Andes. Disponível em:  
<<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=169118209004>>. Acesso em: 14 nov. 2024.

VIEIRA, Tiago Renato. A Revolução Boliviana de 1952: entre a ruptura e a desilusão. In: XI Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas, 2016, Universidade Estadual de Londrina. **Anais** [...]. Londrina: UEL, 2016. v. 2, n. 4. Disponível em:  
<[https://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/a\\_revolucao\\_boliviana\\_de\\_1952\\_entre\\_a\\_ruptura\\_e\\_a\\_desilusao.pdf](https://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/a_revolucao_boliviana_de_1952_entre_a_ruptura_e_a_desilusao.pdf)>. Acesso em: 30 jun. 2024.

VIVAS, Esther. **Soberanía Alimentaria, una perspectiva feminista**. Observatorio Del Derecho a Alimentación de España. 2012.

ZARREF, Luiz. Agroecologia e o MST. In: Da página do MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra. 2018. Disponível em:

<<https://mst.org.br/2018/10/24/agroecologia-e-o-mst/>>. Acesso em: 15 set. 2024.

ZELIC, Helena.; MORENO, Tica.; MURILLO, Aline. 26 de julho e a rebelião cubana: relato de Haydée Santamaría. In: Capire. 2023. Disponível em:  
<<https://capiremov.org/experiencias/26-de-julho-e-a-rebeliao-cubana-relato-de-hayde-e-santamaria/>>. Acesso em: 14 nov. 2024.